

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

DOUGLAS CAMPANINI MACIEL

**NACIONALISMOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A INCORPORAÇÃO DA BOLÍVIA
À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORIANÓPOLIS

2008

DOUGLAS CAMPANINI MACIEL

**NACIONALISMOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A INCORPORAÇÃO DA BOLÍVIA
À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Florianópolis

2008

CAMPANINI, Douglas Maciel

Nacionalismo, Movimentos Sociais e a Incorporação da Bolívia à Economia-mundo Capitalista / Douglas Campanini Maciel, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p.124

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Economia, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira.

Palavras-chave:

1. Moderno Sistema Mundial
2. Bolívia
3. Nacionalismo

DOUGLAS CAMPANINI MACIEL

**NACIONALISMOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A INCORPORAÇÃO DA BOLÍVIA
À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Economia e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Economia, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Orientador

Florianópolis

2008

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos vão para as pessoas que me auxiliaram no decorrer deste trabalho. À minha família, aos meus professores e, principalmente, aos debates fora do campo acadêmico, que sem sombra de dúvidas foram de importância crucial para as reflexões mais espinhosas que aqui constam. No mais, quero apenas salientar que este trabalho não é de forma alguma algo de grande pretensão teórico-acadêmica. Sua grande importância está essencialmente numa busca própria, no sentido de me compreender, um pouco mais, dentro do *tempo do mundo* em que vivo.

RESUMO

A Bolívia, nesses últimos oito anos que inauguram o século XXI cronológico, sinaliza para um reviver de movimentos de caráter étnico-sociais que refletem uma continuidade histórico-estrutural multissecular do jogo de forças entre duas lógicas de organizações sociais antagônicas. Esse jogo de forças, interno ao Estado nacional boliviano, para além do esquecimento, demonstra que o passado está presente e a animar, de forma determinante, os eventos políticos dessa sociedade. Este trabalho procura lançar luz sobre esse jogo em sua *longa duração*, descrevendo e discutindo os principais processos que o permearam durante os últimos quinhentos anos. Salientam-se, pois, os determinantes que ensejaram esse processo, a exemplo da incorporação da região do Alto Peru, futura Bolívia no século XIX, ao *moderno sistema mundial*, na busca de compreender o presente dessa sociedade sob o olhar dos que, até o limiar do século XX, representaram os perdedores desse jogo, a saber, os povos originários.

Palavras-chave

Moderno Sistema Mundial. Bolívia. Nacionalismo.

ABSTRACT

Bolivia in the last eight years that launches the chronological XXI century signalizes for a revival of ethical-social character movements that reflect a multi-secular historical-structural continuity of the power game between two antagonistic social organization logics. This power game, internal to Bolivian National State, beyond the forgetfulness, shows that the past is present and excites in a determinant way the political events of this society. This work seeks in the light of this game its *long-last*, describing and discussing the main processes that permeated it during the last five hundred years. It is highlighted the determinants that caused this process, taking for example Alto Peru region incorporation, future Bolivia in the XX century, represented the losers of this game, namely, from the native peoples.

Key-Words

Modern Systems Analysis. Bolivia. Nationalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 METODOLOGIA	18
1.1 O SÉCULO XIX, SEUS LEGADOS PERNICIOSOS, E A BUSCA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM <i>IMPENSÁ-LAS</i>	18
1.2 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA INTERDISCIPLINAR NA COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS. DO GERAL AO PARTICULAR.	23
2 OS REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS NO TERRITÓRIO DO ALTO PERU.	28
2.1 A LÓGICA DA EXPANSÃO DA EMC EUROPÉIA.	28
2.1.1 Breve relato da civilização incaica e suas constantes rebeliões na tentativa de restaurar suas estruturas originárias.	32
2.2 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS PROCESSOS DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS ZONAS AO SISTEMA MUNDIAL MODERNO. O CASO DO ALTO PERU.....	35
2.2.1 As cadeias mercantis de valor e os nódulos que perpassaram o Alto Peru desde o século XVI como determinantes econômicos para a expansão da economia-mundo capitalista.	40
2.2.2 A <i>antinomia</i> universalismo/particularismo (capitalismo/racismo) como justificativa da criação e consolidação das hierarquias sociais no processo de incorporação do Alto Peru à economia-mundo capitalista. A imposição de particularidades como universalidades. Quem eram os povos primitivos na verdade?	45
3 DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BOLIVIANO À REVOLUÇÃO NACIONAL DE 1952, SOB A LUZ DO FENÔMENO DO NACIONALISMO E DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS.	50

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE DEU ENSEJO À FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BOLIVIANO NO TERRITÓRIO DO ALTO PERU.	50
3.1.1 Os primeiros levantes pela independência do Alto peru permeados por interesses ambíguos.	54
3.2 O PROVINCIANISMO OLIGÁRQUICO EM CONTRASTE COM O PAN-AMERICANISMO SONHADO POR BOLÍVAR.	57
3.2.1 A dominação do Estado nacional por uma oligarquia de patologia antipatriótica. “Bolívia, nacionalismo sem nação.	61
3.2.2 A guerra como causa e consequência da formação dos sentimentos nacionais no inconsciente coletivo dos “bolivianos”.	63
3.2.3 A destruição do Estado oligárquico conservador e liberal e a Revolução nacional de 1952.	65
3.2.4 Bolívia: uma nação, um Estado nacional de minorias, vários grupos étnicos ou uma povo sem nação nos termos modernos do termo?	71
4 UMA BREVE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTICAPITALISTAS DE 1848 A 2000 COM FOCO NOS MOVIMENTOS NACIONAIS/SOCIAIS/ÉTNICOS BOLIVIANOS COM SEU CUME A PARTIR DE 2000.	78
4.1 OS PROCESSOS ESTRUTURAIS DE ESCALA MUNDIAL QUE DERAM ENSEJO AOS MOVIMENTOS ANTI-SISTÊMICOS PREDOMINANTEMENTE NACIONAIS DE 1848 A 1968 (OS MOVIMENTOS DA VELHA ESQUERDA). CARACTERÍSTICAS E GRAU DE SUCESSO DESSES MOVIMENTOS.	79
4.2 O PRESENTE COMO SÍNTESE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES PASSADAS.	87
5 CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	94
ANEXO – Apresentação de Feliz Patzi	98

INTRODUÇÃO

Muitos cientistas sociais interpretam, atualmente, a crítica situação na qual a sociedade boliviana está inserida como resultado da implementação das políticas neoliberais, na Bolívia, a partir de 1982. Tal interpretação em si não é, de forma alguma, incorreta, tendo em vista a notoriedade empírica¹ de que tais políticas se mostraram insatisfatórias, sobretudo no que diz respeito à diminuição das drásticas desigualdades socioeconômicas que sempre foram uma marca registrada dessa sociedade e das demais sociedades latino-americanas. Essas desigualdades, ao contrário, aprofundaram-se durante as décadas de 1980 e 1990 a ponto de reavivarem a partir de 2000, no seio do território boliviano, insurreições de movimentos sociais há pouco adormecidos.

Dizemos há pouco, pois a trajetória histórica multissecular desse espaço esteve permeada por constantes insurreições dos *povos originários* [remanescentes da civilização incaica] contra um poder, a princípio, externo. Poder este que, devido à sua lógica sistêmica de acumulação incessante de capital, buscou sobrepor-se às estruturas originárias encontradas no “novo mundo” por serem elas, em muitos aspectos, organicamente contrárias a essa lógica consolidada com o surgimento do *moderno sistema mundial* a partir do século XVI, como veremos.

Uma visão que atribui todos os males sociais por que passa a heterogênea sociedade boliviana apenas à conjuntura neoliberal, diante do que nos propomos a construir, abstém-se, não obstante, de explicar a relação intercultural historicamente conflitante e de *longo prazo* entre colonizador e colonizado, que se impõe a partir da consolidação dessa lógica. Uma visão desse tipo acaba, portanto, por se relevar a-histórica, ao passo que, por trás das políticas neoliberais – dos porquês de sua aceitação e implementação pelos governos, principalmente da América Latina a partir da década de 80 –, constata-se o peso de uma condicionante e longa carga histórico-estrutural calcada na relação desigual entre colonizador e colonizado, que é impossível de desconsideração quando a análise se propõe a compreender o momento presente extremamente crítico por que atravessa a sociedade boliviana como *a síntese em si*

¹ A consequência das políticas neoliberais pode ser vislumbrada no aumento do desemprego de 1980 a 2003 (CEPAL: Panorama social da América Latina), que significa uma maior exclusão social, marcada pela aceleração constante da diminuição do poder dos Estados nacionais em toda a América Latina, que acabam subordinados a metas monetárias rígidas constituindo um aumento nos níveis de desemprego e fazendo da América Latina a primeira em desigualdade de renda em todo o mundo. (DUPAS, 2005).

de múltiplas determinações históricas passadas, ou seja, o passado está vivo e a animar o presente da sociedade boliviana.

Não falamos, aqui, da análise da história tida como “oficial”, de primazia eurocêntrica, mas de uma análise histórica que busca constantemente se *impensar*, como nos propõe Immanuel Wallerstein. Uma *ciência social histórica* que não objetiva ser uma teoria pronta e acabada do mundo social, mas uma proposta crítica “à maneira como se estruturou a investigação científica social para todos nós desde sua concepção em meados do século XIX” (WALLERSTEIN, 2006, p. 257).

Essa carga histórico-estrutural multissecular, provinda das relações conflitantes entre colonizado e colonizador – fortemente presente nas relações que viriam determinar a forma com que se moldaram as hierarquias sociais nos territórios incorporados pelo moderno sistema mundial –, tem seu início cronológico no século XVI, momento em que se evidencia o que caracterizamos, ao longo do trabalho, de *choque intercultural*² entre sociedades de formações socioeconômicas *extremamente* antagônicas.

A partir daí – e isso é fato histórico relevante – constata-se o momento chave que viria a denunciar o alvor da acumulação primitiva capitalista. Momento este tido pelos teóricos do sistema mundial como a grande expressão da sobreposição de organizações sociais com lógicas próprias por uma única organização social de anseios globais que, cada vez mais, seria capaz de interferir sobre as demais organizações sociais de forma hegemônica. Karl Marx sintetiza, como poucos, esse momento. Vejamos:

A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravidão e a inumação nas minas da população indígena, o início da conquista e do saque das Índias orientais, a transformação da África num viveiro para a caça comercial aos negros, assinalaram a risonha aurora da era da produção capitalista. Estes procedimentos idílicos são os momentos chave da acumulação primitiva. Logo a seguir, rompe a guerra comercial das nações européias, com o globo por palco. (*apud* WALLERSTEIN, 1979, [s.p].).

A história oficial eurocêntrica ilustra essa colossal sobreposição deliberadamente de forma acrítica, através da figura dos povos conquistadores, dos primeiros supostamente “civilizados” de toda a história dos homens em sociedades, de coloração *branca* e provindos da Europa ocidental, e que “*tinham*” a missão divina de civilizar os demais povos.

Se voltarmos as nossas observações ao território que, no passado, viria a delimitar a Bolívia como Estado nacional moderno a partir do século XIX, é possível vislumbrar esse choque entre culturas de lógicas sociais antagônicas. Significa, pois, dizer que é o começo da

² Chamamos de *choque intercultural* e não civilizacional propositalmente, para enfatizar criticamente o que significou e o que implicou aos povos originários a suposta *missão civilizacional* provinda da Europa.

expansão do moderno sistema mundial, *grosso modo*, com o processo de colonização do território do *Alto Peru*³ em fins do século XV. Colonização esta – e é importante frisarmos desde já – instituída de forma extremamente coercitiva em relação aos povos originários, direcionados, já nos seus primeiros instantes, ao trabalho escravo intensivo nas atividades ligadas à retirada da prata e do ouro, essenciais e determinantes para alimentar a acumulação primitiva do capital. Dizemos essenciais e determinantes, pois, sem a prata e ouro das Américas e seu destino à Europa, o desenvolvimento do moderno sistema mundial, como se deu, não teria sido possível.

Após aproximadamente três séculos e meio, mais precisamente no início do século XIX, esse processo de espraiamento do moderno sistema mundial teve como desdobramento os movimentos de libertação nacional em toda a América do Sul que ensejaram a **formação dos Estados nacionais modernos** nessas regiões. No Alto Peru, futura Bolívia não seria diferente. Tais movimentos, comandados por *crioulos*⁴, sagraram-se vitoriosos ao final desse século e deram a independência político-econômica a essa região em relação ao jugo do Império Espanhol que já durava praticamente quatro séculos. Queremos frisar essencialmente, neste parágrafo, que as formações dos Estados nacionais modernos, nas Américas, significam uma *nova* fase por meio da qual se adentra no moderno sistema mundial. Veremos, no terceiro capítulo, ao tratarmos especificamente da formação do Estado nacional boliviano, o porquê de se caracterizar esse momento como uma nova fase do sistema mundial.

Para os fins que nos interessam, esses novos desdobramentos expressos em processos de independência territorial e política que, no caso do Alto Peru ante a Espanha, não resultou em favor das grandes massas de indígenas camponeses até então escravizadas, tampouco numa *refundação* de suas estruturas sociais originárias, provindas das culturas de traços essencialmente comunais, abraçadas e, em grande medida, como veremos, respeitadas no que tange às suas estruturas socioeconômicas pela civilização incaica que vivia seu apogeu pouco antes do choque.

É importante salientarmos que, não obstante, nos momentos que precedem aos movimentos de libertação nacionais encabeçados pelos crioulos, movimentos de libertação dos originários providos de grande organização política e contando com um grande

³ Carlos Montenegro, em *Nacionalismo y Coloniaje*, relata que “En América [...] fue imposible aclimatar la nomenclatura hispanica de Nova Espanha y Nueva Castilha en los dominios aztecas y quichuas. **Las denominaciones extranjeras echaron raíces unicamente allí donde la tierra carecia de nombre indígena. Por lo que hace a nuestro país, llamóse kollasuyo en la edad precolombiana, Nueva Toledo a comienzos de la Conquista, Alto Perú durante la Colonia y Bolivia en al era republicana. Cada una de estas voces conmerora un estado político especial de nuestro desarrollo histórico**”. (MONTENEGRO, 2005, p.20, grifos nossos).

⁴ Homens de descendência européia pura, porém nascidos nas Américas.

contingente humano ocorreram, a exemplo do liderado pelo indígena Túpac Amaru. Isso fortalece, portanto, o argumento de que o processo colonizador europeu não obtivera um sucesso *total* na aniquilação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais desses povos. Mesmo após viverem séculos sob a imposição da lógica capitalista, os povos autóctones mantiveram e mantêm vivo, em sua memória coletiva, como é o caso de grande parte da sociedade boliviana, o ideal de restauração de suas estruturais sociais originárias de caráter, como veremos, anticapitalista. Retrocederemos a esse ponto já no segundo capítulo quando nos debruçarmos nas rebeliões dos povos originários na tentativa de restauração do *Incário*.

Essas insurreições dos originários não serão, no entanto, vitoriosas, como veremos. Os acontecimentos demonstram que os movimentos vitoriosos seriam os comandados principalmente por crioulos descontentes com as determinações da Coroa espanhola em relação a sua *condição*⁵ de crioulo. Referimo-nos, é claro, aos movimentos de libertação nacional que, ao contrário dos que ocorriam contemporaneamente na Europa, vão manter as grandes massas dos povos originários em condições sociais praticamente idênticas às impostas pela Coroa espanhola durante os três séculos e meio anteriores. Esse ponto estará desenvolvido com mais detalhamento ao longo do terceiro capítulo, mas é interessante já apresentarmos uma passagem de Benedict Anderson referente ao seu livro *Comunidades Imaginadas*, no qual ele está a relatar de forma comparativa as diferenças da formação dos Estados nacionais modernos na Europa e nas Américas ao longo do século XIX:

Mesma a pequena nobreza atrasada e reacionária da Hungria e da Polônia tinha dificuldade em não armar um vasto espetáculo de ‘convites’ aos seus compatriotas oprimidos (mesmo que fosse só para a cozinha). Digamos que era a lógica da ‘peruanização’ de San Martín que estava em funcionamento. **Se os ‘húngaros’ mereciam um Estado nacional, isso então significava os húngaros todos eles; significa um Estado em que o locus último da soberania tinha de ser a coletividade que falava a linha húngara; e significava também, no devido tempo, o fim da servidão, o fomento da educação popular, a ampliação do direito de voto, e assim por diante. Dessa maneira, o caráter ‘populista’ dos primeiros nacionalismos europeus, mesmo quando liderados demagogicamente pelos grupos sociais mais retrógrados, foi mais profundo do que os americanos: a servidão *tinha* de sumir, a escravidão legal era inimaginável – quando menos porque o modelo conceitual assim o exigia irretorquivelmente.** (ANDERSON, 2008, p.126, grifos nossos).

As diferenças entre a formação dos Estados nacionais nas Américas e na Europa serão de suma importância para demonstrarmos o que é preocupação central do trabalho: que as

⁵ “Em vista do profundo interesse de Madri que o governo das colônias estivesse em mãos confiáveis, ‘era um axioma que os cargos elevados fossem ocupados exclusivamente por espanhóis nativos’”. (MASUR *apud* ANDERSON, 2008, p. 99).

implicações por que atravessa a sociedade boliviana na conjuntura atual carregam consigo uma carga histórico-estrutural extremamente segregadora socialmente em termos étnico-sociais, que se mantém há, praticamente, quinhentos anos, determinando a estratificação desse espaço. Quinhentos anos sob a égide de um processo de colonização territorial, cultural, social e político justificado na dicotomia eurocêntrica *superior-inferior*, que se propõe distinguir verticalmente os povos europeus dos não-europeus, dando aos primeiros o *status* de serem os únicos a atingir o grau de civilização. Acerca disso, José de Souza Silva (2006, p.206, grifos nossos) relata-nos que

Esta dicotomía permitió el ejercicio del poder bajo el *criterio de raza* para crear una jerarquía de los grupos humanos, muy conveniente para las necesidades expansionistas del capitalismo mercantil emergente. **Los imperios occidentales justificaron su derecho a la dominación en base a su superioridad ‘natural’.** **Eso viabilizó el proyecto de la modernidad eurocéntrica – ‘una’ historia local particular impuesta como ‘la’ historia de todos, bajo la premisa de la universalidad del modo local de ser, sentir, pensar, hacer y hablar del hombre-blanco-anglosajón-cristiano.** En las ‘Américas’ la dicotomía llegó a partir de 1492, cuando la conquista del continente facilitó la dominación de Europa occidental para consolidar el capitalismo y la modernidad emergentes.

Uma destruição de toda a estrutura simbólica – *quebra das raízes culturais* – dos povos originários foi o que o colonizador europeu almejou realizar ao impor-se como casta⁶ cultural, naturalmente superior, justificando, desse modo, a hierarquização dos grupos humanos nesse espaço geográfico. Essa dicotomia *superior-inferior* aproxima-se e muito do que Immanuel Wallerstein diz se tratar de um *zigzague ideológico* imbuído de justificar as facetas pelas quais as hierarquias sociais aparecem nos vários espaços que, paulatinamente, são incorporados pelo moderno sistema mundial.

É um fato histórico que o processo de colonização cultural e territorial e, posteriormente, a criação dos Estados nacionais modernos de procedência oligárquica crioula alteraram substancialmente as *estruturas originárias*⁷ desses povos. É, contudo, evidente também que, em pleno século XXI, cidades, como El Alto, na Bolívia, com cerca de um milhão de habitantes, em sua gigantesca maioria *aymaras* e *quéchuas*, representam uma amostra viva de que os povos originários, mesmo sob o aparato sistêmico do conjunto de

⁶ Segundo Max Weber, “o conceito de casta é de origem português. A casta não tem território, vive separada do povo, e tem todos os direitos sem que participe das atividades do povo. Uma casta tem sempre como fundamento essencial regras de endogamia, regras alimentícias e comensais”. (WEBER, [s.d], p. 378 *apud* PATZI, 2007, p.209).

⁷ 500 anos de colonização territorial e cultural não foram capazes de apagar plenamente os traços socioculturais distintivos de grupos étnicos, como os *aymaras* e os *quéchuas*, pertencentes principalmente à América Andina. Povos que, em pleno século XXI, representam em torno de 5 milhões num universo de 9 milhões de habitantes que compõem o território boliviano.

relações institucionalizadas nesse espaço, por meio de sua incorporação ao moderno sistema mundial, há séculos atrás,

están viviendo un franco proceso de *autorevalorización* expresado cotidianamente; proceso freqüentemente negado, criticado, vilipendiado, cuestionado, minimizado, etc.; pero está presente, es decir, en franca revalorización que no solo se expresa discursivamente, sino que y sobre todo lo están viviendo mediante la realización de una praxis objetiva. (TEIJEIRO, 2007, p.21).

Dessa maneira, objetivamos validar a tese de que os movimentos étnico-sociais que insurgem a partir de 2000, na Bolívia, não são, de forma alguma, apenas frutos das débeis políticas neoliberais, mas reflexos de um *proceso multissecular* de caráter *coercitivo*, provindo da Europa a partir do século XVI e que, ainda hoje, está operante e determina, em certa medida, as relações sociais desiguais, ou seja, a forma como está posta as possibilidades de ascensão social na sociedade boliviana.

Seguindo essas reflexões introdutórias, no capítulo dois, propomos uma investigação que busca demonstrar que os processos de incorporação de novas zonas ao moderno sistema mundial, como o território do Alto Peru, não foram, de maneira alguma, algo que se desenvolveu naturalmente; ao contrário, as lutas de resistência dos *povos originários* contra os enviados da coroa espanhola impuseram e ainda impõem consideráveis entraves às ambições cruciais decorrentes da expansão incessante e necessária à sobrevivência do moderno sistema mundial. Apoiamos-nos fortemente para tal percepção no processo de *longo prazo*, tendo como ponto de partida o que caracterizamos há pouco como o choque intercultural entre sociedades a partir do século XVI – como dissemos – extremamente antagônicas socioculturalmente.

No capítulo três, partimos do fim do jugo colonial que enseja um novo desdobramento do moderno sistema mundial expresso nos movimentos de libertação nacional que dão vida ao Estado nacional moderno boliviano. Procuramos, para isso, fazer uma abordagem mais aprofundada de alguns aspectos centrais do início do século XIX que precedem a instauração da República boliviana (Estado nacional boliviano).

Passamos e nos aprofundamos, em seguida em alguns momentos da vida republicana que vão desde a independência, em 1825, até a Revolução nacional de 1952. Nessas passagens, temos por objetivo demonstrar que a formação do Estado nacional a partir de 1825 não significa o nascimento de uma nação nos termos modernos, isto é, significa que o Estado nacional é institucionalizado, mas não dará voz e vida política à maioria de sua população constituída por povos autóctones. Teremos, portanto, na expressão de René Zavaleta: “*um*

Estado sem nação”. Assim, a comparação de alguns pontos de dois processos praticamente contemporâneos: a formação dos Estados nacionais modernos nas Américas no século XIX e a formação dos Estados nacionais modernos na Europa nos ajuda a compreender o que temos por objetivo geral deste capítulo e em grande medida de todo o trabalho: **compreender a frágil identidade nacional da grande maioria do povo boliviano em relação ao Estado nacional durante, praticamente, 180 anos.**

No quarto e último capítulo, partimos da *bifurcação* que sofre o moderno sistema mundial a partir de 1968 no intuito de situarmos os sucessos e insucessos dos movimentos conhecidos como *movimentos da velha esquerda*, a exemplo da Revolução nacional de 1952 na Bolívia que, apesar de liderada por um partido de direita, tinha suas bases nos estratos sociais menos privilegiados (*povos indígenas*). O objetivo deste capítulo final é um retorno ao momento presente de extrema crise social instaurada em 2000, na Bolívia, com os levantes de *movimentos sociais de rosto índio*, “com inegáveis ingredientes étnicos e um destacado protagonismo de forças ‘nacional-populares’” (LINS, 2007, p.21). O intuito desse retorno ao presente extremamente instável politicamente é avaliá-lo embasado nas questões levantadas durante todo o estudo.

Nessa linha de raciocínio, procuramos avaliar como evoluiu – se é que evoluiu – o *jogo de forças* entre o que podemos chamar de duas Bolívias: uma rural e *autóctone*, localizada nas terras altas bolivianas, representada em sua grande maioria por povos *aymaras* e *quéchuas*; e uma urbana e europeizada, localizada nas terras baixas representadas pelos descendentes *crioulos*. Esses últimos, curiosamente após 180 anos de fundação do Estado nacional boliviano, por eles mesmos, em decorrência das medidas do novo governo – como a nacionalização dos setores de hidrocarboneto, a reforma agrária e, principalmente a tentativa de aprovação de uma nova constituição de caráter indigenista –, reivindicam autonomia política e econômica que beira claramente a uma tendência separatista entre essas duas Bolívias.

Vejamos, antes de nos debruçarmos sobre o método, um mapa recente da Bolívia que ilustra os departamentos que apóiam majoritariamente as medidas do novo governo e os que se posicionam contra, além dos principais motivos desta discórdia. Em laranja temos os departamentos da “meia lua” (contra o governo) e em branco os departamentos pró-governo.

1 METODOLOGIA

[...] **desejaria que as ciências sociais**, provisoriamente, cessassem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não a ciência social, o que é ou não é estrutura [...] Que procurem antes traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se existem linhas, que orientariam uma pesquisa coletiva, bem como temas que permitiriam atingir uma primeira convergência [...] Como se vê, o que nos parece indispensável para um novo salto das ciências humanas, é menos esta ou aquela tentativa particular, do que a instituição de um imenso debate geral – um debate que não será jamais encerrado, evidentemente, visto que a história das idéias, inclusive a história da história, também é um ser vivente que vive com sua vida própria, independentemente daquela dos próprios seres que a animam. **Nada mais tentador, mais radicalmente impossível, que a ilusão de reduzir o social tão complexo e tão desorientado a uma só linha de explicação** (BRAUDEL, 1992, p. 77-124, grifos meus).

A metodologia tem como propósito central a crítica em relação aos estudos sociais que desconsideram a várias representações socioculturais não-ocidentais como *possíveis* visões interpretativas da realidade social. O fim da multiplicidade sociocultural não está posto de forma indiscutível como se os fatos indicassem limpidamente que a humanidade caminha “inevitavelmente” para uma *homogeneização cultural nos moldes capitalistas*, expressa na autoconclamação da cultura ocidental como a cultura da modernidade, supostamente a única capaz de “evoluir” em termos sociais. Acerca dessa suposta homogeneização apregoada tanto por críticos do capitalismo como por defensores, ambos impregnados por uma visão eurocêntrica, escutemos o que Braudel (1996, p.85-6, grifos nossos) tem a dizer-nos:

Outros exemplos poderiam sustentar a nossa explicação, quando mais não fosse a tardia e efêmera colonização da África Negra pelas potências européias do século XIX ou a conquista do México e do Peru pelos espanhóis: estas civilizações frágeis, a bem dizer culturas, ruíram perante um punhado de homens. **Mas atualmente esses países voltam a ser índios ou africanos [...] Do mercado para a colônia vai só um passo, basta que o explorador use de manha ou proteste: a conquista não tarda. Mas está provado que as culturas, as meias civilizações (é a expressão que o melhor convém até para os tártaros da Criméia) não são adversários a desprezar. Afastamo-los e eles voltam a aparecer, obstinam-se em sobreviver. Não se lhes pode roubar o futuro para sempre.**

1.1 O SÉCULO XIX, SEUS LEGADOS PERNICIOSOS, E A BUSCA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM *IMPENSÁ-LAS*.

Fernand Braudel talvez seja o nome de maior expressão entre os historiadores da Escola dos *Annales*, fundada em 1900. Ele, em 1958, apresentou-nos o livro *História e*

ciências sociais no qual desenvolve o conceito de *longa duração*⁸ que viria a ser o conceito chave na crítica aos pressupostos liberais. Tal conceito tem o propósito de se chocar frontalmente com a forma de se conhecer os processos sociais apregoados pelo pensamento liberal, ou seja, a cisão entre os saberes *nomotético*⁹ e *idiográfico*¹⁰. Com a formulação do conceito de longa duração, o autor evidencia que as *durações das e nas estruturas* que regem a economia-mundo capitalista não seguem trajetórias naturais, tampouco lineares.

O tempo histórico de um século ultrapassa ou se retarda em relação ao tempo cronológico, ou seja, o tempo das estruturas (sociais, políticas, econômicas e culturais) não corresponde à convenção cronológica do tempo dada pelo *positivismo*. É essencial, nesse conceito, a percepção de que existem diferentes *temporalidades (tempos múltiplos)* sob as quais os homens organizam suas vidas em sociedade. As estruturas que fundamentam a sociedade capitalista hoje, se olhadas no tempo curto, parecem sempre terem existido. Se voltarmos, todavia, nossas atenções aos processos que permeiam, no presente momento, a vida social em qualquer parte do planeta, tendo em vista um olhar de longa duração, é notável que tais processos possuam um princípio histórico, um amadurecimento e, conseqüentemente, um desfecho. As estruturas que perpassam os processos necessitam, portanto, para serem percebidas, de uma perspectiva de longo prazo e sistêmica.

O tempo das *estruturas*¹¹, *conjunturas* e dos *acontecimentos* – *tempos múltiplos* – portanto, interpenetram-se e delimitam, assim, a moldura (o enquadramento) pela qual a vida em sociedade *pode* acontecer. Muitos podem argumentar que as situações mudam constantemente, e que, por isso, não é possível estabelecerem-se *perspectivas de análise* de longa duração. A réplica a esse argumento é a de que as situações mudam sim, obedecendo, porém, em última instância, a certas “*regras*” muito sólidas que funcionam como limites políticos, ideológicos, econômicos e culturais, intransponíveis em determinadas conjunturas históricas. São eles [os limites] as expressões das estruturas que, apesar de constantemente

⁸ Termo forjado por Fernand Braudel em *História e ciências sociais* (1958). Conceito considerado nevrálgico em relação à crítica aos fundamentos do pensamento liberal.

⁹ Busca por um conhecimento que procura formular conceitos mais gerais, sínteses mais gerais.

¹⁰ Busca por um conhecimento que procura formular conceitos mais particulares (antropológico, histórico...).

¹¹ “A duração é o tempo das estruturas. Significa mudança, processo e, portanto, irreversibilidade. Ela representa a dialética entre os tempos múltiplos e contraditórios da vida social, que não podem existir isoladamente. Nessa dialética se apresentam em conjunto os tempos propriamente dito das estruturas, das conjunturas e do acontecimento. O tempo das estruturas significa o lento desgaste da arquitetura que fundamenta a organização suficientemente fixa entre realidades e as massas sociais. As estruturas representam os apoios, os obstáculos e os limites diante dos quais os homens não podem se emancipar, significando *prisões de longa duração*” (BRAUDEL, 1982, p.14 *apud* MARTINS, 2003, p. 22). O tempo das **conjunturas** representa o tempo das oscilações regulares e periódicas que atua sobre as **estruturas** e as modifica, sem afetar seus componentes profundos, renovando-os. O tempo dos **acontecimentos** é o tempo breve, da crônica, do dia a dia, do imediato e anárquico que incide sobre as estruturas e suas oscilações (MARTINS, 2003, p.22-3).

desgastadas por movimentos em desacordo a essa lógica (*movimentos antagônicos*), permanecem nas conjunturas, sendo os sustentáculos que organizam o cotidiano por certo tempo, até que forças externas os desgastem a ponto de que novas mudanças significativas tenham força para acontecer.

Enquanto os limites, ou seja, as possibilidades dos acontecimentos estiverem determinadas por uma conjuntura que está determinada por uma estrutura que a perpassa, esses tendem a se repetir no cotidiano. E é aqui, no cotidiano, que percebemos a diversidade de elementos diferentes e combinados de forma não instantaneamente aparente. Isso não significa que os acontecimentos enxergados em conjunto não carreguem consigo um nexo causal, uma ligação.

Quando começamos a entender os acontecimentos como parte de uma estrutura de longo tempo, política, social, econômica, cultural e, por isso, complexa, cai por terra o véu que sustenta a separação entre saberes, ou seja, a concepção iluminista que “sugere” que a busca do conhecimento deve partir do específico em direção ao geral. Estudam-se, por exemplo, as questões econômicas desvinculadas das questões políticas, socioculturais, **como se fosse possível compreender o desenvolvimento da forma capitalista como sistema histórico mundial desvinculado da formação dos Estados nacionais modernos.**

Nesses termos, não há possibilidade de compreender a crítica situação social atual por que passa a grande maioria da população boliviana, sem que se levem em conta alguns aspectos sistêmicos centrais da história secular desse espaço, ou seja, a forma como foi incorporado à lógica capitalista. Isso nos remete a compreender minimamente o porquê de o sistema capitalista (moderno sistema mundial) ter-se desenvolvido da forma que se desenvolveu nessas localidades, reverberando e sofrendo reverberações. Essa linha de raciocínio busca compreender o desenvolvimento secular de relações sociais extremamente desiguais na Bolívia a partir do desenvolvimento do moderno sistema mundial.

Exatamente por isso, há a crítica à separação dos saberes que fundamenta o discurso liberal de que a economia mundial se inter-relaciona de forma independente dos Estados nacionais e se desenvolve linearmente, como um processo natural que inevitavelmente tende a homogeneizar culturalmente, politicamente e economicamente todas as relações humanas até que se alcance um ótimo social.

Ora, é sabido que a *teoria das vantagens comparativas* proposta por David Ricardo, no século XIX, servia aos interesses da nascente burguesia industrial em contraposição aos proprietários de terra, e não existiam vantagens equivalentes entre troca de mercadorias de valores agregados desproporcionalmente. Tal teoria não representou nada mais que interesses

em voga na direção de beneficiar a burguesia industrial inglesa. A suposta “vantagem” mascarava a natureza objetiva dos interesses materiais do Estado Inglês e, essencialmente, os anseios expansionistas dessa burguesia impregnada pela lógica da acumulação incessante de capital.

Um olhar a partir do longo desenvolvimento do moderno sistema mundial ilumina, portanto, a percepção central de que o Estado Inglês, em seu período inicial de *hegemonia*, buscava ampliar claramente a *divisão internacional do trabalho* a seu favor, umbilicalmente ligada à expansão do moderno sistema mundial. Quanto mais estivesse exposto às determinações políticas externas, mais periférico um Estado se tornava e, conseqüentemente, fixavam-se ali relações periféricas de produção, que implicavam na falta de autonomia desse Estado [das elites] perante sua população. Inevitavelmente, essa separação das elites de suas populações, sejam elas mais ou menos homogêneas socioculturalmente, reverberou em sublevações cada vez mais conscientes de sua marginalidade e não representatividade ante seu Estado, supostamente *nacional*. Daí o afloramento de sentimentos separatistas no seio de determinados Estados nacionais, principalmente nos periféricos.

A conjuntura neoliberal vivenciada até o momento deixa clara que Estados periféricos ou semiperiféricos [burguesias nacionais] que seguiram determinações político-econômicas externas são os que mais sentiram o não-crescimento econômico, a defasagem de seu desenvolvimento tecnológico e, como conseqüência, o aumento significativo da pobreza, expressa na diminuição do valor da força de trabalho e no aumento da informalidade de suas economias.

É notório, em estudos socioeconômicos recentes, que os Estados que adotaram políticas neoliberais são aqueles que, no passado, foram colônias por muito tempo, como, por exemplo, todos os países da América Latina. Parafraseando Braudel, *um país é pobre hoje porque foi pobre no passado*. Podemos notar, nessa simples frase, o estrago multissecular dos processos colonizadores no longo prazo em termos de tomadas de decisões políticas. A América Latina foi colonizada de forma brutal, se comparada com os espaços do continente asiático abraçado pelo Império Chinês até inícios do século XIX, que só começou a se abrir politicamente há pouco mais de um século, porém de forma extremamente cautelosa. Podemos, com isso, ter uma profícua percepção do significativo peso estrutural do processo de colonização para a América Latina como um todo¹².

¹² China, Índia, Coréia do Sul e Taiwan priorizaram ao revés da maioria dos países latino-americanos o desenvolvimento nacional ao não permitirem processos de desnacionalização de empresas representantes de suas principais fontes de receitas, restringindo a entrada de capitais meramente especulativos, inibidores do

Procederemos a um estudo mais aprofundado dessas questões ao longo da investigação. Queremos, inicialmente, apenas reforçar a percepção, muitas vezes, apologética pela qual somos induzidos a conhecer os fenômenos sociais. Carregamos em nossos estudos sociais sem perceber uma carga ideológica reforçada pela *hegemonia capitalista britânica*, no século XIX, quando essa estabeleceu, como forma de se conhecer os fenômenos sociais, o *pensamento universalista-particularista* que torna as ciências sociais *departamentalizada* em campos de análises que, deliberadamente, não convergem suas constatações. (WALLERSTEIN, 2001).

A implicação dessa forma de produzir conhecimento desdobrou-se num projeto “científico”, que objetivava, em essência, dar à cultura européia ocidental a prerrogativa de ser a cultura *universal*, para a qual tudo e todos deveriam convergir, desconsiderando o “restante” das várias formações culturais e suas formas não-capitalistas de reproduzir e pensar a vida (a regra nos vários espaços ainda no século XXI, a maior parte)¹³, considerando a exceção como o universal. Até mesmo Hegel, em seu livro *Filosofia da História*, tomado pelo *espírito universal*, ao se referir à América e aos povos originários diz:

Apesar de termos algumas informações sobre a América e sua cultura, principalmente sobre o México e o Peru, **sabemos que foram povos bem primitivos, que fatalmente sucumbiram assim que o espírito se aproximasse deles. A América sempre se mostrou e ainda se mostra física e espiritualmente impotente. Depois que os europeus desembarcaram na América, os nativos declinaram gradativamente à sombra da atividade européia... A fraqueza do nativo americano foi a principal razão de se levar negros para a América, com o objetivo de empregar a capacidade que eles têm de trabalhar, pois os negros são mais receptivos à cultura européia do que os índios[...]**tudo o que se passa na América tem a sua origem na Europa. (HEGEL, 1999, p.74-5, grifos nossos).

É preciso que façamos um esforço no sentido de *impensar* as trajetórias históricas incorporadas ao moderno sistema mundial, as quais, na grande maioria das análises, são

desenvolvimento do mercado interno e, mantendo a apreciação de suas moedas a um nível condizente com as exportações

¹³ “A situação de trabalhadores livres trabalhando em troca de salários nas empresas de produtores livres é uma situação minoritária no mundo contemporâneo. Isso é por certo verdadeiro se nossa unidade de análise for à economia-mundo. É provavelmente, ou em grande parte, verdadeiro mesmo que façamos a análise no âmbito de Estados altamente industrializados particulares do século XX [...] As anomalias deixam agora de serem exceções a serem explicadas para se tornarem padrões a serem analisados, o que inverte a psicologia do esforço científico. Temos de concluir que a definição de capitalismo que dominou o pensamento tanto dos liberais como dos marxistas no século XIX explica a percepção historiográfica central que nos foi transmitida” (WALLERSTEIN, 2006, p. 288).

enquadradas por essa visão unilateral¹⁴. Isso exige compreender os fenômenos em sua complexidade, sem “reduzir o social a uma só linha” de análise, como nos sugere Braudel.

As ciências sociais históricas e seus estudos, em algum momento da análise, devem convergir para uma lógica sistêmica se aceitamos a perspectiva de que estamos, de fato, diante de relações sistêmicas em âmbito mundial. Assim, buscamos enxergar a história como processos de consolidação, rupturas e descontinuidades de “sistemas históricos complexos” que, vislumbrados no tempo longo, permitem afirmar que os sistemas sociais históricos não são *eternos* e nem terminam sem acontecimentos que vão contra a sua lógica¹⁵ (anti-sistêmicos). Assim, “Tudo o que é histórico é sistêmico”; os sistemas são históricos e complexos, pois “quanto mais complexa a estrutura tanto mais crucial sua história”. (WALLERSTEIN, 2006; BRAUDEL, 1992)

1.2 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA INTERDISCIPLINAR NA COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS. DO GERAL AO PARTICULAR.

É nosso dever, por conseguinte, alertar que uma investigação interdisciplinar corre riscos por algumas razões. Talvez a que mais provoque receio e controvérsia entre os cientistas sociais seja sua proposta *heurística* de “abraçar” o *todo* ou, ao menos, a gama de questões de maior pertinência que envolve um determinado fenômeno social.

Bem sabemos que a realidade social é complexa, o que, de forma alguma, impede e nos exime da obrigação de levá-la em conta em nossas análises. É claro que sempre existirão lacunas na busca do conhecimento, mas elas podem ser preenchidas em um momento de

¹⁴ Em *Escritos sobre a História*, Braudel (1992) põe em evidência sua preocupação de não julgar a História e seus acontecimentos apenas por uma única ótica. Ele insiste, contundentemente, no estabelecimento de um amplo diálogo entre as diversas ciências humanas, para que um sobressalto na ciência da história se torne possível, e questões pensadas até hoje de uma determinada maneira, possam ser repensadas, agora, de forma interdisciplinar. Propõe, então, que a análise histórico/econômico/social deve estar voltada às múltiplas possibilidades, facetas, desse fenômeno. A visão do cientista social deve voltar-se não apenas na identificação dos eventos vencedores, que estão perceptíveis à primeira vista. É fundamental para o cientista não se deixar levar pelas facilidades das análises. Cabe de antemão, segundo Braudel, “não estudar apenas o progresso, o movimento vencedor, mas também o seu oposto (movimentos perdedores matérias e imateriais), que a cada instante frearam os grandes impulsos da evolução, retardaram seu desabrochar e, por vezes, puseram um tempo prematuro ao seu curso. É indispensável conhecê-los” (BRAUDEL, 1992, p.117).

¹⁵ “Com efeito, ou estou muito enganado ou então o capitalismo não poderá ruir por si, por uma deterioração que seja ‘endógena’; para esse desmoronamento seria necessário um choque externo de extrema violência e uma solução de substituição confiável”. (BRAUDEL, 1996, p.581 *apud* MARTINS, 2003, p.23).

maior clareza, diferentemente de análises que simplificam em demasia a realidade ao descartar questões centrais que, por princípio e compromisso científico, devem ser assumidas.

No livro *O método: a natureza da natureza*, Edgar Morin explicita tais dificuldade relacionadas às análises que se propõem interdisciplinar. Ele parte do termo *enciclopédia* que, em sua visão, não deve ser entendido no sentido *acumulativo*, mas no sentido originário do termo que significa “aprendizagem que transforma o saber em ciclos; efetivamente, trata-se de *en-ciclo-pediar*, ou seja, aprender a articular os pontos de vista separados do saber em um ciclo ativo”. Usa, ainda, uma frase de Adorno que diz que “*a totalidade é a não-verdade*” no intuito de enfatizar que “[...] todo sistema que pretende encerrar o mundo na sua lógica é uma racionalização demente”. (MORIN, 2005, p.33).

O importante, para nós, nessas teorizações de Morin, é explicitar que o nosso esforço, para compreender o processo de incorporação da Bolívia ao moderno sistema mundial e os reflexos presentes desse processo para os povos originários, **apóia-se “não sobre a totalidade do saber de cada esfera, mas sobre os conhecimentos cruciais, os pontos estratégicos, os nós de comunicação entre esferas separadas”** (MORIN, 2005, p.33, grifos nossos). Darcy Ribeiro (1990, p.89-90, grifos nossos), na citação abaixo, coaduna sua concepção metodológica com a de Morin, demonstrando uma grande insatisfação a uma gama dos estudos sociais contemporâneos:

Na verdade, os cientistas sociais estão preparados para a realização de estudos preciosos e acurados sobre temas restritos e, em última análise, irrelevantes. **Entretanto, sempre que se exorbita destes limites, elegendo temas por sua relevância social, exorbita-se, também, da capacidade de tratá-los ‘cientificamente’**. Que fazer diante deste dilema? Prosseguir acumulando pesquisas detalhadas, que em algum tempo imprevisível permitirão elaborar uma síntese significativa? **Ou aceitar os riscos de erro em que incorrem as tentativas pioneiras de acertar quanto a temas amplos e complexos que não estamos acostumados para enfrentar de forma tão sistemática como seria desejável?**

A postura metodológica adotada por Darcy Ribeiro e Edgar Morin, em seus estudos, revela-nos que, apesar dos riscos de uma postura interdisciplinar, não se deve esquivar-se de sua importância, pois, do contrário, seguiremos apenas acumulando estudos por uma mera exigência acadêmica. Nossa busca, neste trabalho, está, portanto, em encontrar os liames de comunicação cruciais entre a formação e a expansão do moderno sistema mundial e as reverberações seculares das sociedades originárias ante esse processo que, como especulamos (hipótese), guarda uma fina sintonia com os conflitos separatistas por que passa a sociedade boliviana no presente instante e também nos movimentos passados.

Darcy Ribeiro, em seu dedicado livro: *As Américas e a civilização*, distingue os povos das Américas em quatro tipologias imprescindíveis para compreendermos quais foram os atores capitais da constituição do Estado nacional boliviano em 1825, no que tange às suas pretensões como artífices dessa nova nacionalidade. É muito interessante essa tipologia formulada por Ribeiro, ao passo que nos ajuda a eleger *elementos socioculturais centrais* pelos quais possamos identificar e explicar **o frágil sentimento de identidade nacional da maior parte do povo boliviano para com sua nação**, superando, assim, “o nível de análises meramente histórico, incapaz de generalizações [...] Orientamos os estudos de caso para a análise daqueles aspectos da realidade sociocultural que oferecem maior valor explicativo” (RIBEIRO, 1990, p.92).

Na Bolívia, os povos que dão vida a sua história antes do processo de colonização encontram-se dentro da tipologia proposta por Ribeiro, delineados como os *Povos Testemunhos*¹⁶ e os *Povos Emergentes*¹⁷, que aqui tratamos como Povos originários. Com essas duas tipologias em mente, podemos contrastá-las com a tipologia dos *Povos transplantados*¹⁸ (*crioulos*), e nos indagar, em termos de temporalidade não-cronológica,

¹⁶“**Povos Testemunhos**, formados pelos remanescentes atuais de altas civilizações originais contra as quais se chocou a expansão européia, sem conseguir, contudo assimilá-los na condição de novos implantes seus. Nesta categoria estão os indianos, os mulçumanos, os chineses, os indo-chineses, os japoneses, etc., que não nos interessam aqui e agora. Nas Américas eles são representados pelo México, Peru, Bolívia e pela Guatemala. Cada um desses Povos Testemunhos experimentou enormes vicissitudes e sofreu profunda europeização. Insuficiente, porém, para fundir num ente etnicamente unificado toda a sua população. Vivem o drama da **ambigüidade** de povos situados entre dois mundos culturais contrapostos, sem poder optar por nenhum deles. **Já não são mais índios. Jamais serão europeus.** A civilização emergente representará para eles, no plano cultural, um imenso desafio: o de se desfazerem de uma falsa imagem unitária a fim de que cada um de seus componentes étnicos assumam seu próprio perfil e o comando autônomo de seu destino para voltarem a florescer”. (RIBEIRO, 1990).

¹⁷“A quarta configuração histórico-cultural se refere aos **Povos Emergentes**. Vale dizer, aos grupos étnicos que hoje se alçam na Europa, África e na Ásia e também na América ocupando o espaço que ultimamente se abriu para a reconstrução e a afirmação do perfil étnico e cultural dos povos oprimidos enquanto minorias nacionais. Nas Américas esta categoria está representada principalmente pelas massas dos indigenatos do Altiplano Andino, o Yucatan e da Guatemala. São os sobreviventes da Civilização Incaica, da Civilização Asteca e da Civilização Maia que, depois de século da mais terrível opressão, começam a estruturarem-se como povos para si, aspirantes à autodeterminação. Até recentemente estes indigenatos eram vistos pelos estudiosos como meros campesinatos que ainda opunham resistência a uma assimilação, que parecia inexorável. Acreditava-se que com uma boa reforma agrária, alguma assistência educacional e também com a ajuda das práticas insidiosas do indigenismo, eles deixariam da mania de serem índios para se fazerem bons cidadãos peruanos, bolivianos, guatemaltecos e mexicanos. Ultimamente se generalizou – e eu gosto de pensar que contribuí para isso – a percepção de que eles não são meros campesinatos atípicos. São é povos oprimidos. Como tal, aspiram legitimamente o comando de seu destino pela proscrição da hegemonia das minorias de crioulos nominalmente brancos e europeus que fizeram a independência para ele próprios. De fato, desde que se apossaram dos governos, as populações originais, às vezes majoritárias, delas sofreram tanto ou mais do que da própria opressão colonial ou pela metrópole espanhola”. (RIBEIRO, 1990, p. 93-7).

¹⁸“Tais são: a dos **Povos Transplantados** constituídos pela expansão de nações européias sobre territórios de ultramar onde, sem se misturarem com a população local, reconstruíram sua paisagem e retomaram suas formas originais de vida. A seguir se desenvolveram culturalmente dentro das linhas paralelas e similares às da metrópole, como povos **brancos** de ultramar. É o caso dos Estados Unidos e do Canadá. É também o caso da Nova Zelândia e da Austrália. Cabem ainda nesta categoria a Argentina e o Uruguai, ainda que no seu caso de

quais seriam os *aspectos históricos sistêmicos centrais de longo prazo* que carregam consigo grande poder explicativo do porquê o espaço que hoje forma o Estado nacional boliviano ter sua história marcada por reiteradas insurreições sociais de caráter separatista, contrárias à incorporação estritamente econômica imposta pela economia-mundo capitalista e que, no entanto, agora, no momento atual, essa tendência separatista parta dos estratos sociais crioulos que nunca almejaram tal separação.

Partindo desse *choque intercultural* entre povos com anseios socioculturais e com visões de mundo chocantes, é possível nos aproximarmos minimamente de uma coesão *histórica e sistêmica* do que se passa na Bolívia desde 2000, com o reviver de movimentos sociais que exaltam como vetor de luta política suas particularidades étnicas em detrimento de questões de classe. Nessa direção, reiteramos a necessidade de interposição da ordem sistêmica de *longa duração* presente no rumo dos acontecimentos na Bolívia, com a ordem local e de curto prazo.

A *comparação* entre épocas em uma mesma localidade e em momentos históricos distintos nos ajuda a realizar essa interposição do sistêmico com o particular (regional), do curto com o longo prazo. Seguindo os conselhos de Braudel, não reduziremos nossa análise à crença de que a *comparação* esgote plenamente as possibilidades de entendimento do crítico momento que atravessa a sociedade boliviana, mas de que ela proporcione à investigação um horizonte histórico-comparativo entre um mesmo processo (desenvolvimento do moderno sistema mundial) que se desenvolve nos espaços em temporalidades que não seguem uma cronologia linear do tempo.

Enquanto na Europa do início do longo século XVI temos o princípio das trajetórias que ensejariam o nascimento dos Estados nacionais modernos europeus no século XIX, os Incas estavam, na América do Sul, há pouco constituídos em uma expressiva civilização de *traços comunais* que, não fosse o choque intercultural, estender-se-iam por toda a América do Sul com uma lógica social totalmente contrária à lógica imposta com a colonização européia.

São, portanto, tempos múltiplos acontecendo a um só tempo, ou seja, não existe, como a história oficial propositalmente coloca, uma única história ocorrendo. Ao contrário, são múltiplas histórias ocorrendo ao mesmo tempo.

forma limitada uma vez que ambos só se europeizaram depois de estruturados como povos mestiços que construíram seus países e fizeram a independência. Isso ocorreu por uma transfiguração cultural posterior, decorrente do enorme vulto da imigração européia que caiu sobre eles [...] **Os Povos Novos**, concerne àquelas populações oriundas da mestiçagem e do entrecruzamento cultural de brancos com negros e com índios de nível tribal, sob a dominação dos primeiros. Tais são, entre outros, os brasileiros, os colombianos, os venezuelanos ou os cubanos. Sua característica diferencial é a de povos desculturados de sua identidade, africanidade ou europeidade para serem um ente étnico novo". (RIBEIRO, 1990).

Partiremos, por conseguinte, dialeticamente do geral ao particular, ou seja, do processo de consolidação do *moderno sistema mundial a partir da Europa* no século XVI para as conjunturas que particularizam a história da Bolívia e de seus movimentos sociais. O desafio está em relacionar esses acontecimentos particulares, na Bolívia, com os desdobramentos do que Wallerstein diz se tratar do mais expressivo e complexo sistema histórico até então vivenciado: o moderno sistema mundial, por compreendermos que é na qualidade de sistema histórico que ele se desenvolve, muda ao longo do tempo. Mantém, contudo, características inerentes que nos permitem continuar afirmando que estamos, aproximadamente, há 500 anos diante do mesmo organismo social.

Pode ser prematuro e, de certa forma, ambicioso o propósito de um estudo interdisciplinar referente aos reflexos desse organismo social extremamente complexo sobre formações sociais não-capitalistas. Não obstante, a postura adotada aqui – e é importante ressaltá-la mais uma vez – é a cisão de uma forma de pensar parcial, de acreditar que estudos parciais venham dialogar nesse momento entre si. O formato de nossas instituições acadêmicas nos deixa claro que a espera por esse diálogo está longe de se concretizar. É muito mais fácil e cômodo produzirem-se estudos parciais da realidade social [acumulativos] sem vínculos entre si do que convencer instituições dedicadas à pesquisa social a formar uma equipe de pesquisadores dispostos a interconectar seus microestudos. (RIBEIRO, 1990).

* * *

2 OS REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS NO TERRITÓRIO DO ALTO PERU.

Os passos deste capítulo procuram elucidar algumas das características cruciais pelas quais o capitalismo se torna um sistema mundial a partir da Europa e não de outro lugar para, em seguida, clarificar um aspecto central dessa mundialização: os processos de incorporação de territórios, até então, externos à economia-mundo capitalista, o mesmo que dizer ao moderno sistema mundial. Temos o território do Alto Peru, em fins do século XV, como parte da recém-consolidada civilização comunal incaica [formada pela reunião de várias culturas originárias], como o caso particular desse processo [incorporação] do qual procuramos analisar as conseqüências para essa civilização. Como tentaremos mostrar, o sistema capitalista necessita transpor-se espacialmente para se impor e se reproduzir como lógica. É o que enfatizamos quando tratamos da incorporação das sociedades pré-colombianas submetidas coercitivamente à lógica capitalista, materializada através da implementação de grandes latifúndios sobre pequenas propriedades originárias de uso *comunal da terra*.

Logicamente que muitas lacunas estarão presentes, pois se trata de um estudo da mais extrema complexidade, o que obviamente significa que um corte histórico considerável, na trajetória das organizações sociais humanas antes desse processo, é feito. Muitas outras formações socioculturais precederam o capitalismo como sistema, inclusive o capitalismo, como forma econômica, é anterior ao próprio sistema capitalista, como veremos.

2.1 A LÓGICA DA EXPANSÃO DA EMC EUROPÉIA.

O capitalismo é, em primeiro lugar, e primordialmente, um **sistema histórico**. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la por meio de um conjunto de afirmações abstratas, mas seria tolo usá-las para avaliar e classificar a realidade. **Por isso tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, por que se desenvolveu das maneiras como se desenvolveu e qual é seu rumo atual** [...] O capitalismo histórico é o locus concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a ‘lei’ que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operam segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar, ou cujas conseqüências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (lei do valor) se

ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada. (WALLERSTEIN, 2001, p.1-18, grifos nossos).

A expressão moderno sistema mundial, usada por Wallerstein, em sua obra de maior fôlego: *The Modern World-System* (1989), funciona, em sua análise, como uma referência temporal e espacial para surgimento e desenvolvimento do capitalismo histórico por meio de sua lógica de acumulação incessante do capital mundo afora. Lógica que Marx e Engels, em *O Manifesto do Partido Comunista* (1848) e na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), percebem ser dominante em virtude de sua tendência a mundializar-se, ou seja, o capitalismo possui endogenamente uma tendência a se espalhar incessantemente. Tendência *restringida*, muitas vezes, por fatores socioculturais e seus representantes que se chocam frontalmente com essa lógica. Isso significa dizer que o capitalismo, como forma econômica, precede o surgimento do moderno sistema mundial.

Arrighi (2007), em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo, do dia dois de setembro de 2007, sobre o seu mais recente livro *Adam Smith em Pequim*, desenvolve sinteticamente o argumento de que a China, a exemplo da Europa, foi um espaço onde o capitalismo encontrou, por vezes, o ambiente propício para se tornar a forma econômica dominante. O capitalismo como um sistema mundial veio, no entanto, a se desenvolver na Europa ocidental. Por quê?

Logicamente que essa não é uma questão histórica das mais simples, pois um dos aspectos levantados por Arrighi (2007) é que, em essência, na China, a economia de mercado durante séculos, mais precisamente até o final do século XVIII e início do XIX, não se desenvolveu em uma economia nos moldes capitalistas decisivamente por não permanecer sob o domínio *direto* dos capitalistas que, para imporem sua lógica de forma sistêmica perante as demais esferas da sociedade, necessitavam, antes, controlar um poder institucional muito maior: *o poder do Estado imperial chinês*. Diferentemente das cidades-estado italianas, da Holanda, posteriormente da Inglaterra e finalmente dos EUA, isto é, dos vários centros hegemônicos do moderno sistema mundial ao longo dos últimos cinco séculos, as relações capitalistas, na China, não ditaram por muito mais tempo as regras estatais, ou seja, houve um predomínio, até o princípio do século XIX, de uma *economia de mercado desvinculada do domínio dos capitalistas* via aparelho estatal. O teórico ainda expõe que

É preciso olhar a situação [atual] da China entendendo que eles vieram de uma história diferente. A China tem uma longa história de economia de mercado não-capitalista [...] Na China havia capitalistas mas eles não dominavam o Estado. Essa

separação entre capitalismo e economia de mercado era uma idéia do [historiador francês] Fernand Braudel [1925-1985] como era de Adam Smith. (ARRIGHI, 2007, não-paginado).

Essa leitura de Giovanni Arrighi nos dá uma primeira percepção de que o processo de desenvolvimento da economia-mundo capitalista para fora da Europa não seguiu, de nenhuma maneira, uma trajetória unidimensional. Ao contrário, se defrontou, por vezes, com organizações sociais (sistemas sociais complexos) de lógicas próprias, mesmo dentro da Europa onde muitas tentativas de construir impérios foram postas em ação, apesar de não terem sido vitoriosas, como a história demonstrou.

Outro aspecto fundamental, para que processo de formação do capitalismo histórico como sistema mundial viesse a se tornar realidade primeiramente na Europa, foi a *equilibrada* simbiose¹⁹ entre *coerção* e *capital*, tão bem descrita por Charles Tilly em *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992*. Ele demonstra que, apesar de o Império Chinês centralizar grande massa de capital por meio da extorsão de tributos em áreas comandadas de forma *indireta*²⁰, de possuir em torno de um milhão de homens armados em 1495 e, ainda, de deter metade da prata retirada das Américas que fora trocada por seda chinesa, todos estes requisitos não levaram a uma formação de Estado com uma simbiose ímpar entre coerção e capital que propiciasse o nascedouro do sistema capitalista. Não que essa combinação ímpar entre coerção e capital não tenha sido tentada na China. O que ocorreu, como coloca Braudel, foi que diferentemente das economias-mundo, os impérios-mundo não bastam a si mesmos uma vez que eles, para se manterem, necessitavam de um investimento desproporcional a favor da coerção em relação ao capital.

Em síntese, talvez a diferença crucial para que capitalismo não surgisse como forma dominante na China está no fato de que, quando forças capitalistas com capacidade de desfragmentar o Império se fortaleciam, logo eram dissipadas pelo *avultoso* Estado imperial em sua *intensa capacidade de aplicação da coerção*. O Império Chinês possuía sim, sob seu domínio indireto, áreas de mercado com alta inversão de capital [hierarquias de baixo para cima] e, sob seu domínio direto, áreas intensas em aplicação da coerção [hierarquias de cima para baixo]. Uma formação de Estado que detinha, portanto, a capacidade de concentrar capital e coerção, porém com uma dosagem desequilibrada proposital para se manter o Império por muito mais tempo em comparação à Europa. (TILLY, 1992).

¹⁹ “Associação de dois organismos diferentes que os permite viver em vantagens recíprocas e os caracteriza como um só organismo” (DICIONÁRIO Larousse cultural).

²⁰ Dominações indiretas de territórios é uma característica de Impérios-mundo como o chinês.

Apesar de inúmeras disputas pela conquista do poder imperial, os vitoriosos, até início do século XIX, sempre reproduziram a forma imperial, pois “o império foi por muito tempo a condição normal na China [...] quando um império declinava outro tomava seu lugar” (TILLY, 1992, p.196).

Na Europa, apesar de muitos governantes almejarem a construção de impérios, o que prevaleceu, principalmente após o fim do Império Romano, foi uma espécie de desmembramento do continente europeu *em múltiplos Estados concorrentes*, justamente em virtude de uma maior simbiose entre *coerção* e *capital* na maioria desses. É certo que as trajetórias de formações de Estados variaram na Europa até que os Estados nacionais viessem a se tornar regra. Em alguns Estados europeus, prevaleciam trajetórias com *intensa aplicação de coerção*, nitidamente com anseios imperiais; em outros, com *intensa inversão de capital* o que favorecia a acumulação e centralização do capital. O que prevaleceu foi, entretanto, uma terceira trajetória que combinava coerção com inversão de capital de forma singular e que, séculos mais tarde, ensejaria a criação dos *Estados nacionais modernos*. A etapa posterior a esse desenvolvimento expressa na formação dos Estados nacionais modernos está descrita com mais precisão no terceiro capítulo.

Eric Hobsbawn, em *Nações e Nacionalismos desde 1780*, explicita essa singularidade que dá à Europa a condição de ser o berço do sistema capitalista. Assim, o autor se aproxima em muito do que Arrighi e Tilly argumentam, especialmente quando diz que o capitalismo foi criado como um sistema mundial na Europa singularmente pelo fato de a Europa apresentar um “*pluralismo político*” que a *livrava* de não fazer parte, naquele momento, de um único império-mundo, a exemplo da China. Hobsbawn (1990) está justamente nos levando à percepção de que o que ocorreu na Europa – o desenvolvimento econômico dos séculos XVI a XVIII, feito com base em Estados territoriais e suas políticas mercantilistas – dá início ao surgimento do *princípio de nacionalidade* envolto por um Estado territorial. A união de espaços territoriais, atrelados ao sentimento de pertencimento nacional a esses espaços, viria a mudar o conceito de nação para o de Estado-nação e, em consequência, mudar o mapa da Europa entre 1830 e 1878 e, posteriormente, do mundo.

Esses aspectos referentes ao modo como o capitalismo se torna um sistema de âmbito mundial é importante no trabalho, pois nos leva fatalmente a estudar as organizações sociais que estão implicadas pelos processos de incorporação de seus territórios e de suas civilizações à nascente economia-mundo capitalista. Se esses processos não tivessem ocorrido, não estaríamos contemporaneamente envolvidos por Estados denominados nacionais e por relações

econômicas mundiais materializadas em cadeias mercantis globais e, muito menos, estaríamos ligados a um sentimento de nacionalidade com nosso território.

Antes de nos debruçarmos um pouco mais a fundo em alguns aspectos cruciais do processo de incorporação, inerentes ao desenvolvimento da economia-mundo, tendo como caso particular o território do Alto Peru, vejamos como estava estruturada, em termos sociais, a civilização incaica e como essa responde ao choque intercultural.

2.1.1 Breve relato da civilização incaica e suas constantes rebeliões na tentativa de restaurar suas estruturas originárias.

Os territórios atuais da Bolívia, Peru e Equador guardam, ainda hoje, os grupos humanos que foram definidos por Darcy Ribeiro como “*povos testemunhos*”, contemporâneos da civilização incaica²¹. Fala-se o *quéchua* e o *aymara* e outros 33 dialetos, além do espanhol. Um complexo de culturas que dá a esse território montanhoso, de cerca de 3000 km de extensão, um retrato presente do curso dos acontecimentos dos últimos 500 anos. Uma volta ao passado nos possibilita um resgate de como estava organizada a civilização incaica antes do processo “civilizatório” europeu. Importa salientarmos que, ao contrário do que análises estritamente *eurocentricas* propagam²², essa civilização possuía estruturas organizacionais que lhe permitiram formar os “impérios teocráticos de regado mais coesos e melhor integrados da história”. Controlavam e distribuía suas colheitas a uma população estimada, por baixo, em 10 milhões. (RIBEIRO, 1970).

Ao contrário da organização capitalista, os Incas possuíam uma estruturação coletivista muito próxima do que Marx denominou de *modo de produção asiático*. Dentro dessa lógica, os incas assimilaram outros grupos étnicos, porém essa assimilação se deu de

²¹ Trata-se da civilização neo-incaica segundo Darcy Ribeiro, mesmo apesar das diferenciações lingüísticas e das variantes culturais e nacionais.

²² “Quando os espanhóis irromperam na América, o império teocrático dos incas estava em seu apogeu, estendendo seu poder sobre o que hoje chamamos de Peru, Bolívia e Equador, abarcando parte da Colômbia e do Chile e chegando até o norte argentino e à selva brasileira; a confederação dos astecas tinha conquistado um alto nível de eficácia no vale do México; em Yucatán e na América Central a esplendida civilização dos maias persistia em todos os povos herdeiros, organizados para o trabalho e a guerra. Estas sociedades deixaram numerosos testemunhos de sua grandeza, apesar de todo o enorme tempo de devastação: monumentos religiosos levantados com maior sabedoria do que as pirâmides egípcias, eficazes criações técnicas para a luta contra a natureza, objetos de arte que denunciam um talento invicto. No museu de Lima podem ver-se centenas de crânios que foram objeto de puncturas e curas com placas de ouro e prata por parte dos cirurgiões incas. Os maias foram grandes astrônomos, tinham medido o tempo e o espaço com precisão assombrosa e descoberto o valor da cifra zero antes de qualquer outro povo na História. Os aquedutos e as ilhas artificiais criadas pelos astecas deslumbraram Fernão Cortez, embora não fossem de ouro”. (GALEANO, 1976, p. 54).

maneira antagônica à praticada pelos europeus em toda as Américas, ou seja, ao assimilarem outras culturas, os incas não as colonizavam culturalmente²³; pelo contrário, procuravam manter as diversidades culturais dos vários grupos étnicos num “*único corpo social marcado por uma grande coesão*”. (RIBEIRO, 1970, p.183). Há um grande consenso entre os estudiosos de que a civilização incaica estava a fundir seu *sistema social* por toda a América do Sul. Os incas ingressavam, antes da chegada dos espanhóis, num ciclo de expansão excepcional, segundo relatos de Darcy Ribeiro e de Eduardo Galeano.

O processo colonizador europeu, impregnado pela lógica de acumulação incessante de capital, rompe, no entanto, as bases civilizacionais dessa sociedade que vem a sofrer mudanças inimagináveis em suas estruturas familiares de caráter comunal (o *ayllu*). A Civilização Incaica sente o choque de uma estrutura paradoxal, principalmente em relação ao uso da terra que, para os incas, era algo sagrado e de uso comunal. Relega-se aos *povos testemunhos* a base da pirâmide social no processo de acumulação capitalista. Essa base da pirâmide social é correspondente, nos termos cunhados por Braudel, à *vida material*²⁴, isto é, os originários passam a viver apenas para subsistir reproduzindo o combustível para a retirada dos metais preciosos tão cobiçados naquele momento de expansão mercantil do moderno sistema mundial.

O processo – como temos constantemente frisado – sofre, todavia, reverberações imediatamente, ou melhor, no curtíssimo prazo, os *povos testemunhos* se posicionam contra a imposição de formações socioculturais que em nada condizem com as suas, o que sinaliza para o que viria a se traduzir em três séculos de constantes rebeliões desses povos, cada vez mais organizadas e numerosas, que marcariam a ferro e fogo a etapa de incorporação desse espaço ao moderno sistema mundial.

Em 1564, segundo relato de Darcy Ribeiro (1970), em todo o sul do Peru, já existia um clamor significativo na esperança de restauração da civilização incaica, o que é reforçado empiricamente por ainda restarem sobreviventes incas²⁵ refugiados nas matas orientais. Fato que, paulatinamente, inflama, de forma arrebatadora, os ânimos das revoltas contra a Coroa

²³ “Como se vê, a civilização incaica caracterizava-se pelo desenvolvimento deste sistema coletivista estatal – oposto às estruturas mercantilistas escravistas e às capitalistas – em combinação com uma estratificação social rígida, dominada por uma aristocracia, e por uma vasta burocracia, administrativa, militar e teocrática”. (RIBEIRO, 1970, p.183, grifos nossos).

²⁴ Termo usado por Braudel para designar a base do sistema tripartite que ele constrói para demonstrar em grande medida que o capitalista, na verdade, não é o mercado, mas o seu o seu oposto, ou seja, o antimercado onde não existe competição entre capitalistas.

²⁵ “Inka: Autoridad Máxima del sistema y Estado INKA del Tawantinsuyu. Significa Poder y ejercicio de poder, em los Andes”. (YAMPARA, 1995, p. 161).

espanhola, dando vazão, em 1739, às primeiras tentativas organizadas de restauração do incário, reprimidas graças à pólvora (força das armas) dos espanhóis em número muito menor.

Três anos após, em 1742, novas revoltas, agora apoiadas no índio Juan Santos Atahualpa – que durante, pelo menos, uma década liderou um grupo disposto a morrer pela restauração do incário –, vinham apenas reforçar que o caudilho esteve *sempre* instalado permanentemente em objeção às estruturas impostas pelos colonizadores. Sem sombras de dúvidas, a mais emblemática de todas essas revoltas, almejando a restauração do incário, ocorre em Cuzco, no ano de 1781, tendo como líder supremo um “descendente da velha linhagem Inca que se fazia chamar de Tumac²⁶ Amaru II”. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1970, p.197-8, grifos nossos),

Quase todo o altiplano indígena e cholo respondeu à sua conclamação, senão com atos de guerra, ao menos com o calor de sua esperança. Vencido depois de anos de luta, foi morto, esquartejado e exposto em diferentes cidades para escarmento do povo. Sua luta como as outras, era um levantamento messiânico de massas revoltadas contra a exploração colonial, que sonhavam com um mundo sem fazendeiros, sem leis, sem corregedores, sem comerciantes, enfim, uma sociedade idílica, de que se extirparia tudo que os oprimia e avassalava.

Túpac Amaru, descendente direto dos imperadores incas, antes de sofrer sua prisão e a morte de forma brutal, anuncia a proibição do trabalho gratuito nas minas de Potosí cada vez mais despovoada pelos originários, receosos de serem capturados pelos espanhóis. Túpac Amaru também expede “um novo comunicado pelo qual decretava a liberdade dos escravos [...] e abolia todos os impostos acabando com o *repartimento* de mão-de-obra indígena em todas as formas” (GALEANO, 1996, p.56).

Os exploradores, cegos pelos metais preciosos, após a derrota da rebelião liderada por Túpac Amaru, acabam por impor a sua lógica essencialmente capitalista sobre os territórios. Vejamos em definitivo a instituição dessa lógica que irrompe com o processo de incorporação desse espaço à economia-mundo capitalista.

²⁶ “Designación a jerarquía de cargo y poder, de la misma forma significa superioridad y autoridade andina”. (YAMPARA, 1995, p. 154).

2.2 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS PROCESSOS DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS ZONAS AO SISTEMA MUNDIAL MODERNO. O CASO DO ALTO PERU.

Esta simples, mas fundamental busca em responder o porquê de o capitalismo, como sistema, ter surgido na Europa e não em outro espaço nos ajuda a compreender certas questões centrais relativas a uma primeira etapa do desenvolvimento do sistema capitalista: os processos de incorporação de territórios até então marginais.

Mesmo que na China as relações capitalistas tenham demorado a se realizar de forma sistêmica, em outros espaços esse processo se estabelece e dá início à organização social que hoje vivenciamos mundialmente, inclusive na China. Entender que a China, por estar socialmente estruturada em um império-mundo e que, por isso, resistiu ao processo de incorporação até início do século XIX, ou seja, praticamente três séculos a mais que o território do Alto Peru, proporciona-nos uma maior dimensão do grau de obstáculos enfrentados pela mundialização da lógica capitalista em diferentes espaços e em diferentes temporalidades. Nessa direção, Wallerstein sugere algumas similaridades entre os processos de incorporação em tempos e espaços diferentes.

Uma primeira similaridade entre as incorporações de novas áreas e grupos humanos à economia-mundo capitalista é que, em regra, essas incorporações “nunca se produziu pela iniciativa dos que eram incorporados. Estes processos se derivaram principalmente da necessidade da economia-mundo capitalista em expandir suas fronteiras, uma necessidade resultante, portanto, de pressões internas desta economia-mundo”. (WALLERSTEIN, 1984, p. 179).

Uma segunda similaridade, apontada por Wallerstein, é a de que a *natureza* do processo de incorporação fazia do território incorporado, em regra, num primeiro instante, “zona periférica da economia-mundo capitalista”. Nessas duas similaridades apontadas, devemos fazer uma ressalva em relação à incorporação da China que, contrariamente à das Américas (Alto Peru), do subcontinente índio e da África Ocidental, não foi incorporada de forma periférica. Essa é uma questão que não nos aprofundaremos, mas que é importante para que fique claro que o sistema capitalista não se impôs em todos os espaços periféricamente e muito menos numa mesma temporalidade²⁷. No caso da América Latina, a imposição se deu

²⁷ “Desde el punto de vista de la economía-mundo capitalista, un área externa era una zona de la que la economía-mundo capitalista deseaba obtener mercancías pero que se resistía (quizá culturalmente) a importar productos manufacturados a cambio y era lo bastante fuerte políticamente como para mantener sus preferencias. Europa había comprado té en China desde principios del siglo XVIII, pero no había encontrado más medio de

de forma periférica e por isso este espaço não será mais o mesmo a partir do processo de incorporação ao moderno sistema mundial, como nos relata Magda,

The rise of the modern world during the late fifteenth and early sixteenth century coincided with the decline of the newly discovered civilizations of the New World. The contact between these two worlds was not primarily through trade, as was the European-Asian contact which created regional links with the concomitant diffusion of technology. It was contact characterized by conquest and power relationships. The impact of the conquest not only stopped the evolution of the Andean society but actually reversed it. With the conquest, the civilizations of the “New World” were incorporated into the emerging capitalist world-economy and Western civilization. Ever since, the history of Latin America has been inextricably linked to that of the Western World. (Magda, 1999, p. 1).

O desenvolvimento do capitalismo histórico foi, portanto, alimentado pelas incorporações de novas zonas, até então, externas à economia-mundo capitalista, o que deu o impulso essencial para o estabelecimento de uma *divisão internacional do trabalho* nos moldes capitalistas já ao longo século XVI, decisiva para que a economia-mundo europeia pudesse romper os limites impostos pelos impérios-mundo ao seu desenvolvimento²⁸. Esse estabelecimento é liderado, inicialmente nas Américas, por Portugal e Espanha e constitui, para Wallerstein, uma transformação radical e indispensável para a concretização do moderno sistema mundial. Em todos os territórios, independentemente de estarem localizados no centro, na semiperiferia, ou na periferia, ou seja, falando em termos gerais, o processo de

pago acceptable que la plata”. (Wallerstein, 1984, p. 234-5) Podemos dizer que a China dá início ao processo de incorporação à economia-mundo capitalista quando a Inglaterra elimina a necessidade exportação de prata para China em virtude da criação de um comércio triangular (invenção da companhia das índias orientais) indo-chino-britânico conseguido com a incorporação da Índia. Essa incorporação propiciou à Inglaterra diminuir as manufaturas de tecido de algodão na Índia, pelo fato da Inglaterra ter descoberto mais mercados na Europa ocidental, substituindo por importações de tecidos britânicos e com isso sob o domínio Inglês o algodão produzido na Índia é exportado para China proporcionando assim uma solução adequada para que a Inglaterra eliminasse a exportação de prata para a China. Entretanto, a China produzia quase a totalidade do algodão que necessitava obrigando a Inglaterra a encontrar outra solução que foi a exportação de ópio à China mesmo com a proibição do imperador. Nessa direção, a China começa a exportar a prata para pagar o ópio. **“En 1836, el emperador trató de hacer cumplir la prohibición del opio, con lo que provoco la guerra del Opio em 1840 y, com el tratado de 1842, la propia China inició el proceso de incorporación”**. (WALLERSTEIN, 1984, p. 236, grifos nossos).

²⁸ “A expansão das feiras na Europa permitiu a ampla circulação dos produtos da economia-mundo a partir de entrepostos comerciais chaves. Mas faltava ainda o desenvolvimento de uma estrutura política adequada à organização dessa economia-mundo. Para isso seria necessário o esgotamento político e financeiro das forças imperiais francesas (Valois) e espanholas (Habsburgos) em 1559, com o Tratado de Cateau-Cambresis e, posteriormente a derrota espanhola para as províncias Unidas, em 1648, com a assinatura do Tratado de Westfália. Esse esgotamento e derrota marcam a liquidação dos impérios na Europa e de suas pretensões em anexá-la. No seu lugar, se afirmarão as monarquias absolutistas que reconhecem formalmente, mediante Westfália, os limites territoriais de sua soberania na Europa e a preservação da autonomia dos fluxos de capitais e mercadorias em relação às tensões políticas e militares [...] A derrota espanhola em Westfália marcará a criação do sistema interestatal e configurará, para Wallerstein, o parto do sistema mundial, encerrando o longo século XVI, em 1651”. (MARTINS, 2003, p. 41-2).

incorporação trouxe consigo, de forma intrínseca, a divisão axial do trabalho dentro dos territórios e entre os territórios.

Historicamente, a incorporação do Alto Peru e a divisão do trabalho lá implicada guardam uma intrínseca ligação com a Espanha, obviamente por terem sido os espanhóis que colonizaram esse espaço. Segundo relato de Herbert Klein, em seu livro intitulado *Bolívia, do período pré-incaico à independência*, as forças colonizadoras espanholas (intermediários hispânicos) souberam, num primeiro momento desse processo, explorar as disputas internas²⁹ decorrentes do recente estabelecimento de uma civilização coesa dos povos originários, ou seja, da recente constituição de um Estado central na América do Sul, representado na figura dos Incas³⁰.

Os espanhóis argutamente “convenceram” facções contrárias a esse recente estabelecimento de que suas ambições eram apenas momentâneas, na direção de saciar sua sede de metais preciosos e que, se os ajudassem na retirada desses metais, eles (os espanhóis) os ajudariam [facções contrárias] a retomar o poder central das mãos dos Incas. No entanto, no calor das disputas internas entre os grupos originários pelo poder do Estado central incaico, os espanhóis “*se autoproclamam libertadores*”³¹, dando início abertamente ao processo que marcaria e mudaria a história desses povos e do mundo no que tange ao sistema social imposto, com o intuito da acumulação incessante do capital via incorporações territoriais e humanas.

Em pouco tempo, as intenções incorporadoras da coroa espanhola, implementadas de forma extremamente coercitiva, torna-se a regra do processo. Uma exploração sistemática dos metais preciosos, em várias regiões das Américas, tem início em 1545 quando são descobertas, no Alto Peru, as maiores minas de prata de todo o continente, localizadas mais precisamente na famosa cidade de Potosí (Cerro Rico). O intuito expansionista colonizador dos espanhóis, naquele instante, é irrefutável com a fundação de cidades, como La Paz, no coração das terras *aymaras*, e, pouco mais de uma década depois, com a fundação de Santa Cruz de la Sierra.

²⁹ “Os conquistadores praticaram também, com refinamento e sabedoria, a técnica da traição e da intriga. Souberam aliar-se com os tlaxaltecas contra Montezuma e explorar, com proveito, a divisão do império incaico entre Huascar e Atahualpa, os irmãos inimigos”. (GALEANO, 1976, p.29).

³⁰ “Os Incas na verdade são a expressão de uma nação de língua quechua, cujo império emergiu desde a região de Cuzco, ao norte do lago Titicaca. Em meados do século XV os expansionistas Quechua vieram a ser conhecidos pelo nome de seus governantes, ou seja, Incas. Em torno de 1460 estenderam suas influências sobre o reino dos aymaras, incapazes de se unir contra eles”. (KLEIN, 1991, p. 19).

³¹ “A tecnologia militar possibilitou que várias centenas de espanhóis sobrepujassem exércitos indígenas de milhares de homens”. (KLEIN, 1991, p. 28).

Um fato histórico relevante para a compreensão dos processos de incorporação decisivos à expansão da economia-mundo capitalista está na percepção de que os espanhóis necessitavam, para a retirada da prata, antes de tudo, de energia humana em grande quantidade, e não por acaso iniciam as incorporações pelas regiões densamente povoadas por originários. Evidencia-se, nesse fato, a crucial importância da disposição de seres humanos em grande quantidade para se colocar em marcha o processo de expansão do capitalismo histórico, o que significou, por parte da coroa espanhola e de seus financiadores³², a exigência em colonizar os povos originários principalmente em sua esfera cultural, no desígnio de que, em poucas gerações, romper-se-ia com as línguas originárias, e com toda a carga cultural, que era, sem dúvida, um dos grandes e, talvez, o maior dos obstáculos a essa expansão. Obstáculo tão grande que, como coloca Mariátegui, em seu ensaio intitulado “El problema indio”, levou a um *despovoamento descomunal* desses territórios. Fato que complicou os interesses da coroa e de seus financiadores já que a exploração das minas de prata exigia mão-de-obra em grande escala. O estudioso expõe, com efeito, que

La práctica de exterminio de la población indígena y de destrucción de sus instituciones -en contraste muchas veces con las leyes y providencias de la metrópoli- empobrecía y desangraba al fabuloso país ganado por los conquistadores para el Rey de España, en una medida que éstos no eran capaces de percibir y apreciar. Formulando un principio de la economía de su época, un estadista sudamericano del siglo XIX debía decir más tarde, impresionado por el espectáculo de un continente semidesierto: "Gobernar es poblar". **El colonizador español, infinitamente lejano de este criterio, implantó en el Perú un régimen de despoblación [...] La persecución y esclavizamiento de los indios deshacía velozmente un capital subestimado en grado inverosímil por los colonizadores: el capital humano.** Los españoles se encontraron cada día más necesitados de

³² Arrighi (1996, p.129-30), em seu livro *O longo século XX*, ao se debruçar sobre as origens do moderno sistema mundial, ressalta que “Portugal e Espanha (Estados territorialistas) tomaram a dianteira dos processos de incorporação *financiados essencialmente* por agentes capitalistas genoveses, ou seja, através de um relacionamento orgânico de intercâmbio político “que desde o século XV havia entrelaçado as fortunas da classe capitalista genovesa com as dos governantes territorialistas ibéricos [...] Neste padrão, uma grande expansão material da economia mundial européia, através do estabelecimento de novas rotas de comércio e da incorporação de novas áreas de exploração comercial, foi acompanhada por uma expansão financeira que acentuou o controle capital sobre uma economia mundial ampliada. Além disso, uma classe capitalista claramente identificável (a genovesa) incentivou, supervisionou e se beneficiou das duas expansões, em virtude de uma estrutura de acumulação de capital que em sua maior parte, já passara a existir quando a expansão material teve início”. **O que queremos frisar com essas colocações é que as forças capitalistas não se jogaram diretamente à aventura colonial que cria a divisão internacional do trabalho, pois seus custos eram imprevisíveis. Nesse sentido o intercâmbio político entre forças territorialistas, como a Espanha, e forças capitalistas (banqueiros genoveses) foi fundamental para que os processos de incorporação viessem a ocorrer. Coube à Espanha a divisão dos lucros decorrentes da exploração colonial sistemática.**

□ “A coroa estava hipotecada. Cedia por adiantado quase todos os carregamentos de prata aos banqueiros alemães, genoveses, flamengos e espanhóis. Também os impostos arrecadados dentro da Espanha tinham, em grande parte, esta sorte: em 1543, uns 65% o total das rendas reais eram destinadas ao pagamento das anuidades dos títulos de dívida. Só uma pequena parte da prata americana se incorporava à economia espanhola [...] Aquele império rico tinha uma metrópole pobre embora houvesse a grande ilusão de prosperidade”. (GALEANO, 1996, p. 35).

brazos para la explotación y aprovechamiento de las riquezas conquistadas. Recurrieron entonces al sistema más antisocial y primitivo de colonización: el de la importación de esclavos. **El colonizador renunciaba así, de otro lado, a la empresa para la cual antes se sintió apto el conquistador: la de asimilar al indio. La raza negra traída por él le tenía que servir, entre otras cosas, para reducir el desequilibrio demográfico entre el blanco y el indio.** (MARIÁTEGUI, [s.d], não-paginado, grifos nossos).

Talvez possamos eleger, aqui, duas características explicativas gerais aos anseios expansionistas do capitalismo histórico via incorporação de novos espaços. A primeira característica pode ser expressa pela necessidade da indispensável *colonização cultural* dos povos originários que, quando não alcançada de forma a suprir as necessidades expansionistas, obrigou os espanhóis a trazerem os africanos como substitutos nas atividades mineiras, essencialmente em virtude da dificuldade em fazer dos originários escravos do capital.

A segunda característica explicativa, nessas explanações de Mariátegui, e que repercutirá em momentos posteriores, principalmente na criação da república da Bolívia no século XIX, está no fato de que uma “nação”, no sentido moderno, necessita de uma forte identidade do povo para com esta, ou seja, “Governar é povoar”. Ao contrário do processo de incorporação da América do Norte – onde o colonizador não se vê como um herói conquistador e não se estabelece com o objetivo unicamente de extrair riqueza, mas também de criá-la –, a colonização dos ibéricos (Espanha e Portugal), na América do Sul, foi feita estritamente com o intuito heróico que, em nenhum momento, pensou na posteridade dos reflexos desse tipo de colonização para os povos originários e também para eles, os conquistadores. Em vista disso, o autor também expõe que,

Mientras en Norteamérica la colonización depositó los gérmenes de un espíritu y una economía que se plasmaban entonces en Europa y a los cuales pertenecía el porvenir, a la América española trajo los efectos y los métodos de un espíritu y una economía que declinaban ya y a los cuales no pertenecía sino el pasado [...] El español no tenía las condiciones de colonización del anglosajón. La creación de los EE. UU. se presenta como la obra del *pioneer*. España después de la epopeya de la conquista no nos mandó casi sino nobles, clérigos y villanos. Los conquistadores eran de una estirpe heroica; los colonizadores, no. Se sentían señores, no se sentían *pioneers*. Los que pensaron que la riqueza del Perú eran sus metales preciosos, convirtieron a la minería, con la práctica de las mitas, en un factor de aniquilamiento del capital humano y de decadencia de la agricultura [...] El colonizador, que en vez de establecerse en los campos se estableció en las minas, tenía la psicología del buscador de oro. No era, por consiguiente, un creador de riqueza. Una economía, una sociedad, son la obra de los que colonizan y vivifican la tierra; no de los que precariamente extraen los tesoros de su subsuelo. La historia del florecimiento y decadencia de no pocas poblaciones coloniales de la sierra, determinados por el descubrimiento y el abandono de minas prontamente agotadas o relegadas, demuestra ampliamente entre nosotros esta ley histórica. (MARIÁTEGUI, [s.d], não-paginado).

Essas percepções podem parecer simplistas, mas explicam em boa medida os males de origem adquiridos secularmente em territórios que serviram apenas a interesses externos e sugadores. A forma de colonização (incorporação) da América do Norte, em comparação com a América do Sul, no que tange à direção com que foram desenvolvidos os processos de distribuição da terra e dos fins destinados a ela, por exemplo, demonstra que, ao contrário dos regimes de propriedade baseados nas *encomiendas*³³, designadas externamente pela Espanha a uns poucos intermediários da coroa (*encomendeiros*) e que ensejam a criação dos latifúndios, na América do Norte “não houve reis dispondo da terra alheia como coisa própria”, o que propiciou aos colonizadores do norte desenvolverem regime de propriedade³⁴ que não devia obrigações a um monarca, ou seja, esse não detinha o poder de determinar a divisão das terras, destinando-as a uma nobreza subserviente aos seus interesses e extremamente opressora diante dos povos autóctones, como foi em toda a América do Sul.

Façamos agora uma breve explanação de como foram se constituindo os nódulos das cadeias globais de valor no Alto Peru, no intuito de demonstrar um pouco mais desses aspectos cruciais, relativos ao desdobramento da economia-mundo capitalista e aos seus reflexos ante as populações autóctones.

2.2.1 As cadeias mercantis de valor e os nódulos que perpassaram o Alto Peru, desde o século XVI como determinantes econômicos para a expansão da economia-mundo capitalista.

La incorporación significa fundamentalmente que **al menos algunos procesos de producción importantes en un lugar geográfico dado se convierten en parte importante de varias de las cadenas mercantiles que constituyen la división del trabajo corriente en la economía-mundo capitalista. Cómo sabemos si un proceso de producción concreto es ‘parte integrante de’ esta división del trabajo? Un proceso de producción sólo puede considerarse así integrado si su**

³³As comunidades familiares dos incas (*ayllus*), após o domínio espanhol, foram divididas em *encomiendas* ou *concessões*. “Aquele que recebia a concessão, o assim chamado encomendero, era autorizado a recolher impostos sobre o trabalho. Em contrapartida, era obrigado a pagar impostos pela instrução religiosa e também a aculturar os índios em moldes espanhóis. **Essas concessões constituíam a maior fonte de riqueza individual no Peru do século XVI e eram dadas somente a uma pequena parcela dos conquistadores**”. (KLEIN, 2004, p. 31, grifos nossos).

³⁴“**Los hombres del norte fueron conquistando la selva virgen, pero no permitían que el general victorioso en la lucha contra los indios se apoderase, a la manera antigua nuestra, 'hasta donde alcanza la vista'. Y cada vez que se levantaba una nueva ciudad en medio del desierto no era el régimen de concesión, el régimen de favor el que privaba, sino el remate público de los lotes en que previamente se subdividía el plano de la futura urbe. Y con la limitación de que una sola persona no pudiera adquirir muchos lotes a la vez**”. (MARIÁTEGUI, [s.d], não-paginado, grifos nossos).

producción responde en algún sentido a las siempre cambiantes ‘condiciones de mercado’ de esta economía-mundo (sea cual sea el origen de estos câmbios) en términos de esfuerzos por parte de quienes controlan estos procesos de producción para maximizar la acumulación de capital dentro de este ‘mercado’, si no a plazo muy corto, al menos a un razonable plazo médio. En la medida que no se pueda afirmar que se dan tales procesos, ni siquiera a grandes rasgos, en la medida en que la irregularidades de los procesos concretos de producción puedan explicarse por consideraciones que no sean la que permiten la acumulación máxima de capital em la economía-mundo, la zona en la que se den estas condiciones particulares puede considerarse situada en el área externa de la economía-mundo, pese a la existencia de lazos comerciales y con independencia de la estensión o la rentabilidad del ‘comercio’ em curso. (WALLERSTEIN, 1998, p. 180, grifos nossos).

Ao longo da história de incorporação do Alto Peru perifericamente à economia-mundo, é possível identificar, nesse espaço, nódulos centrais de cadeias mercantis de valor³⁵ decisivas para a expansão do sistema mundial. Tais nódulos, em grande medida, contrapõem argumentos de que só podemos falar de uma economia mundial a partir dos séculos XIX e XX. Segundo Wallerstein, para se ter convicção de que os processo de produção estejam integrados na *divisão internacional do trabalho* é preciso investigar se

[...] la naturaleza de las estructuras de la toma de decisiones económicas, los modos diferenciales de disponibilidad de la mano de obra para el trabajo en esos procesos productivos, el grado en que las unidades de gobierno se relacionan con los requisitos de la superestructura política de la economía-mundo capitalista y, finalmente, la aparición de la infraestructura institucional necesaria, o más bien, la extensión de la que ya existe en la economía-mundo capitalista para cubrir la zona objeto de incorporación. (WALLERSTEIN, 1998, p.182).

Como demonstramos, a economia-mundo capitalista começa a se desenhar e se impor como lógica dominante há, mais ou menos, 500 anos no ocidente europeu. Ao longo desse processo, o âmbito econômico desse enredo está representado pelas *cadeias mercantis de valor*, as quais se expandem territorialmente em áreas que guardam recursos materiais vitais para a expansão dessa lógica.

Podemos, sem dúvida, identificar no Alto Peru os processos de produção e as exigências para que esses estejam ligados à divisão internacional do trabalho já em finais do século XV e começo do século XVI, com a descoberta das minas de prata e os fins destinados ao metal. Essa descoberta representará uma das pontas-de-lança do processo de acumulação primitiva do capital na Europa ensejando os alvares do sistema capitalista.

³⁵ Quando nos respaldamos na idéia de cadeias mercantis de valor, estamos falando das “*redes de processos de trabalho e produção*” que expressam uma divisão do trabalho em escala *transnacional e integrada*, ou seja, uma divisão social do trabalho que extrapola os limites nacionais, integrando processos de trabalho e produção dispersos espacialmente com o intuito de acumular e centralizar os ganhos desse processo. (WALLERSTEIN, 1984).

Braudel (1998) nos relata como era o cotidiano da cidade de Potosí naquele instante, tanto em relação aos povos oprimidos (originários e os negros) quanto em relação aos banqueiros genoveses, flamencos e alemães, ou seja, as nascentes elites capitalistas européias³⁶ que financiaram a Espanha nesse processo e que esperavam ansiosamente, sem tirarem os pés da Europa, suas recompensas em metais preciosos. O autor também comenta o seguinte:

A situação é ainda mais nítida no Novo Mundo, onde, para a exploração dos metais preciosos, a Europa recriou em grande escala a antiga escravatura. Os índios da Mita (o recrutamento mineiro), que são eles senão escravos? [...] **Surgem estranhas cidades, a mais estranha, a de Potosí, mais de 4 mil metros de altitude, no planalto dos Andes, colossal acampamento de mineiros, cancro urbano onde se amontoam mais de 100mil seres humanos. Ali a vida é absurda, mesmo para os ricos: uma galinha chega a valer oito reais, um ovo dois reais, uma libra de cera de Castela dez pesos, o resto nessa proporção. Que dizer, senão que o dinheiro não tem valor? E não é o mineiro nem sequer o dono das minas que ganha aqui a vida, mas o mercador, que adianta o dinheiro em moeda, os víveres, o mercúrio necessário às minas, sendo reembolsado calmamente em metal**” (BRAUDEL, 1998, p. 167-8, grifos nossos).

A cidade de Potosí detinha, naquele instante, a cadeia mercantil global mais expressiva de todas, representada pela prata. Digo mais expressiva, pois viria mudar a economia do mundo e colocar essa região, que hoje forma parte da Bolívia, como a principal área da acumulação primitiva e já incessante do capital. Logicamente que esse processo exigiu uma energia motora sem a qual não teria sido possível. Energia esta provinda precisamente dos braços dos povos originários e dos negros que, como nos relata Eduardo Galeano em seu ensaio intitulado “El país que quiere existir” (2003), morriam como moscas na retirada dos metais nos socavões. Assim,

A mediados del siglo dieciséis, la ciudad más poblada, más cara y más derrochona del mundo brotó y creció al pie de la montaña que manaba plata. Esa montaña, el llamado Cerro Rico, tragaba indios. “Estaban los caminos cubiertos, que parecía que se mudaba el reino”, escribió un rico minero de Potosí: las comunidades se vaciaban de hombres, que de todas partes marchaban, prisioneros, rumbo a la boca que conducía a los socavones. Afuera, temperaturas de hielo. Adentro, el infierno. De cada diez que entraban, sólo tres salían vivos. Pero los condenados a la mina, que poco duraban, generaban la fortuna de los banqueros flamencos, genoveses y alemanes, acreedores de la corona española, y eran esos indios quienes hacían posible la acumulación de capitales que convirtió a Europa en lo que Europa es. (MARIÁTEGUI, [s.d], não-paginado).

³⁶ O controle político de uma cadeia mercantil de valor dota de um *status* de poder significativo quem a controla. Tal controle permitiu, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, ações políticas com maior grau de *autonomia* frente aos demais interesses políticos/econômicos/culturais, externos e internos ao território. Logicamente que a direção dessas políticas e a quem beneficiou dependeu de qual grupo deteve o poder desses nódulos ao longo do processo.

A cadeia da prata estimulou, portanto, o desenvolvimento do moderno sistema mundial e, por que não dizer, foi o que o tornou possível. Eduardo Galeano (1976, p.35), em seu célebre livro *As veias abertas da América Latina*, relata que, para que tenhamos uma idéia da colossal dimensão da retirada da prata na cidade de Potosí, “nem mesmo os tesouros persas que Alexandre Magno despejou sobre o mundo helênico poderiam comparar-se com a magnitude desta formidável contribuição da América para o processo alheio”.

Sem sombra de dúvida, a cadeia mercantil expressa pela prata provinda principalmente do Cerro de Potosí foi a mais expressiva cadeia mercantil global naquele instante para a expansão da economia-mundo capitalista, haja vista que cidade de Potosí representava, durante os séculos XVI a XVII, o epicentro da vida colonial americana, chegando a ter o mesmo número de habitantes que Londres e mais do que Sevilha, Madri e Roma. É interessante perceber que o século XVIII, que marca o início do fim da economia da prata, sinaliza também o fim desse *glamour* internacional da cidade de Potosí, que passa da cidade mais rica do mundo para cair no esquecimento profundo. Enfim, “A cidade que mais deu ao mundo é a que menos tem” (GALEANO, 1976, p.44). A riqueza deixou como marca a extrema pobreza que marcará a nação por todo o século XIX e XX como sendo o país mais pobre da América Latina.

No século XIX, a famosa Guerra do Pacífico, que significa para a Bolívia a perda, para o Chile, de sua saída para mar, marca também a perda da cadeia mercantil de valor posterior expressa pelo salitre e pelo guano, que representavam, naquele momento, fertilizantes imprescindíveis para alimentar as cansadas terras européias. Os ganhos com as exportações de salitre e guano não vão, porém, para as mãos do Estado chileno, mas para as mãos do inglês John Thomas North que “sem disparar nenhum tiro conquistou os territórios que haviam sido da Bolívia e do Peru se convertendo no rei do salitre” (GALEANO, 1996).

Durante as primeiras décadas do século XX, gradativamente a exploração do estanho começa a se tornar a principal cadeia mercantil de valor boliviana, fortalecendo os laços comerciais da região novamente com o mercado internacional. Nas duas primeiras décadas do século XX (1900 a 1909 e 1910 a 1919), o estanho representava respectivamente 40% e 60% da pauta de exportação boliviana, alcançando, entre 1920 e 1939, 72% deste pauta, para na década de quarenta (1940 a 1949) atingir a margem de 75% de tudo o que Bolívia transacionava com o exterior. Quando nos referimos ao fato de que o estanho representou, para o país, o principal nóculo, queremos dizer para aqueles que controlavam esses nóculos em território boliviano e que eram apenas três personalidades:

Simon Patiño, em 1931, detinha 62% do volume de exportações de estanho; Mauricio Hothschild, 26% do controle das exportações em 1938 e Carlos Aramayo, 10% em 1934 (Guzmán, 1986, p.263-6). Estes grandes proprietários priorizavam a exportação bruta de minérios, sem investir no processamento dessas matérias-primas em solo boliviano. O Poder dos grandes mineradores estendeu-se para outros ramos da produção e negócios e ganhou, posteriormente, dimensão internacional. Patiño controlava o maior banco da Bolívia, possuía jornais, ferrovias, fazendas, além de plantar sólidas raízes fora do país. Hothschild e Aramayo tinham negócios que também se ramificavam pelo conjunto da economia. (ANDRADE, 2007, p.27-8).

Nesse sentido, até o momento da Revolução nacional de 1952, esses três magnatas do estanho detiveram praticamente o grosso dos rendimentos advindos do minério por meio das exportações para as quais o Estado cobrava impostos irrisórios, variando de 3 a 5% do valor exportado. O Estado boliviano, durante as quatro primeiras décadas do século XX, esteve à mercê dos interesses dos barões do estanho. Esse fato é muito perceptível tendo em vista a queda internacional vertiginosa sofrida pelos preços do estanho, no período próximo à crise mundial de 1929, o que leva o governo a diminuir ainda mais os impostos cobrados sobre as exportações, agravando drasticamente suas receitas e obrigando-o a buscar empréstimos internacionais que aumentaram drasticamente a dívida pública. (ANDRADE, 2007).

Não nos aprofundaremos nessas questões políticas neste capítulo, que tem o objetivo principal de demonstrar apenas as questões relativas ao choque intercultural e seus reflexos. Procuramos, por isso, de maneira breve, apenas identificar as principais cadeias mercantis de valor que colocam esse espaço na rota da economia-mundo capitalista desde o século XVI. As questões políticas são tratadas com mais profundidade nos capítulos três e quatro, nos quais voltamos a falar das conseqüências políticas para a grande maioria da sociedade boliviana, decorrentes desse pacto de poder triangular entre a grande mineração do estanho o Estado boliviano e as forças imperialistas que será uma máxima, pelo menos, até a Revolução nacional de 1952.

Os hidrocarbonetos, nessas primeiras décadas do século XX, representavam uma cadeia ainda em seu nascedouro, não tão importante como nos anos atuais. Esse início de exploração de derivados dos hidrocarbonetos ocorreu no governo de Bautista Saavedra (1921-1925) que deu a concessão de exploração dessa cadeia à companhia estadunidense *Standard Oil* já no primeiro ano de seu governo. Demarcou, assim, as linhas políticas divisórias entre os liberais, que diziam que, apenas dessa forma, seria possível à Bolívia realizar a exploração de suas jazidas, e os que se autodenominavam como a esquerda nacional, defensores de que essa exploração ficasse nas mãos exclusivas do Estado boliviano. O contrato firmado entre a *Standard Oil* e governo estabelecia “*un derecho de exploración de 55 años, la empresa debería perforar un pozo por cada 50.000 hectáres y producir hasta dos millones de barriles*

por año pagando a Bolivia un 11% de la producción bruta” (MESA GISBERT, 1999, p.537). A década de 1920 estará permanentemente marcada pelas controvérsias sobre as concessões dessa exploração à empresa estadunidense acusada de exportar ilegalmente petróleo para a Argentina, aliada do Paraguai na famosa Guerra do Chaco, fato este eleito como a principal causa da nacionalização dessa empresa no ano de 1937, de forma não-indenizatória num primeiro momento.

Podemos dizer que as primeiras três décadas indicam o amadurecimento político com um maior nível de organização de pequenos grupos marxistas, entre os quais podemos destacar o Partido Operário Revolucionário (POR), que logo após a Guerra do Chaco (1931-1936) intensifica a crítica aos partidos oligárquicos tradicionais, abrindo definitivamente os caminhos que culminariam na Revolução popular-nacional de 1952. Esse novo equilíbrio de forças, de forma inédita até então, será analisado no capítulo três, tendo em vista o contexto global que se inicia com a grande depressão de 1929, e passa pela Segunda Guerra Mundial, fatos que repercutirão e marcarão a crise política da oligarquia boliviana e o fortalecimento dos partidos e movimentos da pequena burguesia e dos movimentos sociais de base representados, principalmente, pelos camponeses indígenas.

2.2.2 A *antinomia* universalismo/particularismo (capitalismo/racismo) como justificativa da criação e consolidação das hierarquias sociais no processo de incorporação do Alto Peru à economia-mundo capitalista. A imposição de particularidades como universalidades. Quem eram os povos primitivos na verdade?

Essa questão das *antinomias*³⁷, como determinante político-ideológico das hierarquias sociais, é mais uma evidência nevrálgica para compreendermos o espraiamento do moderno sistema mundial no que tange à consolidação de suas inerentes hierarquias sociais. Seria impossível o desenvolvimento da forma capitalista, como um sistema de âmbito mundial, sem que um punhado de homens sobrepujasse uma massa de outros como força de trabalho escrava nos primórdios desse processo. Para isso, um mecanismo essencial teve de ser

³⁷**Antinomia** s.f (Do grego *anti*, contra + *nomos*, lei) 1) Contradição entre duas proposições de significações opostas, mais especialmente, entre duas idéias gerais (ou abstrações) tiradas da realidade – 2) Em Kant, princípio transcendental contraditório da cosmologia, válido no plano da argumentação lógica, mas que não se pode verificar na realidade – 3) Contradição que surge no interior de uma teoria ou no decurso de um raciocínio. (DICIONÁRIO Larousse Cultural)

aperfeiçoado, ou seja, a determinação das hierarquias sociais, nos mais variados âmbitos da sociedade, necessitava de algo que a “justificasse” além da *coerção*, algo que arrefecesse os ânimos das revoltas dos povos colonizados, postos em condições de trabalho desumanas, algo que pudesse se transfigurar como uma diferenciação “natural”, donde uma *raça*³⁸, uma *nação*³⁹, ou um *grupo étnico*⁴⁰ pudesse impor-se como dominante, haja vista a sua suposta “*superioridade natural*”.

Como temos reforçado a todo o momento, foi decisivo para o desenvolvimento do capitalismo, em âmbito sistêmico, o fato de ele criar e recriar constantemente hierarquias sociais no decorrer dos processos de incorporação de novas zonas à economia-mundo capitalista. O que a *História Oficial* nos relata a respeito dos processos de incorporação de zonas e a hierarquização de variados grupos étnicos é a visão apenas dos conquistadores, que ecoa propositalmente como uma visão *universal e definitiva* dos acontecimentos, quando, na verdade, é uma visão particular e em constante mudança.

Quando a história de primazia européia relata os vários processos de incorporação de novas áreas ao desenvolvimento do moderno sistema mundial, essa elege como pano de fundo central a idéia romântica e heróica do “descobrimto de um novo mundo”, o qual necessitava ser *civilizado*. Os europeus se autoconclamavam “naturalmente” superiores como raça por, supostamente, portarem os valores universais. Desse modo,

El racismo y el universalismo constituyen la esencia de la dicotomía superior-inferior que organiza la hipocresía y legitima las injusticias del ‘desarrollo internacional’. Su potencial epistémico-ideológico facilita la creación del pensamiento binario que dicotomiza la realidad – simplificando su complejidad –, el mimetismo cultural desde lo global, la institucionalización internacional de la desigualdad, la banalización de la injusticia y la naturalización de la asimetría que facilita todo el proceso. (SOUZA SILVA, 2006, p. 207, grifos nossos).

Essa autoconclamação, nos primeiros momentos do processo de incorporação, aplica-se pela coerção aos grupos humanos mais fracos e, com o avanço desse processo, em momentos de plena hegemonia dos conquistadores, esse pensamento tende a ser imposto pela força do “jargão do choque entre civilizações, no qual sempre se pressupõe que a civilização

³⁸ “Se entiende que una ‘raza’ es una categoría, genética, dotada de una forma física visible. En los últimos ciento cincuenta años se há debatido intensamente sobre los nombres y características de las razas, debate famoso y en buena medida infame”. (WALLERSTEIN, 2004, p.279).

³⁹“Una ‘nación’ es una categoría sociopolítica, vinculada de algún modo a las fronteras reales o posibles de un Estado”. (WALLERSTEIN, 2004, p.279).

⁴⁰“Un ‘grupo étnico’ es una categoría cultural, definida por ciertos comportamientos persistentes que se transmiten de generación y que normalmente *no están* vinculados, en teoría, a los límites de un Estado”. (WALLERSTEIN, 2004, p. 279).

‘ocidental’ é superior às ‘outras’ civilizações porque é a única que se baseia nesses valores e verdades universais” (WALLERSTEIN, 2007, p. 26).

Todo o debate que nos propomos desenvolver, nesta dissertação, gira em torno das contradições do que se quer dizer quando se fala de *universalismo*. Wallerstein, em novembro de 2004, trata do tema em uma conferência realizada no *Saint John’s College*, na Universidade de British Columbia, quando é convidado para falar sobre Visão de Mundo. Com muita argúcia de um cientista que une as características de um historiador a uma sistematização dessa história de maneira a compreender os acontecimentos como possuidores de linhas gerais, o autor realiza uma volta ao processo de colonização espanhol nas Américas, e, para isso, trava um lúcido debate entre os argumentos contrastantes de dois intelectuais da época: o padre Las Casas, designado pela coroa espanhola para “civilizar” os povos tidos pelos espanhóis como “bárbaros”, e Sepúlveda.

O padre Las Casas, no princípio do processo colonizador, foi a favor do sistema espanhol de *encomiendas* e veio para as Américas em 1502. Após uma década em terras originárias, muda, porém, a maneira de encarar tal processo e dá início a uma série de contestações relativas aos trabalhos escravos dos originários dentro das *encomiendas*, transformando-se num personagem ícone da contestação das injustiças contra os povos originários, além de ter um grande poder de influenciar as políticas da coroa espanhola e da própria Igreja Católica. Como relata Wallerstein, em 1537, influenciado pelos argumentos de Las Casas, o Papa Paulo III, na publicação da bula *Sublimis Deus*, “determina que os ameríndios não poderiam ser escravizados e só poderiam ser evangelizados por meios pacíficos”. O Imperador Carlos V estabelece novas leis (*leyes Nuevas*), com os mesmos propósitos do Papa, e decreta que as novas concessões de terras, com a lógica das *encomiendas*, estavam proibidas.

Logicamente que esses decretos encontraram fortes resistências dos *encomenderos* e, na prática, não se realizaram, mesmo porque o decreto de Carlos V só valia para as novas *encomiendas*. Las Casas permaneceu como bispo em Cuzco até 1546 quando retorna para Espanha. Nesse meio tempo, o padre procurou colocar em prática os decretos de Carlos V e do Papa Paulo III, ordenando que os *encomenderos* libertassem os ameríndios para serem evangelizados pacificamente. O longo prazo viria a mostrar que os esforços do padre foram praticamente retrocedidos, haja vista o declínio espantoso dos ameríndios nos séculos seguintes. Com a sucessão de Carlos V por seu filho Felipe, os adversários de Las Casas, tanto na Espanha quando nas colônias, ganham força e o discurso universalista europeu impõe-se como hegemônico.

Juan Ginés de Sepúlveda publica dois livros⁴¹ que procuram justificar as atrocidades do processo, provocando um debate com Las Casas. Sepúlveda se apóia em escritos do filósofo Aristóteles considerado para época uma autoridade máxima em tudo o que se pensava. Para Sepúlveda, os ameríndios não passavam de

Bárbaros, simplórios iletrados e não instruídos, brutos totalmente incapazes de apreender qualquer coisa que não seja atividade mecânica, cheios de vícios, cruéis e de tal tipo que se aconselha que sejam governados por outros [...] os índios devem aceitar o jugo espanhol mesmo que não o queiram, como retificação [*enmienda, emendentur*] e punição por seus crimes contra a lei divina e natural com os quais estão manchados, principalmente a idolatria e costume ímpio do sacrifício humano [...] impedir o mal e as grandes calamidades [que os índios] infligiram, e que aqueles que ainda não estão sob o domínio espanhol continuam hoje a infligir, a grande número de pessoas inocentes sacrificadas aos ídolos todos os anos. (SEPÚLVEDA *in* Las Casas *apud* WALLERSTEIN, 2007, p.33-4).

A tais argumentos, Las Casas os contrapõe dizendo que Sepúlveda generalizou algo minoritário entre as culturas ameríndias como se fosse a regra e que, mesmo que os ameríndios tivessem como hábito o sacrifício de certos membros de seu grupo, esse fato jamais poderia justificar as matanças generalizadas desses índios quando não aceitassem serem evangelizados, ou seja, justificava-se um mal menor por um mal maior. Comenta também que,

Embora admitamos que a Igreja tem obrigação de impedir a morte injusta de inocentes, é essencial que isso seja feito com moderação, havendo cuidado para que não se faça um mal maior a outros povos, o que seria um impedimento ab sua salvação e tornaria infrutífera e incompreendida a paixão de Cristo [...] Além disso, é um mal incomparavelmente menor que morra poucos inocentes do que os infiéis blasfemem contra o nome adorável de Cristo, e que a religião seja difamada e detestada por esses povos e outros que dela saibam, quando ouvem dizer que muitas crianças, idosos e mulheres de sua raça foram mortos sem motivos pelos cristãos, como parte do que acontece na fúria da guerra, como já ocorreu (LAS CASAS *apud* WALLERSTEIN, 2007, p.38).

A peregrinação civilizante dos espanhóis em relação aos povos originários das Américas sempre esteve permeada, portanto, por um ar de moralidade, de defesa dos “direitos humanos plenos”. Ao realizarem rituais de sacrifício de crianças como forma de agradar seus deuses, os originários eram vistos como bárbaros, desumanos, principalmente por aqueles que ambicionavam a assimilação das riquezas contidas nas Américas. Essa suposta defesa dos “direitos humanos” parece, entretanto, ao longo do processo, só valer para as ações dos povos colonizados, haja vista que, “[...] em poucas décadas, os espanhóis haviam destruído a estrutura política dos dois maiores impérios das Américas, o asteca e o inca [...] Dali a meio

⁴¹ Os dois livros de Sepúlveda são: *Demócrates primeiro e Democrates segundo*, o *De las justas causas de la guerra contra los indios*.

século, grande parte da população indígena havia sido aniquilada pelas armas e pelas doenças.^{42,} (WALLERSTEIN, 2007, p.30-1).

O que é relevante para nós, nesses argumentos que Wallerstein vai buscar na fonte dessa discussão em termos de visualização temporal desse processo, é que do século XVI até a metade do século XX os argumentos de Sepúlveda prevaleceram principalmente pela coerção e moldaram “os códigos morais e jurídicos do sistema-mundo”, sendo as posições de Las Casas nitidamente minoritárias. É só a partir dos movimentos de descolonização da África e da Ásia (movimentos de libertação nacional), após a Segunda Guerra Mundial (1945-1970) e das **“transformações político-culturais na América Latina”**, que uma recusa fortemente organizada dessas regiões contra os que se autoconclamavam civilizados adquire uma dimensão mundial⁴³. O primeiro congresso nacional indigenista na Bolívia ocorreu no ano de 1945, reunindo mais de mil lideranças indígenas e anunciava a proibição da *pongueaje* (trabalho gratuito dos indígenas nas grandes fazendas crioulas e nas minas de estanho e de prata).

* * *

⁴² “O número exato tem sido tema de debates tanto no século XVI quanto nos anos pós-1945. Hoje, a maioria dos especialistas acredita que se trata de um número extremamente grande”. (WALLERSTEIN, 2007, p. 30-1).

⁴³ “Depois de 1945 a geopolítica do sistema-mundo mudou muito. A guerra contra o nazismo maculou **[desonrou]** o racismo essencialista que levou os nazistas a conclusões tão terríveis. E, ainda mais importante, o mundo não europeu, sobre o qual escreviam os orientalistas, iniciou uma revolta política declarada contra o controle ocidental de seus países. Houve revoluções anticoloniais em toda a Ásia e África e **ocorreram transformações político-culturais na América Latina**” (WALLERSTEIN, 2007, p.67, grifos nossos).

3 DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BOLIVIANO À REVOLUÇÃO NACIONAL DE 1952, SOB A LUZ DO FENÔMENO DO NACIONALISMO E DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS.

Façamos um mergulho no contexto da formação do Estado boliviano, procurando perceber como a criação desse Estado, autoconclamado *nacional*, relaciona-se com a maioria de sua população até a Revolução nacional de 1952. Tentamos nos pautar em fatos mais centrais dessa história e, por conseguinte, lacunas estarão presentes na análise.

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE DEU ENSEJO À FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BOLIVIANO NO TERRITÓRIO DO ALTO PERU.

Podemos resumir, grosso modo, o processo colonizador espanhol, tendo em mente que os primeiros cem anos desse processo sobre a região do Alto Peru se estenderam do século XVI (1570) à metade do século XVII (1650) e representaram o período no qual as atividades mineradoras, ligadas principalmente à retirada da prata, desenvolveram-se a todo vapor, provocando um impacto sobre a economia europeia (acumulação primitiva do capital) sem paralelo até então. A última fase do período colonial, no Alto Peru, estende-se de meados do século XVIII (1750) até a criação do Estado nacional boliviano, no século XIX (1825), e é marcada pelo declínio acentuado das atividades mineiras que se concentravam nas cidades de Potosí e Oruro, tidas como os dois principais centros mineradores do mundo até meados do século XVIII. (GALEANO, 1996; KLEIN, 2004).

Tais regiões do Alto Peru, em fins do século XVIII, deixam de se caracterizar pelas grandes exportações de prata, o que é sentido em outras regiões do próprio Alto Peru de forte economia rural, como Cochabamba. Há um declínio do crescimento do número das fazendas – as quais vendiam praticamente todas as suas colheitas às regiões mineradoras – em função da queda da mineração, o que provoca o reaparecimento de pequenas propriedades agrícolas (*ayllus*). As populações originárias voltam a aumentar em número com o fortalecimento de seu sistema biológico em relação às doenças trazidas pelos espanhóis, um dos fatores centrais, além da coerção, que explicam o declínio populacional assustador nos primeiros cem anos de colonização. Houve, portanto, um re-estímulo dos mercados de trocas locais não-capitalistas

característicos do período pré-colombiano com a crise da mineração. Isso não significa que esses mercados, naquele instante, não servissem à lógica capitalista; pelo contrário, **são eles que a alimentam e a sustentam com a queda da produtividade mineira.**

É verdade que um novo *boom* da mineração ocorre na segunda metade do século XVIII, no Alto Peru, porém em nada comparado ao primeiro, ou seja, mesmo com esse novo surto minerador o Alto Peru não reconquista seu posto de epicentro da vida colonial americana, que fora, naquela ocasião, deslocado para as descobertas do minério no México. Segundo Klein, a prata gerada por esse novo *boom* serviu apenas como sustentáculo da burocracia real instalada no Sul da América do Sul⁴⁴ (Vice-Reino do Rio da Prata).

Os trinta anos finais do século XVIII vão marcar os conflitos entre intermediários da coroa espanhola⁴⁵ (Vice-Reinos da Prata e do Peru) pelo controle da *Audiência* de Charcas, pois esse implicava precisamente no controle direto das minas de prata de Potosí e Oruro, que, mesmo com o declínio da mineração, ainda representavam grandes fontes de receitas. É importante retrocedermos brevemente a esse fato para esclarecer que, até antes desses trinta anos finais do século XVIII, o controle das minas esteve nas mãos do Vice-Reino do Peru, com capital em Lima. Com as reformas administrativas promovidas pela coroa por efeito da queda vertiginosa das exportações de prata, o controle da *Audiência* de Charcas se transfere ao Vice-Reino do Rio da Prata com capital em Buenos Aires. Essas reformas administrativas da coroa espanhola são conhecidas como “as reformas dos Bourbon” e visavam remodelar toda a estrutura político-administrativa das colônias espanholas com o objetivo de reanimar e diversificar a economia de exportação em crise aguda. (KLEIN, 2004).

As reformas dos Bourbon tiveram considerável êxito nesses anos finais do século XVIII, mas de forma alguma trouxeram de volta o período áureo dos avultosos lucros com a mineração. Fomentaram, não obstante, as atividades ligadas ao setor agrícola que viriam a propiciar o recolhimento de mais impostos. Os tributos agrícolas se tornaram, desse modo, depois da mineração, a segunda maior fonte de recursos da Coroa nos territórios do Alto Peru.

As reformas foram, em essência, cruciais para manter o domínio da Coroa sobre os territórios colonizados e sobre os anseios independentistas provindos das classes altas crioulas

⁴⁴ “O *boom* do século XVIII foi, portanto, um acontecimento relativamente frágil e limitado que não sobreviveu a uma série de problemas estruturais, políticos e de mercado que surgiram no início do século XX. Entretanto, mesmo limitada, a mineração representava ainda a indústria mais importante no Alto Peru. Assim, uma luta pelo poder se desenrolou na segunda metade do século XVIII pelo controle da *Audiência* de Charcas lançando a antiga opulência mercantil de Lima e Cuzco contra o poderio crescente dos novos grupos de comerciantes de Buenos Aires”. (KLEIN, 2004, p. 50-1).

⁴⁵ “*Creole (criollo)*, pessoa de descendência européia pura (pelo menos teoricamente), mas nascida nas Américas (e, por extensão, em qualquer lugar fora da Europa). [Na tradução, ‘crioulo’ cf. Houaiss, 3 ‘quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hispano-americanos e em outros originários da colonização européia’, N.T.]” (*apud* ANDERSON, 2008, p. 84).

por mais algumas décadas, ao estabelecer regras lesivas a essas classes, como o confisco de parte de seus latifúndios no intuito e aumentar as atividades agro-exportadoras (essencial para os anseios expansionistas da economia mundial naquele momento), além impedir as classes crioulas de qualquer tipo de concorrência com a metrópole.

É importante esclarecer que, na visão eurocêntrica, mesmo os crioulos sendo “puros” em termos de nascimento, em virtude de nascerem na América, adquiriam supostamente cada vez mais com as novas gerações hábitos não-europeus que os contaminavam da inferioridade atribuída aos originários. Só para constar “[...] num total de 170 vice-reis na América espanhola, até 1813, apenas quatro [eram] crioulos” (ANDERSON, 1990, p.96). Voltaremos a essa questão relativa à inferioridade atribuída aos crioulos, pois é um dos fatores cruciais que ensejam os movimentos de libertação nacional nos territórios colonizados pela Espanha já no século XIX.

Nesse espaço de tempo de reformas, entre o fim do século XVIII e começo do XIX, que vieram a amenizar o trabalho escravo dos originários – por meio do aumento das pequenas propriedades comunais em detrimento das grandes fazendas dominadas por crioulos, o que implicou na posse dessas pequenas propriedades de volta às mãos de lideranças indígenas –, não se constata uma diminuição das hostilidades desses originários com relação à dominação espanhola. Tais reformas, portanto, objetivavam precisamente arrefecer os ânimos de revoltas originárias propensas à independência. Apenas para lembrarmos, a rebelião de Túpac Amaru durante os anos de 1780 a 1782, considerada a mais expressiva das rebeliões em termos organizacionais, é uma demonstração do nível ainda altíssimo de insatisfação dos originários, apesar de passados trezentos anos⁴⁶ de colonização.

As primeiras décadas do século XIX assinalam, desse modo, a debilidade econômica do Alto Peru que pode ser compreendida como uma reverberação sistêmica do colapso da monarquia espanhola, evidenciando que o rompimento da relação metrópole/colônia, tanto para o Alto Peru como para toda a América, estava prestes a se tornar realidade. No contexto internacional, a Espanha entra em guerra com a Inglaterra em 1796, o que interrompe o fluxo do mercúrio [essencial à atividade mineira] devido ao bloqueio inglês das principais rotas para a América. Esse fato, conhecido como a “crise do azougue⁴⁷”, estanca o crédito nas colônias e, em consequência, acentua ainda mais o declínio da atividade mineira alto-peruana. Em

⁴⁶ Esse arrefecimento da coerção por parte da coroa em relação a certos líderes originários, e suas comunidades, pode ser explicado pela necessidade de a coroa em cooptá-los nas batalhas de supressão da revoltas pela independência.

⁴⁷ Nome vulgar dado ao mercúrio. (DICIONÁRIO Larousse cultural).

pouco tempo, instala-se um ambiente de grande instabilidade econômica que desencadeia um clima de revoltas pela independência por toda a América Latina.

O contexto por que passava a Espanha no início do século XIX, mais precisamente em 1806, quando Napoleão e suas tropas a invadem, tomando o poder da monarquia absolutista, vai se refletir decisivamente sobre os anseios de mudança dentro das colônias, como ressalta Charles Tilly (1992, p.70):

A invasão da Península Ibérica, em 1808, por Napoleão, estilhaçou grande parte do império ultramarino espanhol. Dentro de poucos meses, na maior parte da América Latina espanhola organizaram-se movimentos de independência, e nos dez anos seguintes quase toda a região se fragmentou em estados independentes.

A criação dos Estados nacionais independentes, em regiões como o Alto Peru e em todas as demais áreas colonizadas da América, começa a se desenhar no horizonte como possível, reforçada de forma contundente pelos exemplos de êxito relativos aos processos de independência do Haiti e dos Estados Unidos. Na Europa, o fim das monarquias absolutistas estava, praticamente, na ordem do dia e fortemente legitimado pela Revolução Francesa (1789), que foi, sem dúvida, o arremate que faltava para que as colônias das Américas e suas oligarquias crioulas, também subjugadas pela Coroa, acreditassem no esgotamento definitivo dos regimes coloniais; centralmente falando: “de repente, um governo republicano passou a ser uma alternativa viável” (KLEIN, 2004, p.59).

Como os acontecimentos viriam demonstrar, quase todas as regiões da América Latina conquistariam sua independência e se constituiriam em Estados nacionais nos trinta anos iniciais do século XIX. No entanto, o Alto Peru, região onde a maturidade do processo de independência esteve posta antes de todas as outras, curiosamente é o que conquistou sua independência por último. Não vamos adentrar nas entrelinhas dos porquês disso, mas alguns fatos devem ser relatados, tendo em vista que definirão a fisiologia com que nasce o Estado nacional boliviano; o que Zavaleta caracteriza como um Estado nacional sem nação, ou seja, que deixava as nações originárias sem Estado.

3.1.1 Os primeiros levantes pela independência do Alto Peru, permeados por interesses ambíguos.

O processo de conquista da independência do Alto Peru levou dezesseis anos para se concretizar de fato (1809 a 1825). Esses difíceis anos iriam determinar se o território comandado pela *Audiência* de Charcas se tornaria parte da República do Peru ou parte da República da Argentina, ou ainda uma República independente. Havia, também, a possibilidade almejada por Bolívar de o Alto Peru fazer parte da Grã-Colômbia.

Numa primeira onda de revoltas pela independência no Alto Peru, lideradas pelo patriota Pedro Domingo Murillo, as tropas rebeldes seqüestraram o governador e bispo da cidade de La Paz e instauraram ali um governo local. Rapidamente, veio o contragolpe das tropas reais, em número cinco vezes maior, enviadas pelo vice-rei de Lima sob o comando de Goynèche, o que pôs fim ao recém-instaurado governo local e, como recado aos rebeldes, determinou-se a execução dos líderes da revolta. Não obstante, as revoltas pela independência do Alto Peru não cessaram e junto delas um ambiente político repleto de interesses ambíguos⁴⁸ tomara feição.

Depois de declarada a independência da Argentina em 1810, mediante o Congresso de Tucumán, determinou-se também, através deste, o envio de tropas portenhas para o “auxílio” à independência de Charcas (Alto Peru), e as revoltas tomaram novo fôlego e assumiram um caráter de *certa* reciprocidade entre os que queriam a independência em toda a América Latina. As tropas argentinas enviadas ao Alto Peru realizaram a conquista de algumas regiões importantes sob domínio real, como as cidades de Potosí, Oruro e La Paz. A deflagração da independência por estas tropas acabou, no entanto, por ficar duvidosamente em segundo plano. Os portenhos no pouco tempo que detiveram o domínio sob os poderes reais (1811) não instauraram “uma República independente, tampouco promoveram os interesses do Alto Peru” (KLEIN, 2004, p.64).

Há, mais uma vez, uma inflexão na concretização da independência do Alto Peru, e os vice-reis, tanto do Baixo Peru quanto da Argentina, que não estavam totalmente dominados no exercício de seu poder, expulsaram o exército portenho das terras alto-peruanas, além de

⁴⁸As ambigüidades políticas no processo de independência do Alto Peru se expressam inclusive entre os indígenas. “Los indios estaban divididos, pues mientras una buena parte luchava con los patriotas, otra luchava dentro de las fuerzas realistas, en tanto que un tercer grupo conservaba un carácter autonomista y reivindicatorio que, en algunos casos, interntó la reconstitución del Incario”. (MESA GISBERT, 1999, p. 302.)

enviarem tropas para o norte da Argentina na tentativa de derrubarem a recém-consolidada independência.

O processo entrou em uma fase extremamente caótica e os distúrbios sociais se aprofundaram ainda mais. Havia líderes indígenas (*Kurakas*) que, por terem recebido certo prestígio dos vice-reis no intuito de não se revoltarem, apoiavam esses monarcas; havia outros extremamente antimonarquistas, o que não significava que concordavam com os independentistas; ao contrário, queriam o retorno das estruturas pré-colombianas que regiam a civilização incaica. Dentro da própria monarquia, existia uma divisão entre monarquistas absolutistas e monarquistas liberais, e, entre os independentistas, havia interesses em comum, mas que, nos momentos decisivos das revoltas, voltaram-se, por vezes, contra o processo de independência.

Foram, no total, quatro as investidas das tropas argentinas ao Alto Peru. A última no ano de 1817, liderada pelo coronel Gregório Araoz de la Madrid, que, como as outras investidas, não passou de esforços inúteis que serviram apenas para aprofundar ainda mais a crise econômica devido aos constantes saqueios da Casa da Moeda localizada em Potosí. É perceptível, ao longo dessas investidas do exército argentino, seu interesse mais que evidente em conquistar principalmente as cidades mineras de Potosí e Oruro, obviamente muito mais pela cobiça da prata e muito menos para somar forças rumo à independência do Alto Peru.

Não vamos nos alongar muito nesses oito anos seguintes que passariam por seguidos avanços e retrocessos até a conquista definitiva da independência. O que é importante enfatizar, para os fins que nos interessam e que começam a ficar cada vez mais evidentes, é que a conquista da independência do Alto Peru teria que ser, em boa medida, resultado de *mobilizações endógenas* ao seu território, *forças autônomas* que empiricamente queriam sua autodeterminação.

Importa salientarmos, para esclarecer a necessidade dessas mobilizações endógenas, que havia uma economia urbana no Alto Peru que se desenvolvia em torno das minas de prata, e uma economia rural centrada nas pequenas propriedades e nos grandes fazendas (latifúndios), dominadas pelas altas classes crioulas. A maioria da população estava na zona rural, onde estavam também instauradas centenas de guerrilhas rebeldes dotadas de plena autonomia política e territorial. Eram, contudo, carentes de um núcleo que pudesse liderar o processo de autodeterminação político/territorial e causar um processo independentista. Referimo-nos às famosas *republiquetas*, às quais René Zavaleta atribui um *duplo caráter* que será de suma importância na conquista da independência alto-peruana, e permanecerá, para

Zavaleta, vivo como um “*caráter da nação*”⁴⁹ nos momentos cruciais da vida republicana, tanto para o bem quanto para o mal. (ZAVALETA, 1988).

As *republiquetas* instauradas nas zonas rurais do Alto Peru trazem consigo, sem dúvida, um inerente sentido de independência, reforçado pelas ambigüidades das ações dos exércitos auxiliares argentinos e da clara orientação realista das tropas do Baixo Peru. Mesmo com essas forças autônomas, os esforços de conquista de independência ficariam, no entanto, inertes por mais algum tempo em virtude da dificuldade de essas forças se organizarem de forma coesa, ou seja, como relatamos, anteriormente, apoiando-nos em Zavaleta: **as republiquetas possuíam uma forte capacidade de resistência às imposições reais, porém uma fraca organização consensual na busca da independência.**

O Alto Peru, por essa razão, continuaria oficialmente sob o comando político espanhol até 1824, tendo como chefe da burocracia real Pedro Olañeta que, contudo, nessa data, em decorrência de todos os processos de independência já concretizados, dá mostra de certa tendência em não respeitar os mandos senhoriais vindos da Espanha. Alguns historiadores dizem que esse distanciamento de Pedro Olañeta dos quereres da Coroa teve forte influência de Casemiro Olañeta, seu sobrinho, influenciado fortemente pelos ideais da Revolução Francesa.

A sintetizada e concisa citação de Herbert Klein resume esse último ano que, em seu término, daria ao Alto Peru por definitivo sua independência, mas que legaria sérios distúrbios sociais à nova República. Podemos dizer que a declaração da independência não pôs fim a uma permanente **luta de interesses extremamente provincianos característicos dos localismos oligárquicos crioulos instalados nas pequenas partes urbanas, o que impediria, como veremos, um harmônico desenvolvimento nacional.** Assim, a parte rural do Alto Peru (composta por indígenas camponeses), que será o sustentáculo econômico da parte urbana (composta pelas oligarquias crioulas), permanecerá isolada e confinada à miséria mesmo com a independência. (VELARD, 1981). É importante, ainda, frisarmos que,

De janeiro de 1824 a janeiro de 1825, o Alto Peru, embora sob domínio oficialmente espanhol, não defendeu o poder da Coroa. Isso enfraqueceu seriamente o exército monarquista no Baixo Peru. Em dezembro de 1824, o destino da região foi selado quando o exército monarquista foi destruído por Sucre na batalha de Ayacucho, provocando a rendição de todas as tropas reais. Embora o tratado de capitulação contempla-se algumas de suas reivindicações, Olañeta recusou-se a assiná-lo por não

⁴⁹ “Isso se herdará na republica e tornar-se-á uma espécie de caráter de nação. **Será um país com uma grande capacidade militar em suas massas, invencível sempre no que Tamayo chamará seu *home* central, mas também, reproduzindo algumas das limitações do poder político incaico, um Estado incapaz de empreender guerras exitosas fora de tal hábitat. Será por outro lado, herança da facção, dos hábitos democráticos instalados nas massas, a pátria do que Arguedas denominará ‘caudilhos bárbaros’ e a ‘plebe em ação’**”. (ZAVALETA, 1988, p.18, grifos nossos).

aceitar Bolívar. Sucre foi então obrigado a conduzir um exército ao Alto Peru para encorajar as tropas de Olañeta a desertarem. Em janeiro de 1825 o velho general foi morto por suas próprias tropas num motim. **Após quase dezesseis anos de angustiante guerra civil, de um grande número de perdas humanas e de graves desarranjos econômicos e sociais, a morte de Olañeta trouxe independência ao Alto Peru**”. Neste mesmo ano a nova república tinha uma população estimada de 200 000 brancos, 100 000 *cholos* e aproximadamente 800 000 camponeses índios. A Bolívia constituiu-se assim na mais indígena das novas repúblicas da América espanhola; república na qual a língua dos conquistadores permaneceu uma língua de minoria até o século XX. Dessa forma, as prósperas colônias mineiras de antigamente emergiam em sua nova existência republicana, como uma sociedade extremamente pobre, composta na esmagadora maioria por índios camponeses. (KLEIN, 2004, p. 69-73, grifos nossos).

A conquista da independência e a fundação do Estado nacional – como procuramos elucidar a partir de agora – demonstram que os conflitos de interesses no seio dessa *protonação* permanecem, desse modo, postos num ambiente interpenetrado por graves distúrbios sociais decorrentes, principalmente, da visão de mundo provinciana das oligarquias crioulas que procurariam preservar as estruturas do colonialismo de forma a impedir o desenvolvimento de novas bases autodeterminates, isto é, de uma “nação moderna” que pudesse caminhar com suas próprias forças. Em outros termos, podemos dizer que formação do Estado nacional estava a caminho de conclusão, mas que a formação da nação boliviana não estava, de forma alguma, concluída com a independência; não estava, nem mesmo no horizonte de pensamento dessas oligarquias.

3.2 O PROVINCIANISMO OLIGÁRQUICO EM CONTRASTE COM O PAN-AMERICANISMO SONHADO POR BOLÍVAR.

O pan-americanismo, almejado por Simon Bolívar, contrasta com os interesses neocoloniais dessa classe oligárquica já no primeiro ano republicano (1825). É, pois, o ano em que Bolívar se torna o primeiro homem a liderar a dura tarefa de transformar radicalmente as bases estruturais da velha ordem colonial, isto é, de romper com os poderes localistas e sua mentalidade provinciana interessada exclusivamente na manutenção de seu poderio econômico, baseado precisamente nos grandes latifúndios e no trabalho escravo dos originários, mesmo que, para isso, fosse necessário a esses localismos, como se sucederia, fechar os olhos para a gigantesca maioria dessa nova sociedade que adquiria o caráter civil com a independência.

A jovem república recebe o nome de República Bolívar em homenagem ao *libertador* e também como forma de amenizar sua utopia pan-americana, apesar de Bolívar ainda enxergar, mesmo com o seu reconhecimento de independência desse território, a possibilidade de agregá-lo posteriormente à Grã-Colômbia. Bolívar tinha claro que, ainda assim, seria preferível uma República provida de autodeterminação a estar sob o jugo colonial.

A história de Bolívar pode ser sumarizada em sua busca de uma integração política das Repúblicas que estiveram sob o domínio espanhol por largos séculos, e nisso o historiador boliviano Velard enxerga uma grande “visão histórica de conjunto” no libertador e o coloca à frente de seu tempo. Bolívar compreendia como poucos a complexa realidade americana em seu conjunto, e o que a aguardava caso não houvesse uma união comum de interesses políticos entre as recém consolidadas repúblicas. Além desse pan-americanismo, como muito bem relata Velard (1981, p.19, grifos nossos), Bolívar

Comprendía que, con Independencia, vale decir con la captura del poder político, la tarea de convertir las antiguas colônias en naciones no había concluído y que, para llevaralo a término, era necesario liquidar la estrutura econômico-social del Coloniaje y sustituirla por outra, por un armazón óseo capaz de integrar todas las classes sociales dentro de un conjunto equilibrado y operante.

Como já ressaltamos, mesmo a contragosto, Bolívar aceita a independência do Alto Peru na assembléia convocada por Sucre, em 6 de agosto de 1825, e fica encarregado de formular o que seria a primeira Constituição da Bolívia. Ainda no mês de agosto de 1825, Bolívar finaliza tal formulação que seria a primeira Constituição da Bolívia, à qual temos que nos referendar, especialmente a alguns pontos, pois esses demonstram o que, de fato, Bolívar almejava: “converter a guerra da independência em uma revolução⁵⁰”, dando as bases para que a nova República pudesse, pouco a pouco, tornar-se uma nação verdadeira que, em termos modernos, significava alcançar um “*ótimo social*” e não permanecer, assim, presa às estruturas coloniais. (VELARD, 1981; ZAVALETA, 1990).

Bolívar, de imediato, promulgou algumas disposições decisivas para isso: decretou a estatização das propriedades dos espanhóis fugidos de suas terras; reverteu ao domínio do Estado todas as minas que não estivessem sendo exploradas e colocou à venda as fazendas do Estado por um terço de seu valor. No caso dos indígenas camponeses, distribuiu gratuitamente as grandes fazendas em pequenas propriedades de uso privado, extinguindo a minoridade legal e escrava do trabalho nativo e fixando um salário mínimo obrigatório, inclusive aos trabalhadores mineiros. Com essas legislações, ao menos momentâneas, como os

⁵⁰ Não nos referimos aqui a uma Revolução socialista, mas sim burguesa espelhada principalmente na Revolução Francesa.

acontecimentos viriam a demonstrar, **Bolívar congregava a parte rural da Bolívia com a parte urbana, dando as bases para que a nova república pudesse começar a ser aspirada por sua população, ou seja, que a idéia de uma “comunidade imaginada”⁵¹ pudesse ser introjetada no inconsciente coletivo dessa população.**

Logicamente que, mesmo a constituição propiciando a Bolívar um caráter vitalício e inviolável⁵² de sua presidência que fora por ele determinado, as medidas tinham que passar pelo congresso, onde as oposições representadas pelas classes oligarquias (latifundiários crioulos) permaneciam ativas e poderosas, mesmo com a independência, e iriam, a todo o custo, defender seus interesses, principalmente com relação aos decretos que distribuíam as grandes fazendas improdutivas (latifúndios) em pequenas propriedades privadas aos índios camponeses e ao fim do trabalho gratuito dos indígenas. Essa defesa dos interesses oligárquicos no congresso terá o apoio de Casimiro Olañeta, eleito para presidi-lo. Sucre será o defensor das propostas de Bolívar e de um sentimento pan-americano. Bolívar sabia que a instauração de uma verdadeira democracia dependia, em grande medida, da resolução da questão agrária que separava, das piores formas, a parte urbana da parte rural.

Rapidamente, ou seja, nos dois anos seguintes (1826-1827), a oligarquia latifundiária demonstra sua força política na conservação de sua hierarquia político-econômica mesmo com todas as medidas do libertador. O ataque às deliberações de Bolívar vem em nome das idéias liberais, de forma a obscurecer três séculos e meio de um passado extremamente conservador dessa oligarquia. De pronto, ela ataca o caráter vitalício da presidência de Bolívar e, nos meses seguintes, declara suspensas, em assembléia, as disposições legisladas que se referiam à distribuição e legitimação das terras ocupadas pelas republiquetas no fervor das batalhas contras os poderes reais. Dessa forma, a posse das terras (pequenas propriedades), concedida aos camponeses indígenas por Bolívar (por entender a crucial contribuição das guerrilhas na conquista da independência), volta a fazer parte das grandes fazendas em mãos oligárquicas e, quando não, a figurar na ilegalidade.

⁵¹ Título do livro de Benedict Anderson.

⁵² Esse caráter vitalício e inviolável da presidência instituído pelo próprio Bolívar não significa que o libertador não descansava sobre o tema essencial da liberdade individual e dos preceitos democráticos. **No entanto, segundo Velard (1981), Bolívar já preconizava que essa pureza doutrinária do liberalismo não funcionaria na prática nos primeiros anos republicanos em virtude da frágil fidelidade com a consolidação da independência de alguns membros importantes, como Casimiro Olañeta para a execução de medidas de fato transformadoras das estruturas coloniais.** Dessa forma, esse caráter vitalício da presidência era extremamente necessário nos primeiros anos da república para se criar um verdadeiro sentimento nacional e marginalizar qualquer perigo de uma luta desencarnada pelo poder nesta nação ainda muito jovem e por isso sem uma vivência democrática.

Nesse mesmo ano (1827), Bolívar deixa a Bolívia em direção ao Peru para não mais voltar⁵³, destinando seu cargo a Sucre. Segundo Velard, o libertador já pressentia que os impulsos oligárquicos localistas portenhos e peruanos haviam-se fortalecido em sua curta estadia como presidente da Bolívia frente aos impulsos grã-colômbianos. Com sua partida os olañetistas (oligarquia latifundiária) sentem esse clima de enfraquecimento dos sentimentos grã-colômbianos e voltam a fortalecer as bases econômicas e sociais do colonialismo, que tanto se havia feito para modificar nos primeiros anos de independência. (MESA GISBERT, 1999).

Em síntese, as forças chamadas de localistas – as oligarquias latifundiárias crioulas –, resquícios das jurisdições coloniais, com a libertação do jugo espanhol, manifestam-se vigorosamente fortes contra o pan-americanismo de Bolívar e, mais pontualmente, contra os decretos referentes à distribuição dos latifúndios em pequenas propriedades (Reforma agrária). O que se assistiria nesses anos subseqüentes (1825-1830) seria a subordinação dos localismos bolivianos aos localismos portenhos e peruanos; foi a única forma encontrada por essa classe para se impor diante do exército nacional bolivariano, sob comando do agora presidente Antônio José de Sucre e sob o ideal grã-colômbiano de Bolívar.

A vitórias da oligarquia boliviana viriam através de um motim promovido pelas tropas oligárquicas peruanos e portenhas, deflagradas em 1828, em Chuquisaca e La Paz, e que contavam logicamente com o apoio da oligarquia boliviana. Esse motim levou à renúncia de Sucre e resultou no Tratado de Piquiza⁵⁴, firmado, em julho de 1828, entre Peru e Bolívia. **O tratado deixava claro que o pêndulo do panorama político da jovem república decaía para o lado das oligarquias latifundiárias, regidas pelo pensamento provinciano, o mesmo que dizer para a derrota do pan-americanismo de Bolívar frente aos localismos peruanos, portenhos e bolivianos⁵⁵.**

⁵³“Después de breve estadía en Bolívia donde dejó la constitución Vitalicia”, Bolívar dejó Sucre en el gobierno y retorno a Colombia (1827) a la que encotró sumida en una guerra civil a consecuencia de la cual Colombia y Venezuela se separaron (1829). En tanto Perú había abolido la constitución Bolivariana y Bolivia havia hecho constituido en reública independiente [...] Amargado al ver como se derrubaba su obra renuncio al poder en 1830 y se retiro a Santa Marta, allí le comunicaran el asesinato de su gran amigo y colaborador, el marisca Antonio José de Sucre. Murío en dicimbre de 1830”. (MESA GISBERT, 1999, p. 327).

⁵⁴ O Tratado de Piquiza “estipulaba la salida de las tropas colombianas del país, la convocatoria de una asamblea para aceptar la renuncia del marisca **Sucre**, designar un gobierno provisorio y revisar la constitución vitalicia” (MESA GISBERT, 1999, p. 344).

⁵⁵ “El Tratado de Piquiza, empero, no fue tanto una derrota de Bolivia cuanto el fracaso del sueño panamericano de Bolívar [...] La nueva República, después de todo, sólo se había comprometido a la conclusión de una ocupación extranjera y, con ello, quedaba en libertad para menejarse por si misma. Lo triste es que esa libertad estaba ya comprometida a la alianza del latifundismo con el estamento castrense, y que, en proceso, se había sacrificado su dignidad” (VELARD, 1981, p. 32).

3.2.1 A dominação do Estado nacional por uma oligarquia de patologia antipatriótica. “Bolívia, nacionalismo sem nação”⁵⁶.

As oligarquias latifundiárias, ou seja, as mesmas que durante todo o período anterior à independência estiveram a mando e sob o jugo da coroa espanhola, quando têm em suas mãos o compromisso de transformar essa jovem República em uma verdadeira nação, o que exigiria uma preocupação central com as condições sociais, culturais, econômicas e políticas das grandes massas de *indígenas* camponeses. O que se vê, todavia, é o pedantismo desses oligarcas que, como as descreve Zavaleta (1988, p.19, grifos nossos),

Pensavam [apenas] na glória de Potos, sentiam como um centro das coisas, não se convenciam de maneira alguma que haviam sido postos de lado pelos portenhos (...) **A vaidade com que Charcas [oligarquia altoperuana] pensou na independência, sua presunção e auto-adoração só pode explicar-se como a patologia de uma classe superior que jamais havia trabalhado, que se havia acostumado a ser um eixo das coisas sem se perguntar por quê. A prata de Potos e a servidão dos índios deixaram o país enfermo, e o que se podia pensar como contraparte humana não tinha capacidade de concretizar-se como poder por parte alguma.**

Depois de três governos nomeados provisoriamente pela Assembléia constituinte, no ano de 1829, é André de Santa Cruz quem assume a presidência via eleições e exercerá o cargo até 1839. Tratava-se de um homem que carregava sangue inca em suas veias e seguia preocupações muito próximas às de Bolívar e Sucre, mas que iria encontrar imensas dificuldades de implementá-las, e que conseguiria apenas alguns avanços político-administrativos.

Considerado uma das personalidades mais importantes do século XIX para a Bolívia, Santa Cruz proporciona o que o país jamais havia experimentado até então, ou seja, a conformação de um Estado sólido e bem administrado. Será a primeira vez que a Bolívia vivencia de fato um sentimento de verdadeira fundação da República, ou melhor, que as bases republicanas adquirem certa estabilidade, pelo menos, em termos administrativos⁵⁷, já que a grave depressão econômica, advinda da crise mineira pouco antes da independência, havia deixado o país em seu principal suporte econômico.

⁵⁶ “*Bolívia nacionalismo sin nação*” é um o título da tese da professora francesa, Marie Danielle Damelas no qual Zavaleta vai ver uma grande relação com o que ocorre em países como Bolívia e Peru. (ZAVALETA, 1990, p. 45).

⁵⁷ Esse período de maior estabilidade de uma vivência republicana é marcado pela fundação de universidades, saneamento das contas públicas, reorganização do exercito, políticas de fomento industrial e mineiro e o interesse pelo desenvolvimento do litoral. (MESA GISBERT, 1999).

Podemos dizer que essa conquista de estabilidade político-administrativa, instaurada a partir do governo de Santa Cruz, mantém-se até o final do governo de José Ballivián (1841 a 1847). Os trinta anos posteriores (1848 a 1880) vão marcar um retrocesso dessa estabilidade. Tirando a transição do governo de Manuel Isidoro Belzu (1848 a 1855) para o de Jorge Córdoba (1855 a 1887), todos os demais foram feitas com ou sem eleições constitucionais, de forma que a Assembléia decidia pela presidência, ou por meio de Golpe de Estado, como foi o governo do ditador José María Linares (1857 a 1861) que marca a chegada do primeiro civil à presidência, entre os anos de 1825 a 1861, ou seja, desde a fundação da república até o Golpe de Estado, todos os governos foram presididos por militares. (MESA GISBERT, 1999).

Os dezenove anos que iriam se suceder ao fim do governo ditatorial de Linares (1861) até a famosa Guerra do Pacífico, em 1880, deixariam o país vivendo anos de extrema instabilidade política. Se fizermos a média de duração de cada governante no poder, temos que, a cada dois anos, sucedia-se o ocupante do cargo. Assistir-se-ia, a partir desses anos, ao abandono político e social, por parte das oligarquias, daqueles que produziam a riqueza material que sustentou e sustentaria o Estado oligárquico boliviano por largo meio século⁵⁸. Zavaleta (1988, p.19, grifos nossos), em poucas palavras, resume esse estado de coisas:

A catástrofe da prata punha fim à oligarquia dos *azogueiros* e isso significava que era um país que nascia isolado do mundo, de um mundo que, por outro lado, este país tinha feito nascer. **Será, por conseguinte, um Estado fraco que terá de viver quase até o final do século XIX (pelos menos até o quarto final deste século) das contribuições indígenas, o que significava que será um Estado em guerra perpétua com sua própria população.**

Zavaleta leva-nos à compreensão do que ele define se tratar da patologia dessa classe oligárquica e a relação que estabelecerá com sua população, isto é, uma classe que nunca havia trabalhado, provinda de uma cultura “provinciana, variegada, arrogante e cega” que, ao sinal de qualquer convulsão social, recorria mecanicamente à repressão dos camponeses índios de forma a reproduzir o que havia sido rotina no período colonial, isto é, **“estava na raiz cultural desta classe a idéia do castigo aos índios”**. Em essência, é **“uma classe que mantém a maioria de sua população no exílio político e por isso não resolve seus problemas de integração nacional entre o campo e a cidade”**, ou seja, **não constrói o que**

⁵⁸ A derrubada da economia mineira contemporânea à luta pela independência e os anos que se seguiriam praticamente até o final do século XIX “obrigaram” essa classe a estabelecer uma economia de sobrevivência calcada na produção agrícola. Os indígenas camponeses foram quem sustentaram a república por meio de pagamento de tributos provindo principalmente do cultivo da quina (folha de coca) e da retirada do salitre e do guano que tinha o grosso de seu rendimento direcionado às mãos de capitais ingleses e chilenos instalados no litoral boliviano.

Zavaleta chama de um “ótimo social⁵⁹” entre Estado e sociedade civil. Podemos dizer que essa elite crioula não traz consigo devido a sua patologia antiboliviana, o germe dos sentimentos nacionais por meio dos quais, ao menos, os indígenas pudessem se sentir, mesmo que pouco a pouco, de fato bolivianos. Em virtude desse estado de coisas, a Bolívia viria encontrar a si mesma em termos de aspiração de sentimentos nacionais da pior forma, ou seja, através das guerras.

3.2.2 A guerra como causa e consequência da formação dos sentimentos nacionais no inconsciente coletivo dos “bolivianos”.

Tanto a Guerra do Pacífico, no século XIX, quanto a Guerra do Chaco, no século XX, nas quais a Bolívia sai derrotada, vão marcar o país – podemos dizer – de duas maneiras. A primeira delas é o enraizamento de um forte sentimento de impotência, principalmente na Guerra do Chaco, empreendida contra o Paraguai, uma vez que as classes dominantes jamais imaginaram que pudessem perdê-la. A segunda consequência, e aqui a mais importante para nós, é que, independentemente das derrotas, a guerra germina no país, pela primeira vez, as *“tendências subjetivas para a construção da unidade nacional”* (ZAVALETA, 1988, p.28-9). Pelo pior dos caminhos e da forma mais repulsiva, o país acaba por encontrar, no campo de batalha, seu próprio espelho, que não correspondia ao modelo posto em prática pela oligarquia latifundiária no poder, como enfatiza Mesa Gisbert (1999, p. 555, grifos nossos), apoiando-se em Zavaleta:

El sistema compartimentado de clases sociales que funcionó en la guerra, en la que **quéchuas e aimaras** iban siempre al muere, y la corrupción e ineptitud de muchos mandos a vista y paciencia de los soldados, **generó el nacimiento de una ‘conciencia de clase’ de los campesinos y una sensación de derecho adquirido en el campo de batalla. Si ellos habían combatido por el país, el país les debía un trato distinto. Como dijo Zavaleta, la guerra había logrado nacionalizar la conciencia de los bolivianos.**

É importante frisarmos, portanto, que os efeitos simbólicos da perda da saída ao mar na Guerra do Pacífico e posteriormente a derrota diante das forças paraguaias no Chaco,

⁵⁹ “Em suma, em termos do modo de produção capitalista a nação não é a soma dos elementos dados por Stalin, mas sim um ótimo entre eles” [...] “Nación es una comunidad estable, históricamente formada, de idioma, de territorio, de vida económica y de psicología, manifestada ésta em la comunidad de cultura”. (STALIN *apud* ZAVALETA, 1990, p. 47-58).

somada à instabilidade política e econômica que se arrastava mesmo com certos momentos de maior estabilidade, deixavam explícito que, por mais que esses decorridos **cento e dez anos** republicanos (1825 a 1935) tenham conduzido o país a uma modernização das estruturas política e administrativa, não o conduziram a uma mudança no mesmo patamar no âmbito social. Para termos uma idéia, no governo de Mariano Melgarejo (1864 a 1871), dita-se uma lei que desaloja as comunidades indígenas de suas terras, as quais retornavam às mãos do Estado para serem compradas posteriormente pelos latifundiários. Obviamente que, para esse desalojo dos indígenas de suas terras, foi necessário a atuação do exército, implicando em matanças generalizadas de indígenas. O que está por trás dessas medidas fica claro no pronunciamento de Melgarejo que dizia que *“hay que arrancar las tierras de las manos sucias de los indios y entregar a las manos limpias de la raza blanca civilizada”* (YAMPARA, 1995, p. 25, grifos nossos).

Podemos observar, nesse dizer de Melgarejo, a base de pensamento que regia a República e os republicanos, isto é, os indígenas eram vistos como um peso e não uma potencialidade para o desenvolvimento do país. Esses confiscos das terras dos indígenas tiveram idas e vindas que não expressaremos aqui em termos históricos, mas que é relevante para termos em mente que essas retiradas e devoluções das terras indígenas foram fatais para história nacional, tendo em vista que seguiam justificando uma política sistemática de exclusão dos indígenas da vida política e, se não bastasse, de suas terras, única coisa que lhes restara.

Com o término da Guerra do Chaco (1932 a 1935), pela primeira vez em toda a história republicana, os indígenas começam a ter uma crescente participação política e econômica, demonstrando que as lutas ancestrais dos originários não havia se apagado; estavam na memória coletiva dessa gente, ressoando de forma tão contundente que não haveria como ignorá-las por muito mais tempo. Teriam que ser ouvidas, principalmente por extratos sociais, como a nascente pequena burguesia, que seguia subjugada pela oligarquia mineira e latifundiária, detentora do poder estatal, e já demonstrava que não suportaria tal jugo, e para tal, necessitaria *imprescindivelmente* da forças das massas indígenas.

Foi, portanto, através das guerras, e podemos dizer que isso foi algo cumulativo, que os camponeses indígenas, agora soldados bolivianos de linha de frente nas batalhas, adquiriram um sentimento de pertencimento à nação boliviana. Não obstante, o reconhecimento desses sentimentos não se cristalizaria na base de pensamento das oligarquias e seria necessário um processo revolucionário que diluísse o aparelho repressivo do Estado nos moldes oligárquicos.

3.2.3 A destruição do Estado oligárquico conservador e liberal e a Revolução nacional de 1952.

A Revolução nacional de 1952 é, talvez, o acontecimento mais marcante de toda a história republicana boliviana, de forma que é impossível compreender o presente boliviano sem entender a significação da Revolução, e, para isso, precisamos sumarizar alguns fatos anteriores a ela, no que diz respeito às formas, ou modelos de Estado que se cristalizaram a partir da independência e relação desses com a sociedade, principalmente a rural, majoritária numericamente: os indígenas camponeses.

Podemos dizer que houve três mudanças nos moldes do Estado oligárquico (*mineiro-feudal*) até a Revolução nacional de 1952 que marca seu fim. De 1825 ao fim da Guerra do Pacífico, em 1880, predominou um Estado extremamente coercitivo na imposição de suas vontades, dominado por umas poucas famílias poderosas economicamente (oligarquias crioulas extremamente conservadoras). Foram anos nos quais prevaleceu o caudilhismo militar⁶⁰, ou seja, quase todos os governantes desse período foram militares ou civil-militar e chegaram ao poder ou eleitos pela Assembléia Constituinte, ou via golpe de estado. Economicamente, foram governos que sustentaram suas receitas por meio da exploração do guano e do salitre a partir de 1830 (em virtude da grande demanda européia para fertilizar as suas cansadas terras), e também através das atividades ligadas à agricultura, que propiciaram, via tributo indígena até 1860, 30% dos ingressos fiscais ao Estado. A partir de 1865, há também um ressurgimento da mineração da prata, dominada, é claro, pelas oligarquias, e obviamente que foram os indígenas que serviram de mão-de-obra *gratuita* na retirada do guano do salitre e da prata. Com a adoção de políticas liberalizantes a partir de 1865, as atividades agrícolas e têxteis dentro das comunidades indígenas declinaram e as propriedades de uso comunal passaram a fazer parte dos grandes latifúndios, através de medidas violentas de desapropriação das terras indígenas. Tais medidas liberalizantes visavam beneficiar as exportações da prata e do estanho, que estavam em mãos oligárquicas.

Com derrota na Guerra do Pacífico, há um esgotamento do caudilhismo militar e se constata um período de governos civis eleitos de forma constitucional, pelo voto. Desse modo, um novo modelo de Estado surge com um propósito um pouco mais democrático,

⁶⁰ Caudilho é “um termo aplicado pelos historiadores espanhóis aos chefes militares dos dois campos, na época da Reconquista. No século XIX, chefe militar que tomava o poder pela força. **Na América espanhola, os chefes políticos, civis ou militares, que conquistavam o poder por meios em geral violentos**” (GRANDE Dicionário Larousse Cultural, 1999, p. 208).

ainda que o ato de votar estivesse restrito “convenientemente a núcleos mínimos de decisão (menos de 5% dos maiores de idade)⁶¹” (MESA GISBERT, 1999). Esse período é chamado, na história da Bolívia, de *civilismo* e marca um modelo de Estado menos coercitivo; é, no entanto, ainda dominado essencialmente pelos poderes oligárquicos.

O final da Guerra do Pacífico também é um momento que marca o surgimento de uma divisão de forças dentro da oligarquia e surgem dois partidos políticos⁶²: *conservadores* e *liberais*. Esses dois partidos dominaram a cena política durante os cinquenta anos subsequentes (1880 a 1935) e, apesar da diminuição do nível de violência nas transições de poder durante esse período que podemos caracterizar também como o período entre guerras, não haverá uma alternância constante do poder entre conservadores e liberais. O partido oligárquico conservador deterá o poder de 1880 até a Revolução Federal (transição feita com violência), em 1899, que marca a chegada do partido oligárquico liberal ao poder, o qual se manterá até 1920, quando um golpe de estado tira-lhe o poder. Para termos uma idéia do grau de violência nas alternâncias de poder, a Bolívia só voltaria a experimentar uma transição de governo de forma pacífica no ano de 1982. Isso demonstra o quão longe estava o país, já no século XX, de lograr uma maturidade democrática.

A partir da Guerra do Chaco, tem-se início o fim desse Estado oligárquico e o advento das primeiras brisas dos sentimentos nacionais de cunho popular, com o surgimento de partidos políticos agora de esquerda (POR), da pequena burguesia (MNR) e indigenistas, os quais se contraporiam veementemente aos poderes das classes oligárquicas representadas, naquele momento, principalmente pelos três grandes barões do estanho: Simón Patiño, Mauricio Hochschild e Carlos Victor Aramayo, que não demonstram estar nem um pouco preocupados com o desenvolvimento de um “ótimo social”; pelo contrário, procuraram manter a separação entre a parte rural e a parte urbana, além do trabalho gratuito dos

⁶¹ Isso é conhecido como o voto discriminatório que “tiene características muy claras que garantizaban la reproducción política de una clase que era en realidad la única con derecho a participar en la vida del país. Para votar y ser elegible se requería ser hombre, alfabetizado, tener una propiedad de por lo menos 12.000 pesos (la propiedad era la carta de ciudadanía por excelencia del sistema liberal) y tener una renta mínima de 1000 pesos. Era una democracia en la que el área rural simplemente no existía, sólo se votaba en ciudades o villas, considerando que la población urbana apenas superaba el 10% del total”. (MESA GISBERT, 1999, p. 472).

⁶² Podemos dizer, apoiando-nos em Velard, Gisbert e Mesa, que o que distinguia esses dois partidos era muito pouco ou nada nos que tange o que é essência. Ambos estiveram coadunados com os anseios de expansão capitalista advinda da Europa e dos Estados Unidos, ou seja, os dois partidos estavam de acordo com o ideal livre cambista, tendo em vista que detinham o domínio das retiradas de minérios e queriam usufruir das exportações destes. Os **conservadores** detinham o poder sobre a **mineração da prata** ao sul da Bolívia e os **liberais** detinham o poder sobre a **mineração do estanho** ao norte da Bolívia.

indígenas (*pongueaje*), o que significava, em essência, a perpetuação de um “*apartheid*”⁶³ social, expresso na discriminação racial das classes crioulas em relação aos indígenas.

A Revolução nacional de 1952 significa, em resumo, o rompimento com as forças oligárquicas que procuraram manter o país nos moldes semicoloniais, segregado étnica, econômica, cultural, jurídica e politicamente em uma parte urbana extremamente pobre e uma parte rural extremamente rica. A Revolução marca várias mudanças na vida do país, como a criação da Central Obrera dos Trabalhadores (COB), a Reforma Agrária que foi um passo muito importante para integrar as duas partes da Bolívia, as nacionalizações das minas de estanho, revertendo ao Estado as três grandes empresas mineradoras (Patiño, Hirsch e Aramayo), a instauração do voto universal a todos os bolivianos maiores de 21 anos e de 18 anos, caso fossem casados, e uma grande Reforma na Educação no intuito de expandi-la a toda a população, reforçando a identidade nacional.

O que é importante relatarmos, para os fins que nos interessam, é que, por mais que o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) tenha encabeçado o processo revolucionário, se não fossem as massas tomarem a dianteira do processo, em seu momento mais difícil, a revolução não teria se concretizado. Em certo momento, o comando do MNR sentia que o processo havia fracassado e já se preparava para uma desarticulação do movimento. Em 1949, a avaliação do comando do MNR era que a derrota era inevitável. As lideranças do MNR não perceberam, no entanto, que as massas operárias compostas majoritariamente por indígenas haviam tomado as rédeas da revolução. As massas populares vão à luta contra as forças oligárquicas como nunca houvera ocorrido, até então, com tanta consciência e com uma dinâmica própria que se impunha acima de qualquer organização política mais tradicional. Acerca disso, Andrade (2007, p.77-9) expõe que,

Nos dias 10 e 11 [1949], La Paz estaria sob o comando coletivo de milhares de homens e mulheres anônimos, revolucionários, invencíveis pelos regimes mais equipados e preparados do Exército boliviano. Era a experiência de pelo menos duas décadas de lutas que agora se condensava na ação coletiva decisiva nas ruas e nos becos de La Paz e em outras cidades do país [...] Durante esse dia a população tomou o arsenal da Praça Antofagasta e fartas munições e armamentos foram distribuídos. A revolução tomava força cada vez mais social. Soldados começavam a se recusar a combater e, em seguida, desertavam. Um fato significativo que demonstra o caráter revolucionário que assumia o movimento no dia 10 foi a adesão maciça e decisiva dos operários e dos mineiros de La Paz até então ausentes [...] Com a derrota do Exército (liderado pelo general Torres) terminava a sorte do antigo regime.

⁶³ APARTHEID: (Do africâner, pal. que significa separação) Segregação sistemática das populações não-brancas na República da África do Sul. (GRANDE DICIONÁRIO Larousse Cultural, 1999, p.72).

Na base de pensamento do MNR, a participação popular nesse nível de consciência não era, de maneira alguma, esperado e colocava em risco, inclusive, as próprias ambições do partido que não eram, de maneira alguma, tão revolucionárias a esse ponto. Foi então que rapidamente as lideranças do MNR se rearticulam, visando arrefecer os ânimos revolucionários que poderiam romper totalmente com as estruturas seculares. Isso demonstra que o MNR tinha interesses estritamente classistas, já que ele surge das classes oligárquicas menos privilegiadas e, por isso, não queriam a aniquilação total do Estado, apenas almejam modernizá-lo. Zavaleta diz, por isso, que a chave para grandes mudanças que ocorrem com a revolução foi dada pela ação das massas, caso contrário haveria ocorrido apenas “*uma mudança dentro do velho Estado*”. Assim, “A revolução boliviana sob o governo do MNR não se propunha, portanto, criar uma nova legitimidade e novos valores, ou romper com o passado” (ANDRADE, 2007, p. 85).

O importante, para nós, é demonstrar que, por mais que as massas estivessem organizadas por si só, careciam de uma vanguarda operária que havia sido desempenhada pelo Partido Operário Revolucionário (POR) até então, mas que, com os processos revolucionários, foi extremamente visada pelos militares, sofrendo uma desarticulação visível que limitou extremamente um processo de revolução permanente como era a principal diretriz do POR. Com isso, o MNR toma a frente das reivindicações, arrefece os ânimos das massas revolucionárias com as medidas que expusemos anteriormente e, paulatinamente, procura esvaziar o contexto revolucionário com vistas a ganhar tempo e impedir que a revolução se radicalize a ponto de adquirir um conteúdo socialista.

Apesar das grandes mudanças com a revolução, a situação econômica da Bolívia era extremamente crítica, principalmente em virtude do declínio acentuado do preço do estanho no mercado internacional e das exportações desse que se destinavam majoritariamente aos Estados Unidos. Isso leva o país a um endividamento externo com esse país, facilitando a justificativa por parte de setores do MNR mais retrógrados para que houvesse um realinhamento ideológico com os EUA. Obviamente que os EUA só se propunham a ajudar financeiramente a Bolívia se cessasse a revolução, e foi o que aconteceu. Na medida em que os movimentos revolucionários eram desarticulados, ingressavam auxílios econômicos que, progressivamente, foram abafando os revolucionários e, até mesmo, os sentimentos nacionalistas de cunho popular. Não vamos adentrar aqui mais a fundo nas relações que MNR vai estabelecer com os EUA, que foi sem dúvida a ponta-de-lança que denunciava as verdadeiras intenções do partido e que dariam aos EUA o poder de influenciar diretamente nas decisões mais importantes do país. Podemos dizer que, após alguns meses de

concretização da revolução, as interferências estadunidenses só vieram a aumentar, visando principalmente selar qualquer tendência em direção a uma revolução nos moldes socialistas na Bolívia e em toda a América Latina já que, nesse mesmo momento, os EUA estabeleciam com pujança as estruturas de sua hegemonia político-econômica em âmbito mundial.

Antes de finalizarmos esse ponto, é importante dizermos que, antes de 1952, o MNR mantinha uma visão extremamente excludente em relação aos indígenas camponeses, o que demonstra que ele não se diferenciava nem um pouco em relação à velha oligarquia nessa questão. O reconhecimento, por parte do MNR dos indígenas camponeses e sua principal reivindicação: a reforma agrária, só foi possível pela pressão exercida posteriormente sobre o partido pelos indígenas que foram aceitas pelo MNR com receio de mobilizações radicais que pudessem tirar-lhes o poder. Foi, também, uma forma encontrada para que o MNR obtivesse desses camponeses um apoio político que impedisse a volta das antigas camadas dirigentes. (ANDRADE, 2007).

A Revolução do 1952 – podemos dizer – tem um duplo significado. Em primeiro lugar, representou um protagonismo das grandes massas operárias mineiras e camponesas (indígenas camponeses e mineiros) até então tidas pelas minorias crioulas como um peso para o desenvolvimento do país e não uma potencialidade. A revolução veio, portanto, desmistificar tal base de pensamento, e se não fosse a potencialidade revolucionária dessas massas e suas reivindicações posteriores à revolução, a Bolívia viveria ainda longos anos sob o jugo da velha linhagem oligárquica. A partir da revolução, citando Zavaleta (1988, p.51), tudo o que se passará na Bolívia “[...] deverá resolver-se tendo em conta os índios que se tornam pela primeira vez e para sempre, homens interiores na base humana do estado, fato que implica uma vasta democratização da sociedade boliviana”.

Em segundo lugar, a Revolução de 1952 não é chamada de Revolução nacional despretensiosamente; ela ocorre em um momento em que as expressões nacionalistas, umas mais próximas do fascismo e outras mais vinculadas ao marxismo e ao indigenismo, estão na ordem do dia contra os poderes imperialistas em todo o mundo. Na América Latina, temos o peronismo (1943-1955); no Brasil; o getulismo (1930-1945), e, no Peru, o mariateguismo. Na Bolívia, podemos atribuir a expressão de um nacionalismo popular mesclado com um indigenismo que se expressa fortemente após a Guerra do Chaco.

Não foi falado até aqui, mas, quando nos referimos ao partido Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e ao seu caráter racista e sem intenções enraizadas de grandes mudanças nas estruturas estatais advindas da oligarquia, referimo-nos a certos quadros do MNR, como os liderados por Victor Paz Estenssoro; dentro do MNR, existiam, no entanto,

quadros como Carlos Montenegro, que foi um dos fundadores do MNR e expressava uma visão extremamente contrária a de Paz Estenssoro. Defendia, pois, o ideal de um nacionalismo revolucionário que influenciaria e muito os movimentos sociais obreiros nas reivindicações pós-revolução. Carlos Montenegro foi um combatente na Guerra do Chaco e, ao final, apoiou publicamente as nacionalizações da *Standard Oil*. Sua principal obra, *Nacionalismo e Coloniaje*, tinha como tese a “antinomia histórica entre nação e anti-nação”, no intuito de contestar as estruturas coloniais que continuavam vivas mesmo com a independência. Explanava, ainda, que,

Conquistado en América el principio republicano, después de una tenaz y prolongada lucha, eran de esperarse grandes mejoras en todas las classes de la sociedad; pero desgraciadamente, no ha sucedido así. El indio es hoy con poquísima diferencia lo mismo que era hace trescientos años; quién lo creyera! (MONTENEGRO, 2005, p. 121).

Estamos tocando nesse ponto em vista do que significou o nacionalismo principalmente para países do terceiro mundo, como a Bolívia (terceiro mundistas), a partir de 1945, pois, dentro de uma conjuntura de longo prazo do moderno sistema mundial de 1945 a 1968, foi um momento em que as investidas políticas das massas protagonizam pela primeira vez, a exemplo da Revolução nacional de 1952, o princípio da autodeterminação nacional, exercido de forma plena; uma mudança política que estabelecia a soberania política aos países latino-americanos que já eram independentes formalmente desde meados do século XIX, mas que, até então, haviam sido guiados por partidos conservadores e liberais que representaram, até aquele momento, apenas uma minoria crioula.

Para finalizar este capítulo que procurou mostrar a trajetória pela qual se formou o Estado nacional boliviano, no século XIX, chegando até a Revolução nacional de 1952, faz-se necessário nos aprofundarmos um pouco em alguns pontos *sobre o nascimento dos Estados nacionais nos moldes modernos* na Europa e compará-los com a formação do Estado nacional na Bolívia, tendo em vista que o último e conclusivo capítulo, ao voltar ao presente boliviano, procura fazer um balanço do jogo de forças presente dentro desse território e essa comparação ajuda-nos a entender certas particularidades inerentes ao território nacional boliviano, no presente momento, permeado por questões que misturam questões de nacionalidades, étnicas e territorialistas.

3.2.4 Bolívia: uma nação, um Estado nacional de minorias, vários grupos étnicos ou um povo sem nação nos termos modernos do termo?

Desde as convulsões sociais desencadeadas pela Revolução Francesa, na Europa e em outras regiões do mundo, como na América Latina, o moderno sistema mundial adentra em um momento em que, como coloca Wallerstein (2002, p.102), “o povo torna-se o soberano” e uma nova mentalidade denominada de *modernidade* entra em cena. Até então, como coloca Hobsbawn, em *Nações e Nacionalismos desde 1780*, o termo governo não tinha nenhuma ligação com o termo nação, que pode ser entendido aqui como povo. Essa ligação é que dá o caráter principal da modernidade, ou seja, o significado de *nação* concebida antes da Revolução Francesa, segundo os estudos de Hobsbawn, esteve ligado fortemente a questões étnicas, como uma língua em comum, por exemplo, e não necessariamente a um território como no mundo moderno. A nação, nos termos modernos, é, por isso, parte da ideologia liberal que, podemos dizer, nasce com a modernidade. Hobsbawn (1990, p.32) ainda afirma que

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estado-nação assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular.

O referido autor leva-nos, desse modo, à compreensão de que, a partir da era das revoluções (1789-1848), os Estados, “qualquer que fosse sua constituição”, eram cada vez mais obrigados a levar em conta o povo circundado por suas fronteiras territoriais, e, nesse sentido, esperava-se que os movimentos revolucionários de libertação nacional seguissem na direção de unir diversos grupos étnicos em um todo compacto em termos territoriais, isto é, em torno de uma unificação nacional, o que não é compatível com o conceito de nação pré-moderno, definido pela “etnicidade, língua ou história em comum; estes não eram critérios decisivos da formação liberal de nações”. (HOBBSAWN, 1990).

O que é importante, contudo, é termos claro, para os fins que nos interessam – **(compreender a construção da identidade nacional do povo boliviano)** –, que a formação de nações modernas, ou podemos dizer a formação dos Estados nacionais modernos tem como ator político principal o Estado, por isso Hobsbawn cita uma frase do libertador da Polônia Pilsudski em que ele diz: “*É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o*

Estado”. Logicamente que ele está se referindo à nação moderna. Não obstante, depois de 1880 – e essa data é simbólica para a Bolívia, e curiosamente bate com a data que Hobsbawn coloca como sendo o momento em que há uma importância crescente de como o povo se sente a respeito da sua nacionalidade, ou seja, como ressaltamos há pouco, o ano de 1880 é o momento em que a Bolívia sai derrotada da Guerra do Pacífico –, pela primeira vez, os indígenas sentem que o Estado nacional lhes devia algo por terem sido eles os que lutaram pela defesa dos interesses da nação. E aqui podemos começar a compreender algumas diferenças cruciais entre a formação dos Estados nacionais europeus e a formação dos Estados nacionais na América Latina uma vez que ambas ocorrem no século XIX.

Hobsbawn (1990) demonstra que as classes oligárquicas, com o advento do Estado moderno, tinham que se adaptar aos novos arranjos políticos ou então se extinguir. De forma crescente, o Estado, nos moldes modernos, e as classes dominantes que o controlavam diretamente, paulatinamente se viam obrigadas a levar em conta opiniões de estratos sociais até então subalternos. Não nos esqueçamos de que Hobsbawn (1990) está analisando os surgimentos das nações modernas *em quase todos os momentos na Europa* e, por mais que o surgimento dos Estados nacionais na América Latina possa ser compreendido à luz da formação dos Estados nacionais europeus, muitos aspectos vão diferir em grau, gênero e número.

Quando Hobsbawn (1990) analisa, por exemplo, a questão das diferentes línguas na Europa que foi, apesar de não determinante, uma das dificuldades em se criar “*laços protonacionais*” importantes em certas localidades para introduzir sentimentos de vínculo nacional no inconsciente coletivo das populações, já percebemos uma grande diferença com as colônias espanholas, onde a língua das classes oligárquicas que disputavam o poder na luta pela independência era a mesma: o espanhol. A língua, nas colônias, não era um fator que diferenciava as classes oligárquicas; “eram estados crioulos, formados e liderados por gente que tinha a mesma língua e a mesma ascendência do adversário a ser combatido”, ou seja, as metrópoles imperiais. Nesse sentido, parafraseando Benedict Anderson, a língua, de maneira alguma, significou um problema de identidade que pudesse se transfigurar como um obstáculo nas lutas pela libertação nacional. Não se pode dizer, por isso, que os movimentos de libertação nacional em todos os lugares, sem exceção, sempre tiveram o objetivo ímpar de conduzir os estratos sociais subalternos à vida política.

Diferentemente dos movimentos de libertação nacional europeus, onde já existia uma classe média atuante na vida política e descontente com poderes imperiais, na América Latina, se é que existia uma classe média, essa era quase que insignificante e sem voz política alguma

durante os movimentos de libertação nacional, aflorados nos primeiros trinta anos do século XIX. Os povos originários não se enquadravam nem de perto a uma possível nascente classe média. Esses – como temos ressaltado a todo o momento –, apesar de constituírem a maior parte da população dos vice-reinados, estiveram exilados da vida política, pelo menos, até 1880, e é por isso que a língua *aymara* e *quéchua*, e outras línguas originárias permanecem vivas, isto é, a segregação racial e o exílio político desses povos, em grande medida, explica a perpetuação dessas línguas até os dias de hoje, na Bolívia, e dos sentimentos ainda fortes nas grandes massas de indígenas em buscarem uma restauração de estruturas sociais avessas à nação nos termos modernos.

Nesse sentido, podemos atribuir aos *aymaras* e *quéchuas* um sentido de nação que não se enquadra nos moldes modernos. Esses povos estão ligados a sua língua e essa, como coloca Zavaleta (1990, p.55), formou-se “*junto con el método de la agricultura andina porque la fundación misma de la vida y la lengua son aquí coetáneas. Se trata, por tanto, en efecto, de una concepción del mundo*”. A sobrevivência do *aymara* e do *quéchua* significa, por isso, um obstáculo para a aspiração de uma nação moderna cada vez mais que esse exílio político se exacerba na Bolívia. Não obstante, do ponto de vista dos *aymaras* e *quéchuas*, representa uma força contrária extremamente significativa à destruição de suas estruturas sociais já que os mercados na Bolívia até hoje guardam uma intrínseca ligação com essas duas línguas e suas cosmovisões de mundo, e desmontam visões extremamente eurocêntricas de que, com o avanço dos processos estruturais do moderno sistema mundial, a humanidade adotaria uma única língua e as demais acabariam por morrer. Reflitamos acerca do que Zavaleta (1990, p.56) nos diz:

La concurrencia de la mayor parte de los aymaras al mercado interno se basa no en la extinción del aymara en cuanto lengua sino en su expansión. La verdadera lengua común para la concurrencia al mercado es el aymara. La ruptura del localismo ha consolidado la circulación del aymara en cuanto lengua. Así mientras la castellanización obligatoria y excluyente era el programa único y general de todos los grupos criollo-mestizos, el bilingüismo espontáneo que acompaña a la revolución democrática informa **una proposición de masa**. La propalación de la producción mercantil simple amplía **al mismo tiempo** el uso del aymara y del castellano y esta no incompatibilidad demuestra que la consigna monolingüe no tenía otra realidad que la del pensamiento ‘social-darwinista’ que imbuía incluso las posiciones más avanzadas en la materia. No se ve qué pueda tener que hacer con esto la apología de Stalin, heredada de Kautsky, de una sola lengua por si y para siempre como requisito transtemporal de la nación. Con esto no negamos en absoluto que en determinadas circunstancias el universo de la lengua determine el ámbito de la nación. No obstante, ello, es claro que el requisito está en la articulación lingüística eficaz o sea la correspondencia entre el mercado y la comunicación no importa si con una lengua ou dos. La nación como módulo hegemónico instalado por le momento constitutivo explota el medio idiomático que facilite la nacionalización, sea único o múltiple e incluso puede formar lenguas nuevas en base a las prenacionales porque su objetivo es la articulación y no el fetiche de monolingüismo.

Voltando a nos referirmos aos elementos causadores das primeiras lutas de libertação nacional na América Latina espanhola, podemos dizer que a língua, portanto, entre as classes crioulas, não foi como na Europa um fator determinante na formação de laços protonacionais. Para Benedict Anderson, em *Comunidades imaginadas*, o fator essencial que impulsionou as lutas pelas independências na América Latina ante Madri foi o *medo* de mobilizações políticas provindas das revoltas dos indígenas e dos negros, principalmente quando a Espanha é invadida pelo exército napoleônico (1808), “privando assim os poderes reais coloniais de um respaldo militar metropolitano em casos de emergência”.

Nesse sentido, muito longe de tentar trazer os indígenas e os negros à nova vida pública, ou seja, tirá-los do exílio político, como ocorre na constituição dos Estados modernos europeus desde o começo em um crescente, as classes crioulas buscaram a independência apenas para si, não se preocupando com as massas indígenas. Muitos dos conflitos a que assistimos hoje na Bolívia têm a ver com esse abandono multissecular em relação aos indígenas que, ao mesmo tempo, apartou-os das principais esferas políticas modernas e que manteve viva, na memória coletiva, suas origens socioculturais que acabariam se transfigurando em entraves à criação de *laços protonacionais*.

As oligarquias, devido a sua *patologia* extremamente provinciana, ignoram que a construção de uma nação⁶⁴ moderna *pressupõe* um povo munido, pelo menos, do sentimento imaginário de pertencimento à nação, o que necessariamente subentende-se uma preocupação em inserir tais sentimentos por parte dessa classe⁶⁵, que é quem institui e detém o poder do Estado nacional com a independência. O simples “estabelecimento de um Estado nos moldes nacionais modernos, portanto, não é suficiente em si mesmo para criar aspirações nacionais” (HOBSBAWN, 1990, p.93). Isso significa dizer “que os elementos subjetivos da nacionalização precedem sempre a formulação objetiva de tais tarefas” (ZAVALETA, 1988, p.29) e cabe necessariamente à classe que sobe ao poder tais tarefas.

Outro fato, apontado por Anderson, que conduziu os crioulos a reivindicar a independência ante Madri foi a diferenciação pela origem de seu nascimento (as Américas) atribuída a eles pelos nascidos na Europa. Pelo fato de terem nascido na América, já era algo

⁶⁴ É importante deixarmos claro, desde já, que quando nos referimos ao termo “nação”, queremos dizer a nação capitalista. Voltaremos neste ponto posteriormente.

⁶⁵ “La Independencia fue otro hecho político. Tampoco correspondió a una radical transformación de la estructura económica y social del Perú; pero inauguró, no obstante, otro período de nuestra historia, y si no mejoró prácticamente la condición del indígena, por no haber tocado casi la infraestructura económica colonial, cambió su situación jurídica, y franqueó el camino de su emancipación política y social. **Si la República no siguió este camino, la responsabilidad de la omisión corresponde exclusivamente a la clase que usufructó la obra de los libertadores tan rica potencialmente en valores y principios creadores**”. MARIÁTEGUI, [s.d], não-paginado, grifos nossos).

na mentalidade eurocêntrica que os diferenciava dos nascidos na Europa, em virtude de adquirem hábitos não-europeus ao conviverem próximo aos “selvagens”, o que lhes tirava a possibilidade de ascender na hierarquia social dentro das colônias. Estavam fadados a cargos burocráticos; “não havia nada a fazer eles eram *irremediavelmente* crioulos⁶⁶”. Esses são alguns apontamentos que demonstram que a segregação, em termos raciais, não foi imposta somente aos indígenas na América Espanhola, mas também aos crioulos.

Voltando a falar um pouco mais sobre as diferenças entre as formações dos Estados nacionais na Europa e na América Latina, podemos nos referendar na obra de Charles Tilly: *Coerção, Capital e Estados Europeus*, na qual ele ressalta que a formação dos Estados, na América Latina, não poderia repetir de forma idêntica as trajetórias de formação dos Estados europeus, mesmo porque são os Estados europeus que impõem “*o seu poder ao resto do mundo, o que garante que as experiências não-européias sejam diferentes*” (TILLY, 1992, p. 63). Outra questão-chave levantada por Tilly é que um Estado nacional, quase que em regra, quando emergia, não significava um Estado-nação. Vejamos, nas palavras do próprio Tilly, essa diferenciação nevrálgica para entendermos o quão contraditório são os dois termos e como isso nos ajudará, e muito, na compreensão da frágil formação da identidade nacional do povo com o Estado nacional boliviano:

Para nosso pesar, o termo ‘estado nacional’ não significa necessariamente estado-nação, um estado cujo povo compartilha forte identidade lingüística, religiosa e simbólica. Embora alguns estados, como a Suécia e a Irlanda, se aproximem hoje desse ideal, pouquíssimos estados nacionais da Europa se qualificaram algum dia como estados-nação. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – estados essencialmente nacionais – por certo nunca passaram nesse teste. A União Soviética, com nacionalidades militantes na Estônia, na Armênia e em outros lugares, viveu a diferenciação dolorosamente até a sua degradação final. A China, com quase três mil anos de experiência de estados nacionais sucessivos (mas dadas as suas múltiplas línguas e nacionalidades, nenhum ano de estado-nação), constitui uma exceção extraordinária. Somente nos últimos anos os estados nacionais enxamearam o mapa do mundo com seus territórios separados um do outro, inclusive as colônias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos a existência mútua e o direito de existirem. (TILLY, 1992, p. 47).

Se fôssemos falar hoje em Estados-nação, teríamos que estudar especificamente cada região do globo, suas línguas, seus costumes, e os processos separatistas em voga; e, como coloca Tilly, não estaríamos mais nos referindo aos 160 e poucos Estados nacionais, mas sim em milhares de Estados-nação. A Bolívia e a formação de seu Estado nacional representam

⁶⁶ “O que dava uma aparência racional à exclusão na metrópole? Certamente a confluência de um venerando maquiavelismo com o aumento das idéias sobre a contaminação biológica e ecológica que desde o século XVI acompanharam a expansão planetária dos europeus e do poder europeu”. (ANDERSON, 2008, p.98).

um exemplo clínico de um Estado que abrange, em sua jurisdição nacional, uma heterogeneidade de Estados-nação que, se fôssemos delinear-los em termos de línguas faladas, estaríamos nos referindo a 33 nações, além da espanhola. As línguas *quéchua* e *aymara* são faladas por, pelo menos, 55% da população nos dias atuais e, por isso, consideradas, em pleno século XXI, as duas principais línguas da Bolívia juntamente, é claro, com o espanhol falado por praticamente todos.

Não podemos dizer que, com o simples reconhecimento de independência, nasce uma nação moderna de fato e nem mesmo aspirações nacionais. Nessa mesma direção Wallerstein, Hopkins e Arrighi (1989, p.25-26), em *Antisystemic Movements*, argumentam que

Uma nação parece ser nada mais que uma solicitação política de que as fronteiras de um Estado deveriam coincidir com as fronteiras de dado grupo étnico. Isto é usado para justificar tanto um movimento de separação quanto um movimento de unificação. Na verdade se tivéssemos que usar uma definição estrita do conceito de 'nação', seria com muita dificuldade que encontraríamos ao menos um 'Estado-nação' dentro do sistema mundial inteiro, **isso indica que nação é mais uma descrição de uma aspiração ou de uma tendência do que um fenômeno que realmente existe.** Sempre que acontecer de a solicitação política (e/ou definição feita por outros) ser inferior a do Estado soberano nos tendemos a chamar esse grupo de grupo étnico, seja qual for a base da solicitação: língua comum, religião comum, cor da pele comum, ou ancestralidade fictícia comum (..) A história propriamente dita da construção (reconstrução, remodelamento e construção) de classes, nações e grupos étnicos – **incluindo tanto a pressão de Grupos externos para criar esses grupos, quanto o desejo interno de grupos para criar a si mesmos** – é uma história de constante ascensão e queda da intensidade dessas solicitações políticas expressadas culturalmente (roupagem cultural). Não há evidências de que ao longo das muitas centenas de anos da existência da economia mundial capitalista um gênero particular de solicitação tenha se desenvolvido em detrimento de outros; cada gênero parece ter tido seu próprio tipo de solicitação. **Pareceria, portanto, que afirmações sobre prioridades (grau de importância) são de fatos ideológicas.**

Com todos esses argumentos históricos e teóricos que procuramos levantar, apoiando-nos em grandes autores que se debruçaram sobre o assunto a fim de compreender a complexidade que envolve a passagem para um mundo moderno, poderíamos nos perguntar, assim como Wallerstein faz com a Índia e com o sul da África: Existe a Bolívia? Os *aymaras*, os *quéchuas* se consideram bolivianos? Como classificar esse Estado extremamente heterogêneo em termos socioculturais e, ao mesmo tempo, envolto por uma *nacionalidade* chamada Bolívia. Deveríamos classificar esse Estado pela sua maioria indígena, respeitando, desse modo, uma totalidade que independe das minorias brancas e mestiças (grupos étnicos) já que esses representam um grupo *minoritário* no caso boliviano?

A questão crucial é que, em essência, os Estados-nação não passam de aspirações das classes dominantes, pois **o que existe é o fenômeno do nacionalismo.** Se fôssemos, por isso, delimitar o território boliviano pela língua falada, teríamos 36 povos distintos, ou seja, 36

Estados-nação que aqui não têm a ver com a territorialidade e sim com a diversidade de línguas faladas. O Estado nacional boliviano é apenas uma “comunidade imaginada” ideologicamente, na brilhante expressão de Anderson. O que lhe dá, então, o caráter de um Estado nacional já que o Estado Boliviano é parte do sistema interestatal? Sem sombras de dúvidas, o que lhe dá tal conotação é **o nacionalismo como fenômeno que se propõe universal ideologicamente, mas serve apenas a uma pequena minoria que detém o poder de contrapor as massas através dos poderes institucionalizados pelo Estado moderno.**

Toda essa complexidade evidencia as fraturas presentes no moderno sistema mundial que, ao longo desses 500 anos de capitalismo histórico, são expressas por determinações político-ideológicas impositivas e criadoras de delimitações territoriais (Estados nacionais), que, na grande maioria dos casos, nunca condiziam (respeitavam) com as diversas formações socioculturais dos povos originários. Desse modo, o se institui no Alto Peru, futuro Estado nacional boliviano a partir dos movimentos de libertação nacional, é a *ideologia do nacionalismo*, transplantada das formações dos Estados europeus pelos crioulos de maneira a construir um ambiente à imagem da Europa nos territórios conquistados, ao mesmo tempo em que, implicitamente, enxerta-se no ambiente cotidiano um ar de superioridade natural dos povos europeus do ocidente ante os povos originários das Américas e justifica-se, assim, a segregação racial, que é evidente e determinante até hoje na forma como estão estruturadas as hierarquias sociais na Bolívia.

Em síntese, podemos dizer que, mesmo que a nação seja muito mais uma circunscrição de uma aspiração ou de uma intenção do que um fenômeno que realmente existe, quanto mais tempo a maioria de uma população permanece exilada da vida política, como foi o caso da Bolívia, em que os indígenas só começam a aparecer na cena política, com pujança, com a Revolução nacional de 1952, maiores são os abismos sociais e menores as chances de revertê-los e, assim, chegar-se mais próximo do que Zavaleta caracteriza como um “ótimo social” entre Estado e sociedade. Eric Hobsbawm (1990, p.196-7), ao analisar os movimentos nacionalistas do final do século XX, caracteriza-os, por isso, como “*essencialmente negativos, ou melhor, separatistas [...], e [por isso] em sua maioria de insistência étnica e lingüística*” com a intenção de abandonar os modos modernos de organização política tanto os que se propõem nacionais quanto os que se propõem internacionais, como os movimentos sociais da velha esquerda. O próximo capítulo trata disso.

4 UMA BREVE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTICAPITALISTAS DE 1848 A 2000 COM FOCO NOS MOVIMENTOS NACIONAIS/SOCIAIS/ÉTNICOS BOLIVIANOS COM SEU CUME A PARTIR DE 2000.

Neste capítulo, procuramos explicar os processos estruturais que já estão consolidados e que, neste momento, aprofundam ainda mais as contradições entre opressores e oprimidos dentro do sistema capitalista. Será a primeira vez, a partir de 1848, que movimentos contrários à lógica do capital conseguem uma considerável coesão organizativa em suas táticas, articulando-se em movimentos de massa, agora, com um norte muito claro: o socialismo, o que os possibilita se colocarem, assim, como possíveis protagonistas de uma nova ordem mundial, voltada agora aos anseios das soberanias populares contidas nos âmbitos dos Estados nacionais.

Nosso objetivo principal, neste capítulo, é uma volta ao presente boliviano no contexto que inicia em 2000, com as revoltas dos movimentos sociais de rosto índio que ensejam uma renovada configuração dos movimentos sociais na Bolívia, no intuito de avaliar esse novo momento, sustentando-nos nas questões que desenvolvemos até o momento. Procuramos compreender de que forma a chegada de Evo Morales representa o desfecho de uma conjuntura do sistema-mundo que se inicia com a *revolução geopolítica de 1968*, sentida nas mais variadas instâncias da economia mundial, inclusive na crise derradeira dos movimentos da velha esquerda e, ao mesmo tempo, no surgimento de novos movimentos sociais não mais alinhados com os partidos comunistas e social-democratas de todo o mundo. Os novos movimentos sociais, em seu conjunto, expressam-se em variados tipos; *étnicos*, feministas, urbanos, *indígenas*, ecologistas etc.. O desfecho das mudanças de 1968⁶⁷ recoloca uma gigantesca interrogação nos rumos que tomará o sistema mundial e os novos movimentos sociais contrários à lógica capitalista e, por conseguinte, podemos dizer que esse ano representa uma mudança significativa nos rumos desses novos movimentos sociais no mundo todo e, na Bolívia, não será diferente.

⁶⁷ O ano de 1968 é um exemplo marcante e flagrante para enfatizar o prenúncio do desmoronar de uma conjuntura de longa duração, que Wallerstein caracteriza como uma “revolução na geocultura no sistema-mundo”, no intuito de enfatizar suas proporções mundiais e de seu desfecho de longa duração. O ano de 1968 pode ser mais um ano na história como qualquer outro; é, no entanto, visto pela ótica da longa duração e representa o ponto derradeiro de um pensamento que bordava um futuro luminoso e de progresso para todos. Rompe-se a crença de que a conquista do aparelho estatal bastaria aos pretensos movimentos anti-sistêmicos na transformação das relações sociais ao seu favor.

4.1 OS PROCESSOS ESTRUTURAIS DE ESCALA MUNDIAL QUE DERAM ENSEJO AOS MOVIMENTOS ANTI-SISTÊMICOS PREDOMINANTEMENTE NACIONAIS DE 1848 A 1968 (OS MOVIMENTOS DA VELHA ESQUERDA). CARACTERÍSTICAS E GRAU DE SUCESSO DESSES MOVIMENTOS.

Para Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989), dois momentos históricos, em certa medida, diminuídos perante outros momentos mais simbólicos (Revolução francesa, em 1789, e Revolução Russa, em 1917), representam, num sentido mais profundo, os únicos momentos providos de uma singular importância quando procuramos refletir sobre os processos estruturais que deram ensejo aos movimentos anticapitalistas conscientes de seus objetivos. Esses dois momentos são os anos de 1848 e 1968. Dois anos que carregam consigo desfechos de processos estruturais de longa duração do moderno sistema mundial. Assim, 1848 e 1968 representam momentos em que as mudanças que implicaram foram aquelas, ao mesmo tempo, espontâneas e radicais em direção a uma maior soberania popular, tanto dentro dos Estados nacionais já constituídos quanto dentro territórios ainda coloniais, que no século XX viriam a sofrer o processo de descolonização.

A Revolução francesa (1789) e a Revolução Russa (1917) e seus princípios de soberania popular não-concretizados figuraram, em 1848 e posteriormente em 1968, como tentativas renovadas de recoloca, na ordem do dia, os anseios tanto de minorias étnicas como de maiorias circunscritas dentro dos Estados nacionais verdadeiramente marginalizadas da vida política moderna.

Wallerstein, Hopkins e Arrighi (1989) afirmam, ainda, que 1848 e 1968 são os anos que representam revoluções que, enxergadas no tempo longo, são marcos históricos de grandes transformações pelas quais a ordem mundial adentra e, ao mesmo tempo, representam o fracasso diante da *totalidade dessa transformação* em âmbito sistêmico a que se propunham estas duas marchas revolucionárias. Em vista disso,

[...]1848 foi um fracasso – um fracasso na França, um fracasso no resto da Europa. Assim como foi 1968. Em ambos os casos a bolha de entusiasmo popular e de inovação radical foi estourada dentro de um período de tempo relativamente curto. Em ambos os casos, entretanto, as diretrizes políticas básicas do sistema-mundo foram profunda e irrevogavelmente modificadas como resultado dessa revolução. (ARRIGHI, WALLERSTEIN, HOPKINS, 1989, p.98).

O ano de 1848 foi o momento histórico em que se *institucionaliza*, pela primeira vez, um verdadeiro movimento social que tinha claro quem era o inimigo a ser combatido e como

deveria ser combatido, ou seja, em 1848 os movimentos sociais anticapitalistas já estão cientes de que não há possibilidade de melhoras dentro dos marcos do capitalismo e, por isso, o objetivo de transformação e sua busca obrigatoriamente necessitam ser mundiais e com uma ampla capacidade de organização, capaz de criar uma memória coletiva revolucionária nos povos oprimidos pelo capital até o ponto de deflagrar o fim do sistema capitalista e sua substituição pelo socialismo. Por mais que esses movimentos não tenham conseguido romper com o sistema e, nos anos seguintes, são derrotados, eles proporcionam, como coloca Wallerstein, os novos germes de mudança que não se apagam mais como outrora. Estamos nos referindo aos movimentos sociais que serão, até 1968, a contraposição organizada ante a ordem capitalista: os *movimentos da “velha esquerda”*.

Cada vez mais, após 1848, haverá uma maior clareza e organização dos movimentos sociais ante a forças sistêmicas e seus mecanismos de exploração, evidenciando assim a possibilidade de insurreições de movimentos sociais anti-sistêmicos que trouxessem relativas vitórias ante as forças sistêmicas, como também se evidencia o quão difícil seria para esses movimentos conceberem, na práxis, uma mudança de fato, capaz de alcançar transformações totais (globais) nas estruturas do sistema-mundo capitalista. Os grupos oprimidos sentem, com efeito, empiricamente, o peso e a dificuldade de cristalizarem objetivamente o que seria uma sociedade igualitária, utopicamente almejada, e, em decorrência disso, percebem que tais mudanças necessariamente os obrigavam a entrarem na disputa direta pelo poder político, personificado nos aparelhos estatais, moldados para reprimir, descaracterizar, minimizar e depreciar qualquer rebelião que pudesse retirar o *status* social das classes mais abastadas.

A estrutura política do moderno sistema mundial, isto é, o sistema interestatal se constitui como os aparelhos burocratizados que têm, como função histórica, o uso da coerção na repressão das rebeliões e na imposição de uma homogeneização cultural – hegemonia cultural – que propicia às classes dominantes moldar as consciências das massas de forma a arrefecer as rebeliões. Conquistar o poder estatal⁶⁸ significava, portanto, nesse momento, para os movimentos da velha esquerda, a via de mão única que os levaria na contramão política das determinações da ordem mundial capitalista. Desse modo,

⁶⁸ “1917 se tornou um símbolo tão forte por ter sido a primeira vitória dramática dos propositores da estratégia de poder estatal (e em sua variável revolucionária, em oposição à evolução). 1917 provou que isso poderia ser feito. E dessa vez, diferentemente de 1848, o governo revolucionário não foi nem subornado nem substituído. Ele sobreviveu. 1917 pode ter sido a mais dramática instância – mas é claro não foi a única – de êxito, pelo menos parcial, dessa estratégia. A revolução mexicana que começou em 1910, e a revolução chinesa que começou em 1911 e culminou em 1949, também, pareceram demonstrar o valor dessa estratégia, por exemplo”. (ARIIGHI, WALLERSTEIN, HOPKINS, 1989, p.99).

Como os Estados podiam controlar as massas e as camadas dominantes podiam controlar os Estados, ficava claro que um esforço eficaz no sentido de transformação social exigiria uma contra-organização – tanto política quanto cultural. Foi essa percepção que levou à criação pela primeira vez de *movimentos anti-sistêmicos* organizados burocraticamente com objetivos a médio prazo relativamente claros (...) Portanto, o que 1848 alcançou foi a virada histórica de forças anti-sistêmicas em direção a uma estratégia política fundamental – a de procurar o objetivo intermediário de obter poder estatal (de um jeito ou de outro) como a estação indispensável no caminho de transformar a sociedade e o mundo. Com certeza, muitos argumentaram contra essa estratégia, mas foram derrotados nos debates. Ao longo do século seguinte, os opositores dessa estratégia se enfraqueceram à medida que os propositores dessa estratégia se fortaleceram. (WALLERSTEIN; ARRIGHI; HOPKINS, 1989, p.99).

Os sentimentos anti-sistêmicos, sem dúvida, estiveram presentes antes e após o período pós 1848. O que é perceptível, entretanto, é o fato de, após essa data simbólica, esses sentimentos anti-sistêmicos se defrontarem com um ordenamento do moderno sistema mundial muito mais complexo por tender, cada vez mais, a mundializar-se. É importante ressaltarmos que os sentimentos anti-sistêmicos nem sempre foram anticapitalistas, segundo Wallerstein, mesmo porque o capitalismo não foi sempre a forma econômica dominante em todos os momentos históricos das várias organizações sociais. Isso é relevante para enfatizarmos a força com que esses sentimentos anticapitalistas, a partir de 1848, deixam de ser meros levantes de grupos autônomos, meras sublevações rapidamente reprimidas, para se tornarem *movimentos* de âmbito mundial, conscientes de seus objetivos estratégicos contra uma ordem capitalista que lhes foi imposta, passando para um “estágio” no qual suas pretensões não mais representam meramente táticas de manutenção de suas formas socioculturais, mas algo muito maior, ou seja, buscam mudanças profundas nas relações hierárquicas inerentes à economia-mundo capitalista. Um sentimento, portanto, que começa a se traduzir em ações conscientes por parte dos grupos oprimidos dentro de seus Estados, pretensamente nacionais, e dentro dos territórios ainda colonizados.

Formam-se, então, movimentos com ambições *internacionais*, apesar de contidos dentro de seus pretensos Estados nacionais. Ambições internacionais estas que demonstram o entendimento de que, para ir contra a ordem sistêmica capitalista, seria necessário propor mudanças sistêmicas que atingissem a totalidade das massas subjugadas tanto dentro dos Estados periféricos e semiperiféricos quanto dentro dos estados centrais.

Um balanço desses movimentos feito por Wallerstein identifica que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, mesmo não alcançando as prometidas mudanças radicais a que se propunham, esses trouxeram inegavelmente um ingrediente desafiador às estratégias globais das hegemonias em cada contexto. Arrighi e Silver (2001, p. 210), em *Caos e*

Governabilidade, trazem um relato do subsecretário de comércio dos Estados Unidos que, em 1947 (num momento de expansão material do ciclo estadunidense), diz ao presidente Truman que “a maioria [...] dos países estava à beira [da revolução] e [podia] ser impelida adiante a qualquer momento; outros [estavam] gravemente ameaçados”. A Revolução nacional de 1952 é, pois, uma dessas Revoluções, como também a Revolução cubana em 1958.

O estudo da situação mundial desses movimentos, no início da década 1960, demonstra que a conquista do Estado, isto é, o primeiro passo tático em busca das transformações radicais, tão eloqüentemente enfatizadas, foi dado com sucesso em, praticamente, um terço do mundo; não obstante, como os anos posteriores desses governantes no poder, na América Latina, na África e Ásia, viriam demonstrar a esses governos, “*se não o sabiam antes, que o poder de Estado era mais limitado do que tinham pensado*”. (WALLERSTEIN, 2004, p. 270).

No decorrer do tempo, as tendências, pretensamente anticapitalistas dos movimentos de cunho nacionalistas e mesmo socialistas, parecem ter existido apenas como ideologia de um processo que almejava um rompimento com o modo de produção capitalista, tendo em vista que, no decorrer dos acontecimentos, o que se assiste é a absorção, mais uma vez, das *contradições que se expressavam através desses* movimentos e, em conseqüência, o desencadeamento de mais um *Ciclo Sistêmico de Acumulação*, liderado pela hegemonia estadunidense.

Wallerstein identifica os fenômenos nacionalistas aflorados, no século XX, em Estados não-centrais como a tática encontrada pelos liberais para acalmar as massas e evitar, assim, processos revolucionários em âmbitos sistêmicos, que estavam na iminência real de aflorarem, ou seja, os nacionalismos em essência não expressaram, na visão desse estudioso, tendências anti-sistêmicas, mas apenas uma nova etapa inerente ao desenvolvimento do moderno sistema mundial e, principalmente, o mecanismo para acalmar as massas revolucionárias extremamente organizadas. Quando ressaltamos no terceiro capítulo os ensejos da Revolução nacional de 1952, na qual os indígenas tomam a linha de frente na batalha contra a velha casta oligárquica e posteriormente o MNR sobe ao poder e implementa medidas, como as nacionalizações do estanho e a reforma agrária, fica evidente o medo de que a revolução tomasse rumos ainda mais radicais. As reivindicações das massas de trabalhadores indígenas, por isso, são aceitas, mas estarão sempre vigiadas pelo pacto que, pouco a pouco, o MNR estabelece com os EUA através dos ingressos de ajudas financeiras que só vinham caso a revolução fosse abafada.

Os movimentos de libertação nacional, inclusive a Revolução Socialista de 1917 na URSS, configuraram-se apenas como uma etapa do desenvolvimento da economia-mundo capitalista na visão de Wallerstein, expressa em movimentos nacional-*desenvolvimentistas*, impregnados, portanto, da lógica iluminista do *progresso*. Esses movimentos estavam apenas levando as zonas ainda coloniais a um processo de *descolonização*, e as zonas já descolonizadas, como o caso da Bolívia e toda a América Latina, apenas a certo desenvolvimentismo financiado pela hegemonia americana que visava impedir que essa área viesse a ser influenciada pela URSS. O intuito ideológico estadunidense era o de integrar politicamente as colônias agora como “nações”, pertencentes à hierarquia interestatal, dando-lhes, *teoricamente*, o *poder* de exercer sua autodeterminação, mas que, na prática, deveriam continuar determinadas por forças externas.

No caso da América Latina, já descolonizada no século XIX, o plano da hegemonia era de provocar certo desenvolvimento nacional imbuído da ideologia do progresso, minando assim as pretensões mais radicais de movimentos sociais.

Os fenômenos nacionalistas da fase de expansão material do século XX carregavam consigo, portanto, na leitura de Wallerstein, uma *ambivalência*, fruto de um imperialismo cultural que impõe, com muita astúcia, a epistemologia do universalismo através do nacional-desenvolvimentismo em áreas já descolonizadas, com o objetivo de homogeneizar o comportamento das massas via imposição de valores culturais propagados como universais (a ideologia do progresso inevitável que traria o fim das desigualdades sociais para esses Estados periféricos). Para tal imposição, a estratégia adotada foi separar as elites crioulas de suas massas, comprando-as e as convencendo através do ópio da verdade universal, que o progresso capitalista seria benéfico para todos “*se não imediatamente, pelo menos no fim. [...] A crença no universalismo é a pedra fundamental do arco ideológico do capitalismo histórico*” (WALLERSTEIN, 2001, p. 72-3). Desse modo,

O conceito de uma cultura universal ‘neutra’ pela qual os gerentes da divisão mundial do trabalho seriam ‘assimilados’ (aqui, a voz passiva é importante) passou a servir como um dos pilares do sistema mundial, tal como evoluiu historicamente. A exaltação do progresso e posteriormente da ‘modernização’ sintetizava esse conjunto de idéias, que serviam menos como normas verdadeiras de ação social do que como símbolo de um status de obediência e participação no estrato superior do mundo. A ruptura com a base religiosa do conhecimento, supostamente estreita, em favor de bases científicas transculturais de conhecimento serviu como autojustificativa para uma forma particularmente perniciosa de imperialismo cultural. Ela dominou em nome da liberação intelectual e se impôs em nome do ceticismo. (WALLERSTEIN, 2001, p. 72-3).

Esse olhar de Immanuel Wallerstein contempla a estrutura do capitalismo histórico como um todo, temporalmente, espacialmente e ideologicamente. Ele não nega que os movimentos de libertação nacional, como já dissemos, traziam consigo um ideal de transformação sistêmica, mas adverte que os governos que sobem ao poder (partidos da pequena burguesia e mesmo os socialistas) estavam amparados nos ideais *progressistas* do *universalismo cultural*, como o próprio marxismo-leninismo, que inegavelmente reproduziu a idéia de que o socialismo se desenvolveria a partir do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, um ideal bastante eurocêntrico.

A Revolução Socialista na Rússia, em 1917, as revoluções nacionalistas aflorados na América Latina a exemplo da Revolução nacional de 1952, na Bolívia, causam, sob vários aspectos, interpretações conflituosas entre os teóricos. Para os mais céticos, esses movimentos não passam de uma nova fase em que se adentra o sistema mundial; para outros, independentemente da não-transformação do mundo, os movimentos significaram, ao menos, a inserção das *massas como elemento político importante e decisivo*, na busca de uma combinação mais equânime de forças, entre as tendências do sistema capitalista e as determinações da *dependência econômica* na periferia do capitalismo.

Podemos dizer, numa perspectiva de longo prazo, que as duas interpretações têm validade visto que não podemos analisar movimentos revolucionários, como a Revolução de 1952, na Bolívia, sem levar em conta o protagonismo dos indígenas camponeses e mineiros na luta contra as oligarquias crioulas que insistiam em manter um Estado nos moldes semicoloniais, nos quais prevaleciam o trabalho escravo obrigatório aos indígenas (*pongueaje*). Houve, sem dúvida, um rompimento com esse Estado e com suas estruturas sociais a partir da Revolução de 1952.

É inegável que o sistema capitalista manteve-se como lógica mundial dos processos estruturais das sociedades, mas não podemos nos esquecer de que a história de movimentos sociais organizados, com objetivos claros, é uma história recente (160 de história). Assim, se enxergadas desde o surgimento do moderno sistema mundial no século XVI, as conquistas e seus esforços foram espantosos, analisa Wallerstein, além dos perigos que evitaram.

A partir da *bifurcação* pela qual se adentra o sistema-mundo capitalista com a crise, a um mesmo tempo dos movimentos sociais da velha esquerda e da hegemonia estadunidense a partir de 1968, podemos perceber que novos movimentos sociais surgem, a exemplo dos movimentos feministas, como os movimentos verdes e os que nos interessam: aqueles que repelem os temas universalistas e, em seu lugar, colocam formas de protesto que exacerbam suas particularidades, a exemplo do manifesto Tiahuanacu, promulgado em 1973, que

denunciava as opressões sociais dos povos indígenas, o genocídio cultural e a discriminação que os privava de toda participação real na vida do país. Nesse sentido, a herança revolucionária dos movimentos da velha esquerda teve continuidade, prosseguindo como referência histórica para os novos movimentos que, apesar de criticarem os velhos, sabiam que sem eles a bifurcação em que entra o sistema mundo, a partir de 1968, não estaria aberta.

Torna possível, efetivamente, aos novos movimentos aprender com os erros e com as conquistas dos velhos movimentos. Expressam, por isso, em alto e bom som aos ouvidos do mundo suas *particularidades*, até então, depreciadas tanto pelos defensores da lógica capitalista, que acreditavam, por exemplo, que as várias etnias indígenas, que ainda permeiam partes consideráveis da América Latina até hoje em questão de tempo, desapareceriam com a homogeneização social imposta pela sociedade ocidental, quanto para os velhos líderes da velha esquerda que insistiam no fato de que a única saída aos povos indígenas era se tornarem proletários organizados, homogeneizados como classe oprimida, pois só assim se poderia, de fato, empreender uma luta final contra a burguesia capitalista, destinada ao processo revolucionário que os levaria a uma sociedade sem classes.

Nesse sentido, agora nos aproximando mais do presente momento e dos movimentos aflorados com a crise das políticas neoliberais, podemos afirmar que os movimentos latino-americanos atuais, que misturam, além das acepções nacionalistas e socialistas, também uma forte acepção étnica, possuem elementos renovados que surgem a partir da revolução mundial de 1968 e que, apesar de terem estado presentes nos movimentos passados, estavam de forma secundária, talvez pela conjuntura por que passava o sistema mundial, ou seja, havia ainda a esperança de que o socialismo se imporia ante o capitalista, o que fortalecia e muito essa base de pensamento dos movimentos da velha esquerda de procurar homogeneizar os movimentos sociais.

Contemporaneamente, ou seja, num mundo em que o pensamento único, após o fim das pretensões socialistas com o fim do regime socialista na URSS, parecia reinar sem nenhuma proposta antagônica contundente ao ideal neoliberal, como o que presenciamos na Bolívia, na Venezuela, no Equador e mesmo no Brasil e Chile, em menor grau. Isso pode ser encarado como uma renovação de movimentos sociais com tendências nacionalistas de caráter popular minimamente, por se proporem a tocar em questões sociais cruciais que, definitivamente, haviam sucumbido na conjuntura neoliberal.

Demonstramos, sinteticamente, apoiando-nos em teóricos do sistema mundo, os sucessos e insucessos entre duas conjunturas históricas por que passou o sistema mundial e que ensejam o surgimento, pela primeira vez, no seio do moderno sistema mundial de

movimentos anticapitalistas extremamente organizados politicamente. Algo, portanto, novo nessa história secular de domínio da lógica capitalista. Na Bolívia, essas conjunturas foram sentidas e reverberam sob os interesses das classes oligárquicas. A primeira conjuntura inicia-se em 1848 e vai até o ano de 1968, tendo sua maior expressão no ano de 1952 com a Revolução nacional. A segunda conjuntura se inicia em 1968, com o prenúncio da crise hegemônica estadunidense, e vai até final da década de 1990 com crise das políticas neoliberais em toda a América Latina e se evidencia, de forma arrebatadora, com os expressivos movimentos sociais de caráter étnico a partir de 2000.

A Revolução nacional de 1952 marca a saída do exílio político das classes médias (pequena burguesia), mas havia a continuidade desse exílio aos indígenas, apesar de uma maior democratização de seus direitos. Nessa linha de raciocínio, os movimentos sociais, aflorados a partir de 2000 (movimentos de rosto índio), representam o desfecho de 1952 no que tange à saída dos indígenas do exílio político por definitivo. Corresponderia, assim, ao que o cientista político boliviano Félix Patzi chama de “*descolonização*”⁶⁹ para os indígenas” que, a partir de agora, começam a participar ativamente da vida política de forma ampla. É o estopim das contestações das estruturas sociais baseadas no *racismo* que se arrasta desde o processo de colonização. Queremos dizer que as hierarquias na Bolívia sempre estiveram determinadas pelo elemento racial. Nesse sentido, Patzi rechaça a idéia de que a Bolívia esteja vivendo uma trajetória rumo ao socialismo. O que a Bolívia vive é, pela primeira vez, um processo de valoração dos indígenas como cidadãos que agora podem ascender na hierarquia social boliviana.

As revoltas de rosto índio, segundo Patzi, significam a quebra do ciclo vicioso imposto à Bolívia, no qual as hierarquias sociais, desde a chegada dos espanhóis, continuam sendo definidas pelo elemento *racial*; o ordenador *central* da posição social de cada indivíduo na sociedade boliviana. Além disso, expõe que,

Por mais que o Estado permita ao indígena falar seu próprio idioma, vestir sua própria indumentária, praticar sua religião, e inclusive izar seus símbolos, continua localizando-os nos postos mais inferiores do anel da hierarquia colonial (...) Em outras palavras, a revoltas sociais que se iniciaram em 2000, e logo depois as de outubro de 2003, têm demonstrado que a Bolívia não havia superado a estrutura colonial, quer dizer, todas as instituições da sociedade continuam estruturadas em função da raça, etnia, cultura e língua. Isso significa que para qualquer tipo de Ascenso social prima a cor de pele branca, pertinência a

⁶⁹ “A descolonização significa não negar a visão ocidental, mas colocar a visão de mundo dos indígenas no mesmo patamar. Isso é descolonizar, e isso foi também pedido pelos movimentos indígenas que renascem com mais com força ideológica e política a partir de 1970 e que se coagula e se concretiza chegando ao seu cúspide, eu diria, em 2000.”(Apresentação do livro pelo próprio Felix Patzi).

um sobrenome ou linhagem de descendência espanhola ou estrangeira. (PATZI, p.285 e p.323, grifos nossos).

É possível estabelecer um paralelo entre um dos elementos explicativos que compõem a perspectiva de análise do *sistema-mundo*, ou seja, a concepção de *longa duração*, com uma primeira tentativa de explicitar o que está por trás das revoltas indígenas que insistem em, cada vez mais, principalmente após 1970, contrapor-se ao neoliberalismo, não para impor-se, mas para estabelecer o que Felix Patzi chama de um processo de “*descolonização*”, que significa considerar o índio e sua cultura não menos e nem mais do que o branco, mas iguais perante as oportunidades que os cercam.

O que se configurou na Bolívia e em praticamente toda a América Latina, visto em longo prazo, foi a perpetuação de uma *estrutura colonizadora*, fundamentada no particularismo expresso pela diferenciação (hierarquização). No caso da Bolívia, está representada no racismo e que, passados 500 anos de guerras dos povos originários contra a imposição da cultura europeia, sua concepção e desenvolvimento, o que é perceptível aos olhos de qualquer pensador, que se aprofunde na história da Bolívia, é uma *estrutura hierárquica fundada no caráter racial de longa duração* que, no decorrer do processo, consolidou-se como determinante das hierarquizações sociais. Façamos, agora, uma breve problematização do jogo de forças que está em voga no presente boliviano para que possamos concluir o trabalho.

4.2 O PRESENTE COMO SÍNTESE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES PASSADAS.

Os historiadores vêem os países a partir da perspectiva do presente e não erram ao fazê-lo porque a coisa se conhece em seu arremate; cada país, porém, se vê a si mesmo com os olhos de sua memória. Que o país tal estanque seu conhecimento num momento de seu passado ou que o mistifique carece de importância substancial, porque aqui o que importa é aquilo que ele é. O componente da memória coletiva na ideologia é, sem dúvida, algo mais importante do que se supõe comumente (ZAVALETA, 1988, p. 15-6).

Absorvendo a perspectiva de análise histórica do boliviano René Zavaleta Mercado de que o presente guarda em si, através da memória coletiva da sociedade, respostas de importância substancial para compreensão de momentos críticos, como o que vive a sociedade boliviana contemporaneamente, tentaremos problematizá-lo [o presente]. Faremos isso com as

indagações que pensamos serem centrais para dissipar a névoa que paira sobre o olhar de curto prazo.

Dois particularismos, sem dúvida, são centrais na história de formação da “*identidade nacional*” de qualquer Estado que se pretenda nação nos termos modernos. Na Bolívia, não foi diferente já que o Estado nacional boliviano é hoje parte integrante da estrutura política do moderno sistema mundial, a saber, o *sistema interestatal*. Esses dois particularismos a que nos referimos são: a) a *constituição do sentimento de nacionalidade do povo boliviano*; e b) sua fina sintonia com a marcada *diferenciação étnica*.

As tendências separatistas, em voga no presente boliviano, não são em absoluto apenas implicações das marcadas diferenciações étnicas contidas no território boliviano. Muitos Estados modernos possuíam, no momento de sua criação, e ainda possuem diferenças étnicas no seio de seu território, sem que, no entanto, essas viessem a se expressar a todo tempo em tendências separatistas irreconciliáveis. Diferenças étnicas, como já foi dito, não necessariamente pressupõem movimentos separatistas dentro da nação. No caso específico boliviano, essa exacerbação das diferenciações étnicas, tidas como bandeira de luta hoje dos movimentos sociais, indicam, em essência, como procuramos demonstrar principalmente no capítulo três, uma *frágil* constituição da identidade nacional do povo boliviano para com seu Estado, fruto do descaso multissecular das classes oligárquicas para com o seu povo.

É importante ressaltarmos, ainda que a forma com que estes dois particularismos se coadunam na formação da identidade nacional do povo boliviano, ao longo do processo de incorporação aos anseios da economia-mundo capitalista, denotam o cerne de conflitos multissecular de natureza separatista entre duas partes da Bolívia; uma pobre localizada na parte andina, com irrefutável tradição indígena, provinda da civilização incaica; e outra rica, localizada nas terras baixas, onde predomina uma população com traços europeus e onde se encontram, na atualidade, os principais nódulos de *cadeias mercantis globais de alto valor*, como, por exemplo, os hidrocarbonetos em Tarija e Santa Cruz de La Sierra.

Se fizermos um esforço de problematização do que está em voga em torno dos interesses separatistas neste instante, principalmente provindos das terras baixas bolivianas, uma questão nos indaga fortemente: **Como se explica o fato de os habitantes das regiões baixas da Bolívia [meia luna boliviana], passados 182 anos de independência, só agora explicitarem com tanto fulgor um sentimento separatista dentro dos marcos territoriais do Estado nacional boliviano?** Separatismo este, em verdade, muito mais sobriamente atribuído aos povos originários. Esses sim trazem, em sua memória coletiva, uma expressiva carga histórica de resistência frente ao processo de incorporação territorial e cultural

extremamente coercitiva. As rebeliões originárias⁷⁰ buscaram, historicamente, em seu íntimo, o resgate das suas demarcações territoriais originárias, em nada condizentes com as delimitações do Estado nacional boliviano a partir de 1825, e, mesmo antes, com as instituições dos Vice-Reinados espanhóis. Vejamos o mapa que ilustra como estavam delineados os povos andinos antes do processo de incorporação:

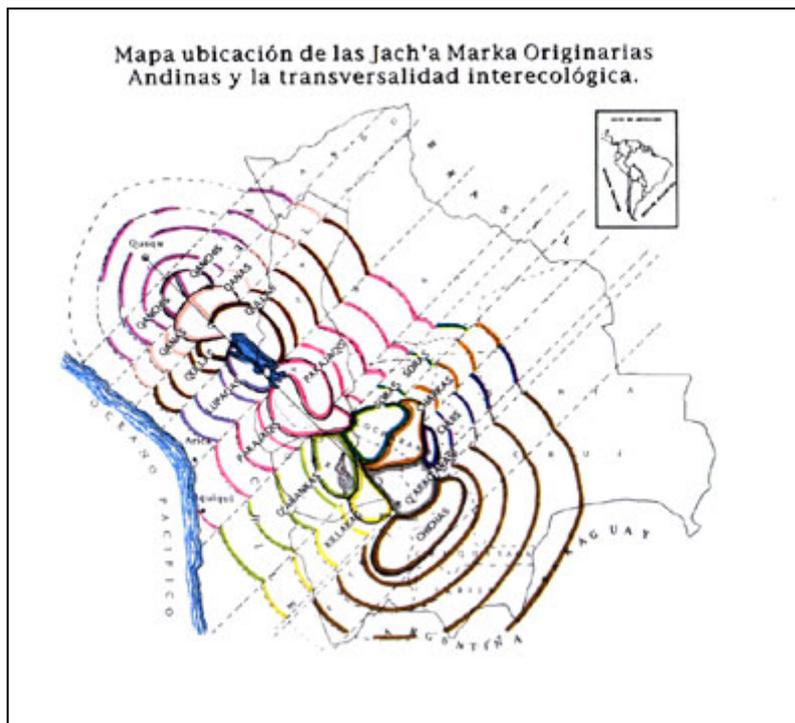


Figura 3 – Mapa territorial dos povos andinos antes do choque intercultural (YAMPARA, 1995, p53).

É notório que existem muitas contradições. Algumas são muito explícitas e outras que só enxergamos com um olhar de longa duração. Tanto as reivindicações dos povos indígenas quanto dos promotores dos referendos dos Estatutos autonômicos querem, por exemplo, a autonomia plena da gestão de seus recursos naturais, ou seja, ambos reivindicam aparentemente o mesmo. Gerir, no entanto, autonomamente os recursos de territórios, que a Nova constituição diz pertencer aos originários, fere a soberania do Estado nacional boliviano.

A Nova Constituição aprovada em Oruro diz, em seu artículo 30 e inciso 17, que: *“las naciones y pueblos indígenas campesino (sic) gozan del derecho a la gestión territorial*

⁷⁰ Segundo Herbert Klein (2004), a rebelião liderada por Túpac Amaru antes do século XIX representou a última tentativa de resgatar a justiça social e a autonomia, isto é, o último grande movimento de independência que partiu dos originários. Rebelião esta que se cogita ter reunido em torno de cem mil tropas rebeldes durante os anos de 1780 a 1782. Esta rebelião transbordava as fronteiras territoriais estabelecidas pela Espanha com seus Vice-reinados, ou seja, partiam de várias partes da América do Sul. Regiões que hoje formam o sul do Peru estavam em coordenação com povos originários de todo o altiplano até os planaltos do norte que formam atualmente a Argentina.

indígena autónoma, y al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables existentes en su territorio". Uma conquista revolucionária para os povos originários que só chegou após 500 anos, e que assegura constitucionalmente a gestão plena e exclusiva dos territórios que, originariamente, pertence-lhes e mais, como coloca Simon Yampara, “*não se trata de devolver la tierra a sus legítimos dueños, se trata de colocar la tierra en manos de quién la trabaja*” (YAMPARA, 1995, p.11 *apud* RADA, [s.d], não-paginado).

É inegável que a Nova Constituição representa uma conquista de relevância mais que significativa e justa aos povos originários, tendo em vista que foram eles os primeiros a habitarem tais territórios. É patente, contudo, que também a Nova Constituição fortalece a legitimidade dos Estatutos autonômicos requeridos pela “meia lua boliviana”, pois retira do Estado nacional boliviano a auto-soberania sobre seu próprio território.

No referendo nacional que decidiria se a Bolívia colocaria ou não em votação o reclamo das Províncias da Meia Lua, o “não” se sobressaiu de forma contundente contra o “sim”. No entanto, no último dia 4 do mês de maio (2008), a província de Santa Cruz de la Sierra realizou a votação do referendo à revelia do governo e, como as pesquisas prévias já indicavam, venceu com significativa margem o “sim”, apesar de o presidente Evo Morales declarar posteriormente a não-validade do referendo, posto que lesa uma decisão anterior e de âmbito *nacional*.

Temos, então, um impasse que, de maneira alguma, é de curto prazo e que, curiosamente, ocorre passados 182 anos de república, no exato momento de uma *inflexão* [desvio] na tomada do poder do Estado nacional. É inédita a chegada de um líder indígena de etnia *aymara* ao poder de Estado. Nesses 182 anos de história republicana, os povos originários sempre estiveram mais do que à margem das principais esferas institucionais de decisão. Não nos esqueçamos que é só a partir da Revolução nacional de 1952 que os indígenas conquistam, pela primeira vez, o direito ao voto, e é só na década de 1990, mais precisamente em 1993, com a vitória de Sanches de Lozada do MNR (Movimento Nacional Revolucionário) em aliança com o partido indígena MRTKL (Movimento Revolucionário Tupaq Katar de Libertação), que um indígena ocupa pela primeira vez na história republicana um cargo executivo⁷¹.

⁷¹ “A incorporação de setores indígenas ao sistema político foi um processo gradual. Desde 1978 os partidos indígenas (chamados de Kataristas e indianistas) participam das disputas eleitorais, mas sem sucesso. Historicamente, desde a conquista do direito ao voto, na Revolução nacionalista, o eleitor indígena boliviano tendia a votar no MNR. ‘Isso foi possível porque o apoio eleitoral era aprovado na assembléia da comunidade indígena. Assim, no interior das comunidades ‘o voto unânime era superior a 80% (ARANDA, 2002, p.85 *apud* DUPAS, 2005, p.153). A incorporação política dos indígenas na estrutura do poder governamental começou a acontecer na década de 1990, quando as elites partidárias bolivianas perceberam o impacto político dos

Está posto que a problemática central que procuramos desenvolver, ao longo do trabalho, envolveu a questão sobre a tênue formação da identidade *nacional* boliviana, pois seus elementos nos levam de volta ao presente. O que está em jogo, neste exato momento na Bolívia, é a “*questão nacional*”, que se mistura com a questão étnica, expressada aqui pelos indígenas, ambas relacionadas à questão territorial (separatista), antes e após a criação do Estado nacional boliviano.

Numa perspectiva histórico-estrutural, ao que se mostra como uma débil formação da identidade nacional do povo boliviano, argumentando agora não mais em termos locais [regionais], mas em termos globais [sistêmicos] de uma economia-mundo capitalista presente no território boliviano, essa debilidade na formação da identidade nacional boliviana decisivamente reflete as fraturas estruturais inerentes à economia-mundo capitalista. Fraturas que, para Immanuel Wallerstein, estão camufladas em torno do conceito de *cultura ocidental*, posto deliberadamente como *universal* pelo pensamento eurocêntrico. O intuito dessa camuflagem foi e prevalece sendo nivelar, de forma autojustificada, as várias facetas pelas quais as hierarquias socioeconômicas se mostram na contemporaneidade.

indígenas no sistema político” (Os países andinos: Tensões entre realidades domésticas e exigências externas (DUARDE VILLA *apud* DUPAS, 2005, p. 153).

5 CONCLUSÃO

Começamos este trabalho motivados a avaliar o momento social extremamente crítico por que passa sociedade boliviana, mas, para isso, percorremos uma longa trajetória multissecular. Outras trajetórias poderiam ter sido percorridas com mais direção, com mais segurança e com mais foco. Nosso trajeto, entretanto, apesar dos vários percalços e das várias lacunas que acabamos deixando sem preencher, foi o de uma volta ao processo de incorporação da Bolívia ao moderno sistema mundial e assumimos, por isso, o objetivo de compreender o desenvolvimento desse sistema mundial por refletirmos que não seria possível compreender a incorporação da Bolívia e o choque intercultural sem entender a dinâmica mundial que assume o sistema capitalista.

Procuramos delinear essa trajetória em três espaços de tempo, de forma a articulá-los aos fins que nos interessam. São elas o período colonial, o período republicano, que ensejam a formação dos Estados nacionais na América Latina e o período após o ano de 1968, que marca a crise geopolítica em vários âmbitos do moderno sistema mundial, inclusive a crise dos movimentos da velha esquerda.

No período colonial, nossa busca procurou apontar, num primeiro momento, como e por que o capitalismo se torna um sistema hegemônico mundialmente num espaço e não em outro. Explicitamos, com isso, a não-linearidade com que o sistema capitalista se desenvolve em âmbito mundial no intuito de desmistificar a idéia de linearidade e naturalidade desse processo imposta pela visão estritamente eurocêntrica. No todo, esse capítulo procurou abarcar como se estruturou o desenvolvimento do moderno sistema mundial em regiões, até então, com lógicas próprias. Procuramos relatar brevemente como estava estruturada a civilização inca, suas reações diante desse processo, os nódulos de cadeias mercantis globais, como a prata que alimentaram de forma incontestável esse processo, e, por fim, como se impuseram as hierarquizações sociais e como se justificaram secularmente.

No período republicano, nossa busca foi mais histórica do que teórica, procurando partir dos movimentos de libertação nacional afluídos nos trinta primeiros anos do século XIX, na América Latina. Posteriormente, focamos a conquista da independência da Bolívia, retratando as principais mudanças nos rumos deste espaço com transições do poder estatal. Um primeiro objetivo, na análise desse período, foi demonstrar que o Estado nos moldes oligárquicos, que manteve viva as estruturas coloniais, só terá um fim com a Revolução nacional de 1952 e que, durante todo esse tempo, os povos originários estarão marginalizados

da vida política do país, apesar de sustentarem esse estado através da obrigatoriedade do trabalho escravo atribuídos a eles. O principal objetivo desse capítulo e do trabalho em seu todo foi, sem dúvida, demonstrar que, em virtude desse *apartheid* social dos indígenas que representaram sempre a maior parte dessa população, não se criam aspirações nacionais no inconsciente dessa coletividade índia. Constrói-se um Estado nacional onde as nações originárias não fazem parte. Podemos, por isso, entender a república como uma continuidade colonial, pelo menos até 1952.

Por fim, no último capítulo, procuramos realizar, brevemente, um relato do significado dos anos de 1848 e 1968 no que tange ao surgimento de movimentos sociais anticapitalistas, no intuito de tentar enxergar a Bolívia e os movimentos que surgem em seu território dentro das duas conjunturas que esses dois anos vão dar início. O ano de 1848 é o momento em que, pela primeira vez, surgem movimentos fortemente organizados contra o sistema capitalista e 1968 marca a crise desses movimentos e a crise geopolítica em vários âmbitos do moderno sistema mundial. Nosso objetivo principal seria compreender o presente boliviano e movimentos que levam o líder indígena de descendência *aymara* Evo Morales, após cinco anos (2000- 2005) de intensas rebeliões populares principalmente providas de regiões de maioria indígena (altiplano boliviano), a assumir o poder.

Pode parecer simplista dizer que a chegada de um indígena de descendência *aymara* ao poder representa algo de grande relevância, assim como a possível chegada de um negro à presidência dos EUA. Essa aparente simplicidade, todavia, vista no longo prazo, ironicamente nunca havia acontecido; é, pois, uma novidade. Será mesmo um mero acontecimento ou de fato está havendo uma forte tendência ao que Félix Patzi chama de *descolonização*, ou seja, a contestação violenta de um estado de coisas que representou uma das bases essenciais que sustentaram por vários séculos as hierarquias sociais pela diferenciação étnica.

Em síntese, o governo de Evo Morales, sustentado e legitimado principalmente pelos movimentos sociais de rosto indígena, procura manter unido o Estado nacional boliviano à revelia das regiões baixas controladas pelas elites crioulas. O jogo de forças multissecular em busca do poder está invertido na Bolívia. O governo se propõe a rever questões seculares que, até então, estavam vilipendiadas pelos 182 anos de governos oligárquicos crioulos, e pela primeira vez começa a se tornar interessante a uma elite das regiões baixas o que nunca lhes foi permitido, ou seja, a cisão do Estado nacional boliviano por ela mesma criada e institucionalizada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução boliviana**. São Paulo: UNESP, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexos sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Antisystemic movements**. London: Verso, 1989.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX** – dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

_____. Entrevista. In: **Folha de São Paulo**, 2 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0209200706.htm>>. Acesso em: set. 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII**: o jogo das trocas. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Escritos sobre a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Presença, 1990.

DUPAS, Gilberto. **América Latina no início do século XXI**: perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: UNESP, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: EDUNB, 1999.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KLEIN, Herbert. **Bolívia**: do período pré-incaico à independência. Tradução de Alberto Alexandre Martins e Maria Glória P. Kok . São Paulo: Brasiliense, 2004.

LINS, Hoyêdo Nunes. Geometrias do embate social na Bolívia do século XXI. In: **XII Encontro Nacional de Economia Política – Insurgências latino-americanas: classe, etnia e território na Bolívia do século XXI**. São Paulo: FEA/USP, 2007.

MARIATEGUI, CARLOS. **El problema índio**. Disponível em: <www.patriagrande.org.bo>. Acesso em: 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MESA GISBERT, Carlos Diego. **Historia de Bolivia**. 3.ed. La Paz: Editorial Gisbert, 1999.

MONTENEGRO, Carlos. **Nacionalismo e coloniaje**. La Paz: Libreria Editorial Juventud, 2005.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Tradução de Ilana Heineberg . Porto Alegre: Sulina, 2004.

PATZI, Felix. **Insurgencia y sumisión**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2007.

RADA, Andres Solis. **Bolivia en el camino de Yugoslavia: indigenismo e saperatismo**. Disponível em: <www.patriagrande.org.bo>. Acesso em: 2008.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: estudos de antropologia da civilização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Testemunho**. São Paulo: Siciliano, 1990.

SOUZA SILVA, José de. *Transferir tecnologia para estabelecer hegemonia. La “dicotomía superior-inferior” en la “idea de desarrollo” de la agricultura tropical desde 1492.* In: **Revista Actes & Mémoires 10**, 2006, p. 205-242, 2006. La Paz: Instituto Frances de Estudios Andinos (PIEB), 2006.

TEIJEIRO, José Villarroel. *La rebelión permanente: crisis de identidad y persistencia etno-cultural aymara en Bolivia.* Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, PIEB. La Paz: Plural Editores, 2007.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992).** Tradução de Geraldo Gerson de Sousa. São Paulo: EDUSP, 1992.

VELARD, José. *Historia de Bolivia Toma II: La Bolivianidad Semifeudal.* 2.ed. La Paz; Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1981.

_____. *Historia de Bolivia Toma III: La Bolivianidad Semicolonial.* 2.ed. La Paz; Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1981.

von der Heydt-Coca, Magda. *When Worlds Collide: The Incorporation of the Andean World into the Emerging World-Economy in The Colonial Period:* Dialectical Anthropology, Vol. 24 No. 1, March 1999.

VOTO hoje não livra Bolívia do impasse. *Pesquisas indicam que referendo deve manter em seus cargos o presidente Morales e principais governadores de oposição.* Folha de São Paulo, p. A16, 10 agosto. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo** – em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Capitalismo histórico & civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos.* Traducción de Juan Mari Maderiaga. España: Ediciones Akal: 2004.

_____. *El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de economía-mundo en el siglo XVI.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1979

_____. *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación da economía-mundo europea, 1600-1750.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

_____. *El moderno sistema mundial III: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo, 1730-1850*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

_____. **Impensar a Ciência Social**: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

_____. **O declínio do poder americano** – os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **O universalismo europeu** – a retórica do poder. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio sobre sociologia das religiões II**. Madrid: Taurus, [s.d].

YAMPARA, Simon. *Reencuentro entre la búsqueda y retorno de la armonía original*. La Paz: Ediciones Qamañ ; Pacha CADA, 1995.

YAPU, Mario. *"Modernidad y pensamiento descolonizador. Memoria del Seminario internacional"*. In: *Actes & Mémoires de l'Institut français d'études andines*, 10. La Paz: Fundación PIEB - Institut français d'études andines. IFEA, 2006.

ZAVALETA, René Mercado. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina**: história de meio século. Brasília: EDUnB, 1988.

_____. *El estado en América Latina*. Cochabamba, La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1990.

ANEXO

ANEXO – Apresentação de Félix Patzi

Apresentação de seu livro “Insurgencia y sumisión - Movimientos sociales e indígenas”, na Feira do Livro de La Paz.

Félix Patzi: O conceito de *descolonização* deve ser compreendido de dois pontos de vista. No nível sociológico e no nível filosófico. No nível sociológico as oportunidades de trabalho, sejam elas quais forem, na Bolívia, têm a peculiaridade, a singularidade, de que as que implicam maior status social estão monopolizadas pelos brancos. Os indígenas estão localizados nos postos mais inferiores da sociedade, portanto, a descolonização reclama que as oportunidades não sejam mais distribuídas pela pertinência da cor de pele, pelo sobrenome, ou pela cultura, e sim pelas capacidades de cada indivíduo, pelo conhecimento, pelos méritos, independentemente de sua raça. E, neste sentido, a descolonização não é nada excludente, **só reivindica um tema central, um valor universal**, onde se diz que nada é mais nem menos. O branco não é mais nem menos, como também os negros, os morenos, os indígenas tampouco são superiores, tampouco inferiores. **Todos os seres humanos são iguais.** As reivindicações dos movimentos sociais indígenas significam justamente isso, que as oportunidades sejam iguais para todos. **Isto é a descolonialidade no plano sociológico.** Os reclamos dos movimentos sociais indígenas é a de que as oportunidades não sejam mais definidas a partir dessa pertinência étnica. Isso é a descolonialidade no plano sociológico (distribuição de oportunidades para todos; democracia de fato).

A *descolonização* no plano filosófico também significa uma concepção social do mundo. Evidentemente, até agora, nos foi imposta apenas uma visão de mundo. O que todos os escritores chamam de visão de mundo ocidental, visão de mundo européia, negando outras visões de mundo como a visão indígena que é totalmente distinta. A descolonização significa não negar a visão ocidental, mas colocar a visão de mundo dos indígenas no mesmo patamar. Isso é descolonizar, e isso foi também pedido pelos movimentos indígenas que renascem com mais com força ideológica e política a partir de 1970 e que se coagula e se concretiza chegando ao seu cúspide, eu diria, em 2000. Por último, neste texto existem dois conceitos que se manejam a todo o momento: *etnia e classe*. Quero aclarar-lhes. É uma crítica muito dura à esquerda, aos partidos comunistas aos trotsquistas indicando que não têm compreendido as classes sociais na Bolívia. Não lido os manuais, mas só leram e manejaram conceitos, porém nunca contrastaram esses conceitos com a realidade. Quando falavam em

movimentos obreiros mineiros, nunca hão compreendido e se perguntado de onde vieram e quem eram esses mineiros. Hão abstraído as classes. E aqui nesta abordagem lhes digo que as classes sociais na Bolívia são construídas pela pertinência étnica. Dizer obreiro significa dizer indígena, dizer empregada doméstica significa dizer indígena, e dizer burguesia, na Bolívia, e essa é a particularidade, significa dizer branco, dizer banqueiro é dizer branco, e dizer trabalhador referente a qualquer cargo burocrático significa dizer mestiço (essa mescla de sangue indígena e sangue crioulo). Não estou dizendo mestiço cultural, não estou me referindo à mescla de crença. Neste trecho falo da mestiçagem biológica.

Na Bolívia, as pertinências étnicas servem para designar as pessoas a diferentes espaços de trabalho. Então se está entendido assim a classe, o interessante neste livro é que não há movimento de classe e nem movimento étnico. E este elemento de pertinência étnica há levado os movimentos sociais a partir de 2000 a solapem aos movimentos de classe. As classes sociais existem. Não estou jamais negando que existem classes sociais na Bolívia. Mas não podemos dizer que essas classes se hão constituído em movimentos de classe. Isso é falso, portanto o que vive a Bolívia não é um giro à esquerda, é um giro descolonial, que nega o capitalismo e também o socialismo.

* * *